

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

ALAN FRANCHESCO PREVILEY CONTESINI

A DIMENSÃO SUBJETIVA DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: um olhar a
partir da Psicologia Sócio-Histórica sobre a quarteirização no setor têxtil-vestuarista de
Blumenau/SC

MESTRADO EM PSICOLOGIA SOCIAL

SÃO PAULO

2022

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO

PUC-SP

ALAN FRANCHESCO PREVILEY CONTESINI

A DIMENSÃO SUBJETIVA DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO: um olhar a partir da Psicologia Sócio-Histórica sobre a quarteirização no setor têxtil-vestuarista de Blumenau/SC

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de MESTRE em Psicologia Social, sob orientação do Prof. Dr. Odair Furtado.

SÃO PAULO

2022

Banca Examinadora

AGRADECIMENTOS AO CNPq

O presente trabalho foi realizado com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – Código de Financiamento nº 130212/2019-9.

AGRADECIMENTOS

Nunca imaginei que estaria escrevendo estas linhas em agradecimento as pessoas que fizeram parte desta trajetória. Assim como as trabalhadoras que fazem parte desta pesquisa, eu também me fiz no chão da fábrica e isso muitas vezes nos impede de sonhar para além daquilo como futuro. Pois bem, segui adiante! E isso só foi possível porque muitas pessoas colaboraram para isso.

Agradeço inicialmente as participantes da pesquisa por confiarem suas histórias de vida, vocês tornaram por meio da sua generosidade essa pesquisa possível.

Agradeço a minha mãe, Paula, que foi mãe e pai, que sempre me mostrou o caminho da ternura, do incentivo aos estudos. Pelos incansáveis anos de luta, dedicação, cuidado e amor.

A minha companheira Maristela, pelo apoio, paciência e amor. Por sempre estar sempre ao meu lado, reconfortando, motivando. Por ter me ensinado a ser paciente e a sorrir nas horas em que isso parece impossível.

Ao querido Prof. Odair Furtado, sempre tão carinhoso e atencioso, que me ajudou a superar tantas dificuldades, que acreditou em mim desde o início, sempre com um sorriso acolhedor e com palavras de incentivo, conseguiu com que eu pudesse ir além do que acreditava ser possível.

Aos amigos que fiz na PUC/SP durante o mestrado e que me ajudaram a ver o mundo com outros olhos. Lucas, Diogo, Aline, Iza, Michele, Luís, Andrei, Camila e Cris, cada momento ao lado de vocês foi importante para mim.

A minha querida Ju, que me acompanhou durante muito tempo nesta jornada, que viabilizou minha vinda a São Paulo, que sempre esteve presente, me incentivando e se colocando como um lugar de afeto e amizade.

Ao meu amigo/irmão Fuiga (Rafael), pela longa trajetória que vivemos, as dificuldades que superamos, os momentos de tristeza e alegria. Sem você eu não estaria aqui!

Aos meus amigos, Flávia, Martin, Vanucci e Keully, pela amizade formada a mais de 15 anos e que se mantém inabalável, pelas coisas que fizemos, pelos encontros, pelas aventuras, pela sinceridade, pelos abraços! Amo vocês!

A minha amiga Carla, pela amizade que formamos durante esses cinco anos e meio de graduação, pelas discussões e trocas, pelo companheirismo, pela sinceridade e afeto e que se estendeu no mestrado.

A professora Lorena de Fátima Prim, que me oportunizou vivenciar a academia, pelas palavras de afeto e pelos ensinamentos.

Ao Prof. Valmor Schiochet, pela amizade, carinho e ensinamentos e por pagar meu boleto da matrícula da PUC hahaha.

A todos meus companheiros de núcleo – NUTAS (PUC-SP) pelas ricas discussões e trocas.

RESUMO

A presente pesquisa de mestrado, intitulada *A Dimensão Subjetiva da Precarização do Trabalho: um olhar a partir da Psicologia Sócio-Histórica sobre a quarteirização no setor têxtil-vestuarista de Blumenau/SC* objetiva contribuir para o aprofundamento do debate sobre a dimensão subjetiva da precarização do trabalho enfatizando a relação que se estabelece na condição de trabalho quarteirizado em Blumenau/SC, em particular como esta relação se dá no segmento têxtil-vestuarista. Para isto utilizamo-nos do referencial teórico fundamentado a partir da Psicologia Sócio-Histórica, em especial das categorias Trabalho, Subjetividade e Dimensão Subjetiva da Realidade. Por meio dessas categorias foi possível estabelecer uma leitura dialética acerca do fenômeno da quarteirização, em especial em sua relação individuo-sociedade, respeitando e tomando em conta os processos históricos presentes nesta relação. A Psicologia Sócio-Histórica nos permite compreender o homem como sujeito ativo, social e histórico. Ao investigar a dimensão subjetiva deste tipo de trabalho, compreende-se a trabalhadora quarteirizada não como mera consequência das experiências propiciadas pela realidade em que vive, mas, como sujeito ativo, que constitui essa realidade e é simultaneamente constituído por ela. A quarteirização se apresenta como um processo de superexploração dos trabalhadores e trabalhadoras, caracteriza-se por ser uma condição de trabalho que está inserida no campo da informalidade e, portanto, encontra-se alheia a qualquer medida protetiva viabilizada pelo Estado.

Palavras chave: Quarteirização; Dimensão Subjetiva da Realidade; Psicologia Sócio-Histórica.

ABTRACT

The present master's research, entitled *The Subjective Dimension of Precarious Work: a look from the Socio-Historical Psychology on the quartering in the textile-clothing sector of Blumenau/SC* aims to contribute to the deepening of the debate on the subjective dimension of the precariousness of work. work emphasizing the relationship that is established in the condition of quartered work in Blumenau/SC, in particular how this relationship occurs in the textile-clothing segment. For this, we used the theoretical framework based on Socio-Historical Psychology, especially the categories Work, Subjectivity and Subjective Dimension of Reality. Through these categories it was possible to establish a dialectical reading about the phenomenon of quartering, especially in its individual-society relationship, respecting and taking into account the historical processes present in this relationship. Socio-Historical Psychology allows us to understand man as an active, social and historical subject. When investigating the subjective dimension of this type of work, the quartered worker is understood not as a mere consequence of the experiences provided by the reality in which she lives, but as an active subject, who constitutes this reality and is simultaneously constituted by it. Quartering presents itself as a process of super-exploitation of workers, characterized by being a working condition that is inserted in the field of informality and, therefore, is alien to any protective measure made possible by the State.

Keywords: Quarterization; Subjective Dimension of Reality; Socio-Historical Psychology.

SUMÁRIO

MOTIVAÇÕES – HORA DE ACORDAR O DESPERTADOR TOCOU	11
INTRODUÇÃO – BATENDO O PONTO	14
1. A PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA – COMO A GENTE VÊ O TRABALHO.....	18
1.1 TRABALHO.....	18
1.2 SUBJETIVIDADE	24
1.3 A DIMENSÃO SUBJETIVA DA REALIDADE.....	31
2. BLUMENAU: DA COLÔNIA AGRÍCOLA À POLO TÊXTIL – ONDE A GENTE TRABALHA (VIVE) E COMO SE TORNOU O QUE É.....	37
2.1 BLUMENAU COLÔNIA E O NASCIMENTO DA INDÚSTRIA TÊXTIL LOCAL.....	37
2.2 A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, A PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO SETOR TÊXTIL VESTUARISTA DE BLUMENAU/SC E A QUARTEIRIZAÇÃO	45
2.3 A CONSTRUÇÃO DE UMA DIMENSÃO SUBJETIVA BLUMENAUENSE: O MODUS ALEMÃO - <i>DEUTSCHBRASILIANERTUM</i>	53
3. MÉTODO	59
3.1 PROCEDIMENTOS DA PESQUISA.....	61
3.2 PARTICIPANTES DA PESQUISA	63
3.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE	64
4. APRESENTAÇÃO DAS ENTREVISTAS E DAS TRABALHADORAS – CONVERSANDO SOBRE O TRABALHO E A VIDA.....	65
4.1 As trabalhadoras.....	65
4.1.1 – Paula e Nina	65

4.1.2 – Laura	69
4.1.3 – Mari.....	74
5. CATEGORIAS DE ANÁLISE.....	79
5.1 O horror a fábrica e o jeito alemão de trabalho	80
5.2 O horror a fábrica e a relação familiar.....	87
5.3 O horror a fábrica e o trabalho quarteirizado como o existir para o outro e a sua contradição.....	92
DISCUSSÃO FINAL – É hora de ir embora, mas amanhã começa tudo outra vez.....	100
REFERENCIAS	103
APÊNDICES	109

MOTIVAÇÕES – HORA DE ACORDAR O DESPERTADOR TOCOU

Os caminhos que me conduziram até o mestrado em Psicologia Social na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) e a intenção de pesquisar a Dimensão Subjetiva da Realidade no trabalho quarteirizado foram conduzidos não somente por minha trajetória acadêmica na Universidade Regional de Blumenau (FURB). Estes caminhos foram construídos antes mesmo do meu acesso à universidade, dizem respeito sobre minha vivência enquanto trabalhador da indústria têxtil de Blumenau durante 15 anos.

Na fábrica, ocupei na maior parte do tempo, a função de talhador ou operador de corte¹. No dia a dia do contexto fabril, o cargo é apenas referência para registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS). A fábrica impõe uma dinâmica de trabalho que extrapola a função, você sempre faz mais, trabalha mais, e todo o excedente de trabalho não lhe é reconhecido como feito e sim como algo já esperado.

O “peão²”, forma como nos reconhecíamos, foi lugar que ocupei durante muito tempo, e que me oportunizou várias experiências, saberes, amizades, desafios, tristezas, alegrias e também, despertou em mim várias inquietações. Esta trajetória foi o início deste trabalho, antes mesmo de saber se em algum dia teria a intenção de realizá-lo.

Durante o meu período como trabalhador fabril, ocupei, como mencionado, a função de talhador e após certo tempo passei a ocupar uma função no “escritório” ou no “trabalho de computador” como costumávamos dizer entre nós, os “peões”. Este salto, do chão da fábrica ao escritório só me foi possível porque naquele momento eu cursava ensino superior no período noturno. A descrição ensino superior e a não especificação

¹ A função de talhador ou operador de corte é descrita conforme o Classificação Brasileira de Ocupações (CBO) como: Programam riscos marcadores por processo manual ou digital, enfiavam e cortam tecidos e não-tecidos, preparam lotes e pacotes para o setor de costura de roupas. Distribuem peças cortadas para as costureiras, retiram, revisam, contam e dobram peças acabadas. Trabalham em conformidade a normas técnicas de qualidade, meio ambiente e saúde.

² A expressão Peão muito possivelmente deve ser compreendida de várias formas, de fábrica para fábrica, de região para região. Contudo, naquele momento, tínhamos o entendimento de que esta forma de nominar tinha a ver com o fato de que, assim como no jogo de xadrez, um peão faz tudo, um peão é um peão, sem grande valor aparente, é descartado sem aviso prévio, protege os interesses de quem está acima e se sacrifica para isso.

do curso (psicologia) seguiu a mesma dinâmica à época, não importava, nunca me foi perguntado o que cursava, apenas sabia-se que estudava.

No escritório desenvolvi a função de Auxiliar de Programador de Controle de Produção³ (Aux. PCP), dentre as atividades que me eram demandadas estava a distribuição de serviços às facções de costura terceirizadas.

Esta atividade em específico, consistia em organizar a produção com o intuito de assegurar a entrega do produto ao cliente dentro do prazo determinado do pedido. A principal tarefa era organizar o fluxo de serviço das facções segundo sua capacidade produtiva, contudo, algumas coisas sempre me pareciam um pouco estranhas. Ao direcionar um determinado serviço para uma facção tomávamos em conta sua capacidade produtiva que era pautada a partir da relação: tempo de processo⁴ + corpo de funcionários da facção⁵ + quantidade de peças⁶ + tempo de entrega final e processos adjacentes⁷.

Ocorre que por vezes a capacidade produtiva de uma facção (algumas delas) não condizia com o volume de entrega que realizavam. Isto indicava que havia um repasse dos serviços a outras facções ou até mesmo costureiras autônomas, uma terceirização da terceirização caso houvesse a aplicação de um contrato. Contudo, o estabelecimento de um contrato, implica em preço de viabilidade produtiva e nestes casos em particular não era possível, o que por sua vez, indicava um repasse informal. Esta dinâmica é o que mais tarde compreendi, por meio da tese da professora Claudia Sombrio Fronza, como quarteirização.

³ Conforme CBO, quem exerce esta função desenvolve as seguintes atividades: Planejam processos produtivos e logísticos definindo os recursos necessários, estabelecendo metas e criando indicadores de produtividade. Elaboram projetos logísticos dimensionando as necessidades de recursos humanos, materiais e outros que se façam necessários. Acompanham implantação de novos projetos logísticos e controlam o desenvolvimento das atividades dos processos produtivos e logísticos com o objetivo de verificar o cumprimento das metas estabelecidas.

⁴ Diz respeito ao tempo que determinada peça leva para ser confeccionada (costurada).

⁵ Diz respeito ao número de costureiras que trabalhariam diretamente com o pedido.

⁶ O número de peças é a quantidade de produtos, ou seja, em específico, camisas polo ou T-shirts (camisetas).

⁷ Tempo de entrega refere-se a data final do pedido, isto significa que o pedido deve estar no cliente final neste período. Processos adjacentes diz respeito ao cálculo de processos realizados (caso houver) após a costura, exemplo: estonagem, lavagem, embalagem, despacho etc.

Os anos de 2013 a 2018 foram os anos em que estive na graduação em Psicologia. No ano de 2016 saí da empresa onde trabalhava e passei a me manter com o dinheiro da rescisão trabalhista, planejei dedicar-me à academia. Na FURB tive a possibilidade de estagiar na Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP), lá realizei trabalhos na saúde mental, na assessoria a cooperativa de catadores, na gestão e organização da ITCP e elaboração e gestão de projetos.

Foi na ITCP que conheci a professora Claudia Sombrio Fronza que naquele momento estava finalizando sua tese de doutorado no Programa de Pós Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e que tinha como tema a quarteirização. Após o convite para ingressar na iniciação científica sob sua orientação, tive a oportunidade de me aprofundar e estudar o tema da quarteirização. Quanto mais estudava, mais me identificava e correlacionava com minha experiência como trabalhador da indústria têxtil. Ao ler as linhas da tese, cada vez mais, pensava – eu vi isto acontecer! -.

A oportunidade de contato com o trabalho da professora Claudia não só me potencializou no sentido acadêmico como também me fez perceber o quão próximo eu estava deste fenômeno. A partir disto, visualizei um caminho na pós graduação, qualifiquei meu olhar e aqui estou hoje, escrevendo estas linhas. Me tornei um operário que pesquisa.

INTRODUÇÃO – BATENDO O PONTO

Desde o momento em que foi possível vender a força de trabalho, as relações e formas que se estabelecem ao longo da história no Mundo do Trabalho e do capitalismo vão ganhando novas expressões. A sociologia do trabalho vem se debruçando acerca dessas transformações e há muitos anos vem contribuindo significativamente para que cada vez mais seja possível compreender e perceber como estas metamorfoses incidem na sociedade. Contudo, a sociologia do trabalho, por vezes nos fornece um olhar parcial da realidade, mesmo que se intencione apresentar o fenômeno em sua totalidade. Aspectos individuais, subjetivos e locais são tratados, em muitos casos, de forma universal e sob a ótica do economicismo, caindo em generalizações que podem, de certa forma, aproximar-se do real, entretanto, não necessariamente desvelar sua realidade concreta.

Entendemos que cabe à Psicologia Social Sócio-Histórica contribuir como parte deste processo, caminhando em direção à totalidade do fenômeno a ser estudado. Desta forma, a Psicologia Social Sócio-Histórica nos permite realizar uma leitura a partir do movimento histórico sem prender-se a categorias generalistas e que por vezes ancoram-se numa percepção universal de sujeito e sociedade. A Psicologia Social Sócio-Histórica nos exige um olhar que componha as particularidades constitutivas do fenômeno social e suas condições de eclosão, partindo da relação dialética entre as esferas sociais e individuais.

Nesta pesquisa decidimos, por objetivo, aprofundar o debate sobre a dimensão subjetiva da precarização do trabalho enfatizando a relação que se estabelece na condição de trabalho quarteirizado no município de Blumenau/SC, em particular como esta relação se dá no segmento têxtil-vestuarista.

O trabalho quarteirizado é um conceito estabelecido juridicamente como um processo de gerência realizado para o controle de empresas terceirizadas por uma empresa também terceirizada. Segundo, Henrique Correia (2021):

Trata-se da transferência de parte da gestão dos serviços de uma empresa terceirizada para uma nova empresa. Assim, além da relação que existe entre prestadora de serviço e tomadora (terceirização), verifica-se a transferência de um setor da empresa terceirizada para uma nova empresa (quarteirizada). Esta empresa gestora é quem teria o vínculo quarteirizado

com a contratante. Partindo desta premissa, é possível deduzir que, se estabelece um contrato para esta relação, portanto, a partir do conceito jurídico, o trabalho quarterizado em pouco se difere do terceirizado. Afinal, todas prestam um serviço para a contratante, balizadas através de um contrato (CORREIA, 2021, p.496).

Compreendemos que esta definição de quarterização não exprime concretamente o significado do trabalho quarterizado e por sua vez, não dá conta da realidade a qual os trabalhadores quarterizados vivenciam. Adotamos então, o conceito de quarterização conforme exposto por Fronza (2017) que define a quarterização como um processo de repasse informal de demanda dos prestadores de serviço terceirizados a terceiros, e que, via de regra não é autorizado (legalmente) pelo contratante primeiro. Esta relação caracteriza-se, pelo não estabelecimento de vínculos trabalhistas, estando assim os trabalhadores quarterizados desprotegidos pela seguridade social, à margem dos direitos básicos previstos na legislação de trabalho e previdenciária.

Estes trabalhadores estão, portanto, sujeitos a uma dinâmica de trabalho que os relega à condição de trabalhadores explorados no sentido mais amplo. Cabe ressaltar que não é incomum que deduzamos que na esfera da precarização da força de trabalho, o trabalhador que se encontra nesta situação seja compreendido como uma pessoa sem especialização técnica e que sua vinculação ao trabalho quarterizado se dá pela necessidade de ganho de renda e pelas poucas oportunidades ofertadas pelo mercado de trabalho devido a falta de qualificação técnica. Ocorre que no campo do trabalho quarterizado esta percepção não se configura tão diretamente. A partir disso, surgem alguns questionamentos sobre como um trabalhador com certo nível técnico ou experiência consolidada na sua área de atuação opta pelo trabalho quarterizado?

O parágrafo acima faz um questionamento que nos convoca à singularidade humana, não como negação da dialética existente nas relações humanas, mas como um caminho que nos possibilite enxergar o que o trabalhador quarterizado age/faz com aquilo que lhe está posto. Para isto se faz necessário realizar o exercício compreensivo teórico-histórico acerca das condições materiais e subjetivas que se dão na relação do ser social com a dimensão subjetiva local e do trabalho. Para tanto, entendemos que este caminho deve ser percorrido a partir dos pontos que detalharemos abaixo e que estão apresentados na organização e estrutura desta pesquisa.

No capítulo 1 deste trabalho trataremos dos aspectos teóricos que balizam esta pesquisa, compreendemos, portanto, que as categorias Trabalho, Subjetividade e A Dimensão Subjetiva da Realidade são os três pilares que nos servem como norte teórico.

O Trabalho enquanto categoria, assim como apresenta Marx em suas obras, tem por efeito a viabilidade do ser social. Isto implica dizer que é a partir do trabalho que o humano se efetiva como humano. Furtado e Svartman (2009) compreendem que a categoria trabalho assume papel fundamental para a compreensão do ser social, é a partir da relação da atividade humana com as coisas que o ser social adquire reflexo consciente da realidade, desenvolve linguagem, atenção, memória, sensação, percepção, emoção e pensamento. Isto quer dizer que existe uma processualidade histórica na qual se produz um mundo social e histórico composto por sentidos e significados que são constituídos na relação coletiva do trabalho. Portanto, é possível afirmar que não se pode compreender a formação do ser social sem que levemos em conta as condições reais em que este se desenvolve por meio de sua atividade.

Isto nos leva a um próximo passo, a Subjetividade, que por vezes foi compreendida exclusivamente como substância interna do sujeito e que pouco teria relação com a objetividade passa a ser considerada com produção social. Caso aceitássemos esta primeira concepção incorreríamos numa generalização arbitrária e a-histórica. Contrariamente a isso, nos pautamos numa concepção de subjetividade que se dá na relação não dicotômica entre subjetividade e objetividade, assim, a subjetividade é compreendida como fruto da experiência humana coletiva, não manifesta em linearidade ou resultante de etapas sequenciais ou combinadas e sim, constituída em movimento e em permanente transformação.

A compreensão de que a subjetividade é dinâmica e, portanto, se transforma nos indica a presença das particularidades postas aos sujeitos no viver em sociedade que se estabelecem antes mesmo do seu existir. Deste modo, compreendemos que toda forma social traz consigo um modo de agir e que são fortemente influenciados a partir de uma dimensão subjetiva da realidade.

A dimensão subjetiva da realidade apresenta-se como parte e todo da realidade, mas se forma a partir das condições de possibilidades de cada lugar. Considerando isto, encaramos a dimensão subjetiva da realidade como um processo histórico e dinâmico.

Assim, ao considerar a dimensão subjetiva da realidade do trabalho precarizado na cidade de Blumenau e nas relações de trabalho quarterizado, se exige a partir da Psicologia Sócio-Histórica, uma leitura que abarque sua dimensão histórica. Apresentaremos no capítulo 2 um olhar sobre a história de Blumenau, partindo do processo de fundação da então colônia alemã, sua industrialização, e a construção e reestruturação de uma dimensão subjetiva local que permanece até os dias atuais e que é perceptível no modus de sociabilidade local.

Por fim, conheceremos a história das trabalhadoras quarterizadas Paula, Nina, Laura e Mari⁸, sua história de vida e a relação com o trabalho quarterizado e a presença da dimensão subjetiva como componente da sua condição. Desta maneira foram estabelecidas categorias de análise que entendemos estarem coerentes a realidade local e à análise.

⁸ Nomes fictícios que tem o intuito de proteger a identidade das trabalhadoras que participaram desta pesquisa.

1. A PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA SÓCIO-HISTÓRICA – COMO A GENTE VÊ O TRABALHO

Este capítulo versa, sobretudo, sobre os fundamentos em que se ancoram esta pesquisa. Dito isto, apresentamos algumas categorias que são elementares para que possamos estabelecer à luz da Psicologia Social Sócio-Histórica a compreensão do fenômeno da quarteirização frente às dimensões subjetivas da realidade. Assim, buscaremos não só apresentar tais categorias, mas também, dialogar sobre suas implicações na relação do sujeito e seu cotidiano.

1.1 TRABALHO

Em Marx e Engels, o trabalho, é apresentado de duas maneiras distintas, como trabalho abstrato e trabalho concreto. A diferença entre ambas está na forma de expressão de cada uma: o trabalho abstrato, refere-se à alienação, à condição de assalariamento, à atividade social do trabalhador, corresponde à vinculação da vida à submissão ao capital, em outras palavras, o trabalhador torna-se mercadoria, coisa, produto. O trabalho, por sua vez, é categoria. Isto significa dizer que o trabalho é agente de construção humana, de desenvolvimento social humano, de socialidade. Assim, o trabalho, caracteriza-se essencialmente por ser a única categoria que matriza o ser social (LESSA, 2012).

Nas teorias marxistas, o trabalho, é categoria central deste pensamento, pois, como exposto anteriormente, se apresenta como viabilizador do ser social. Engels em seu texto “Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem” de 1876⁹, define o trabalho, não apenas como fonte de riqueza – compreensão economicista à época – mas, como condição necessária da vida humana. Nas palavras do autor: “podemos afirmar que o trabalho criou o próprio homem” (ENGELS, [1896] 2013, p.13). Cabe ressaltar que esta simples afirmação não esmiúça a complexidade deste processo como tal, para tanto, tentaremos aqui apresentar elementos que possibilitem uma maior compreensão acerca deste processo.

Vigotski ao descrever o processo de aquisição e qualificação de habilidades, originárias da relação entre o sujeito e a natureza, observa que a partir da utilização da

⁹ Embora tenha sido escrito no ano de 1876, sua primeira publicação corresponde ao ano de 1896 no Neue Zeit.

ferramenta na intermediação desta relação, é improvável supor que este movimento não resulte na formação de novas funções psíquicas e de comportamento (FURTADO e SVARTMAN, 2009).

Isto nos faz remeter a Marx ([1867] 2015) quando o autor apresenta as particularidades existentes entre a condição humana e animal no processo de trabalho.

Pressupomos o trabalho numa forma em que ele diz respeito unicamente ao homem. Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e uma abelha envergonha muitos arquitetos com a estrutura de sua colmeia. Porém, o que desde o início distingue o pior arquiteto da melhor abelha é o fato de que o primeiro tem a colmeia em sua mente antes de construí-la com a cera. No final do processo do trabalho, chega-se a um resultado que já estava presente na representação do trabalhador no início do processo, portanto, um resultado que já existia idealmente. Isso não significa que ele se limite a uma alteração da forma do elemento natural; ele realiza neste último, ao mesmo tempo, seu objetivo, que ele sabe que determina, como lei, o tipo e o modo de sua atividade e ao qual ele tem de subordinar sua vontade. E essa subordinação não é um ato isolado. Além do esforço dos órgãos que trabalham, a atividade laboral exige a vontade orientada a um fim, que se manifesta como atenção do trabalhador durante a realização de sua tarefa, e isso tanto mais quanto menos esse trabalho, pelo próprio conteúdo e pelo modo de sua execução, atrai o trabalhador, portanto, quanto menos este último usufrui dele como jogo de suas forças físicas e mentais (MARX, [1867] 2015, p.255-256).

A atividade, portanto, tem papel mediador na constituição do ser social, pois, ao realizar a atividade o sujeito se relaciona com seus semelhantes e fabrica meios, ferramentas e instrumentos. Para Vigotski, que busca analisar a função mediadora presente na relação entre o sujeito e a atividade, o instrumento é fomentador de mudanças externas, porque amplia a possibilidade e a capacidade humana de intervenção na natureza. Assim como destaca Marx: “o uso e a criação de meios de trabalho, embora existam em germe em certas espécies de animais, é uma característica específica do processo de trabalho humano” (MARX, [1867] 2015, p.257). Ao contrário de outras espécies animais, os humanos não apenas produzem suas ferramentas para realizar tarefas específicas, mas também são capazes de preservá-las para uso posterior, preservar suas funções e repassá-las aos membros de seu grupo, aperfeiçoar ferramentas antigas e criar novas (REGO, 2013).

Neste sentido, é possível perceber o caráter transformador do trabalho em essência, quando, por meio da atividade do trabalho, é possibilitado ao sujeito um espaço de relação criativa onde compreende o objeto em forma de processo. O trabalho

transcende a relação direta entre natureza e sujeito, não limitando-se, portanto, a satisfação das necessidades humanas imediatas ou de sentido utilitarista. Assim, o trabalho, permite/possibilita ao sujeito uma dupla condição na qual transforma a natureza e a si mesmo.

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural [*Naturmacht*]. A fim de se apropriar da matéria natural de forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeça e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua natureza (MARX, [1867] 2015, p.255).

Objetivando satisfazer as necessidades materiais de reprodução social, o trabalho caracteriza-se por ser o primeiro ato histórico humano que viabiliza esse processo. Isto porque o processo de transformação da esfera do ser natural se realiza por meio do uso dos próprios elementos disponíveis na natureza. Isto acontece ou se realiza justamente pela possibilidade da condição humana de realizar uma atividade consciente, onde produz elementos e meios de produção e reprodução elementares à vida. Não seria exagero afirmar que nesta base se sustenta a existência do mundo dos homens e a inauguração do ser social. Isto porque o trabalho, por meio da atividade, possui caráter ontológico pois retira o ser da sua condição puramente biológica.

Sendo o trabalho um ato específico da atividade humana, o indivíduo realiza o confronto com a natureza de modo que ele próprio, através dessa ação, possa mediar, regular e controlar esse ato, dominando o processo de trabalho em sua totalidade. (...) movimenta suas forças naturais e se confronta com a natureza, transformando a matéria natural e produzindo algo novo, de modo que atenda suas necessidades de sobrevivência. Nesse movimento, o homem através do trabalho ultrapassa seus limites naturais produzindo a si como gênero humano (GOIS, 2017, p.2).

Para Marx ([1932] 2010), o trabalho é condição do gênero humano, logo o humano utilizar-se-á da sua capacidade de transformação da natureza para o atendimento de suas necessidades básicas. Então, ao pensarmos na possibilidade de uma forma, expressão ou organização social, podemos inferir que sua existência se dá a partir do trabalho. Isto porque, toda forma de organização social desenvolverá e terá em sua dinâmica o trabalho como própria condição de viabilidade, perpassando pela especificidade, organização e pela história daquela forma social organizada.

Nesse entendimento, a relação que se estabelece entre o homem e a natureza é essencial para a existência humana porque sem ela qualquer forma de sociedade é impossível. Para atender às suas necessidades, o homem investe sobre a natureza, transformando-a e se transformando e assim, adquirindo novas habilidades. O trabalho é o agente que permite esta ação e também, é o que viabiliza o surgimento de um novo tipo de homem, isto porque, toda sociedade tem como fundamento uma forma específica de trabalho.

Para Lukács ([1960] 2013), o trabalho é condição vital ao sujeito, não somente pela necessidade e manutenção da vida – condição orgânica – mas como superação no sentido qualitativo e ontológico. Em suas palavras:

(...) através dele [trabalho] realiza-se, no âmbito do ser material, um pôr teleológico enquanto surgimento de uma nova objetividade. Assim, o trabalho se torna o modelo de toda práxis social, na qual, com efeito – mesmo que através de mediações às vezes, muito complexas –, sempre se realizam pores teleológicos, em última análise, de ordem material (LUKÁCS, [1960] 2013, p. 47).

Lukács (1981), portanto, ressalta a centralidade do trabalho como agente propulsor da evolução do ser social, destacando o movimento entre atividade e realização. O trabalho, sobretudo, é uma expressão de um pôr teleológico¹⁰, uma experiência que se reproduz na vida cotidiana de todos os sujeitos. Isto quer dizer que existe uma processualidade histórica a qual produz um mundo social e histórico composto por sentidos e significados que são constituídos na relação coletiva do trabalho. Desta forma, não se pode compreender a formação do ser social sem que tomemos em conta as condições reais em que este se desenvolve por meio de sua atividade.

Acompanhando o pensamento de Lukács, no campo da Psicologia Sócio-Histórica, Furtado e Svartman (2009) compreendem que a categoria trabalho assume papel fundamental para a compreensão do ser social, pois, é a partir da relação da atividade humana com as coisas que o ser social adquire reflexo consciente da realidade, desenvolve linguagem, atenção, memória, sensação, percepção, emoção e pensamento.

¹⁰ Para Lukács, o pôr teleológico inaugura o ser social não apenas no âmbito da transformação da Natureza pelo homem, mas também no âmbito da superestrutura, onde se produz, mediante o encadeamento de séries causais que daí decorrem, relações interpessoais, escala de valores, concepções, sentidos e significados.

O trabalho assume papel essencial na vida humana, é agente de transformação ao passo que, não representa tão somente uma atividade de relação com o meio objetivada à produção, mas como processo criativo de produção e de subjetivação. Assim, “(...) o trabalho se constitui como categoria fundante do ser social, gênese sobre a qual se ergue, com as devidas mediações, a estrutura das diferentes formas de sociabilidade e constituição dos indivíduos humanos enquanto tais” (ALCÂNTARA, 2014, p. 118). Esta relação se estabelece a partir de um campo objetivo da dinâmica social, ou seja, é na relação concreta entre o sujeito e as coisas que este (sujeito) transcende sua condição ontológica.

Essa realidade objetivamente não teleológica, o meio ambiente da práxis humana, é, portanto, uma realidade puramente social, e também o metabolismo com a natureza, com o qual teve início a própria socialização, é mediado socialmente desde o princípio, mas essa mediação cresce ininterruptamente, tanto quantitativa como qualitativamente, e domina cada vez mais toda a vida humana, tanto em seus conteúdos como em suas formas (LUKÁCS, [1960] 2013, p. 460).

O trabalho é, de fato, uma forma de expressão humana que se caracteriza por sua relação dialética ontológica. Isto quer dizer, segundo a concepção marxista, que não é possível distinguir o homem do processo de trabalho, pois, este sujeito é constituído e constituinte deste processo.

Ao concebermos o trabalho na sua expressão de atividade, é preciso que nos atentemos sobre a dinâmica e as formas de relação existentes na venda da força de trabalho, pois, aqui se desenvolvem as cadeias de exploração que se configuram a partir do Capitalismo e que impactam diretamente a vida humana. As mudanças nas relações de produção ao longo da história visavam à superação dos modelos de exploração do trabalho impostos aos sujeitos no período feudal, objetivando a liberdade para que pudessem comercializar sua atividade de trabalho. No capitalismo houve uma ruptura em relação ao feudalismo no que tange a organização econômica, social e política. O sistema feudal não era fundamentado no comércio, mas tinha como base as trocas naturais entre o senhor feudal e o camponês. Com o capitalismo, pela primeira vez na história, ocorre a possibilidade da venda da força de trabalho.

O processo e a viabilização da venda da força de trabalho e o estabelecimento do Capitalismo, seguido da Revolução Industrial, inauguram um novo espaço, a fábrica. A partir da inserção dos trabalhadores na fábrica a relação com o trabalho é cada vez mais objetificada. É neste período, que se aprofunda o esvaziamento de sentido do

trabalho para o ser social, ou ainda, a perda do sentido primeiro do trabalho como atividade de transformação humana respondente às suas necessidades (SVARTMAN, 2010). Isto se dá, por meio da dinâmica do processo produtivo fabril, que produz uma cortina de anulação compreensiva ao trabalhador, limitando-o a condição de parte/etapa do processo de trabalho, impossibilitando a este trabalhador a compreensão da totalidade dos processos implicados na sua atividade do trabalho e aos resultados/produtos de sua força de trabalho.

Na sociedade burguesa, o trabalhador é tomado por uma dinâmica de exploração que se fundamenta na desapropriação do fruto do seu trabalho, quanto mais riqueza, quanto mais for sua capacidade produtiva, mais este trabalhador se torna despossuído do que produz. “Essa transformação, o advento da mais-valia¹¹, a transformação do trabalho em mercadoria, tem decorrências profundas na sociedade humana e, também, no comportamento humano, que, obviamente se deram dialeticamente relacionadas” (LANE; CODO, 2012, p. 143). Marx aponta que inserido na dinâmica do capital, o trabalhador ao produzir, não apenas produz bens, produz a si mesmo como produto de consumo – força de trabalho -.

Este fato nada mais exprime, senão: o objeto (Gegenstand) que o trabalho produz, o seu produto, se lhe defronta como um ser estranho, como um poder independente do produtor. O produto do trabalho é o trabalho que se fixou num objeto, fez-se coisa (sachlich), é a objetivação (vergegenständlichung) do trabalho. A efetivação (verwirklichung) do trabalho é a sua objetivação. Esta efetivação do trabalho aparece ao estado nacional-econômico como desefetivação (entwirklichung) do trabalhador, a objetivação como perda do objeto e servidão ao objeto, a apropriação como estranhamento (Entfremdung), como alienação (Entausserung) (MARX, [1844] 2010, pg.80).

A dinâmica de trabalho que se estabelece na sociedade burguesa tem por característica a ocultação da relação imediata entre o trabalhador e a produção. A inserção de maquinaria automatizada na linha de produção tem por objetivo direto aumentar a produção, contudo, impõe aos trabalhadores uma lógica de continuum produtivo e como reflexo disto, lhe é retirada a possibilidade de estabelecer a comunicação/sociabilidade com seus pares. Estes trabalhadores são submetidos à

¹¹ O conceito de mais-valia insere-se na relação entre produção de mercadoria, valor de uso, valor de troca e o valor do trabalho aplicado na produção, em outras palavras, Marx em O Capital, apresenta a teoria da Mais-Valia ou Mais-Valor que consiste na disparidade entre o valor produzido por um trabalhador e o que lhe é remunerado.

privação de tempo livre e relegados à condição de extensão do maquinário no qual operam. Nesse contexto, “(...) a opressão gerada pela organização do trabalho fabril está relacionada à impossibilidade de participação, participação criativa nas atividades feitas, participação política na gestão do que é feito e como é feito” (Weil *apud* Svartaman, 2010, p. 9). O trabalho burguês produz “maravilhas para o rico, mas privações para o trabalhador; produz palácios, mas cavernas para o trabalhador; produz espírito, mas imbecilidade e cretinismo para o trabalhador” (MARX, [1844] 2010, pg. 82).

Portanto, inserido na dinâmica do capital produtivo, o trabalhador, tomado pelo tempo da fábrica, não se identifica com aquele espaço, pois, não estabelece qualquer participação para além da produção objetiva. Não participa das tomadas de decisão sobre o que é realizado, ou sobre o produto do seu trabalho, distancia-se do sentido empregado à atividade do trabalho como produção humana.

1.2 SUBJETIVIDADE

A Psicologia se institui como área específica na ciência no ano de 1879¹² e é influenciada diretamente pela ascensão da classe burguesa. Durante parte da sua recente história, debruçou-se sobre os processos concernentes à razão humana, à liberdade, à transformação da realidade e ao próprio homem. Neste período, a ciência de maneira geral, é também marcada pelo positivismo, racionalismo, mecanicismo, associacionismo, atomismo e pelo determinismo (BOCK, 2015).

A subjetividade torna-se objeto de discussão e pesquisa teórica a partir do advento da ciência moderna e suas incursões no campo da psicologia. Neste momento, a psicologia fundamentava-se essencialmente na concepção naturalista e positivista – perspectivas propostas pela ideologia dominante à época – isto indica que havia certa inclinação investigativa acerca da subjetividade no que diz respeito ao controle, instrumentalidade e à sua utilidade (FIGUEIREDO, 2002).

Na Psicologia, a subjetividade, por vezes, foi e muitas vezes é compreendida como substância interna do sujeito – traço de sua história recente -. Considerando esta hipótese, é possível compreender que se define como premissa básica a dissociação

¹² Ano de fundação do primeiro Laboratório de Psicologia Experimental, fundado por Wundt, em Leipzig, na Alemanha, entende-se que sua fundação estabelece o marco histórico do estabelecimento da Psicologia como Ciência.

entre o exterior e interior, entre o subjetivo e o objetivo. Neste sentido, não seria difícil supor, que a partir desta visão, a singularidade humana ou aquilo que nos difere do todo social enquanto indivíduo se sustenta nesta cisão. Ocorre que, ao considerarmos esta premissa, inevitavelmente estabelecemos a negação da relação entre o sujeito e o contexto sócio-histórico em que vive, relegando a subjetividade à condição de produção interna e autônoma deste sujeito. Isso nos faz perceber que ao sustentar essa hipótese, anula-se qualquer desdobramento desta relação, ou seja, tudo que se elabora ou reproduz do ponto de vista cultural e social não é fruto da relação com o meio e o sentido empregado às coisas é resultado direto da interioridade humana (MOLON, 2011).

Esta percepção dicotômica entre subjetividade e objetividade no processo de desenvolvimento da subjetividade é também exposto por Gonçalves (2015).

A separação entre objetividade e subjetividade leva a uma naturalização tanto dos aspectos subjetivos como dos aspectos objetivos, que, em última instância, faz com que esses aspectos pareçam independender uns dos outros. A partir do momento em que são tomados como independentes, passam a ser vistos como autônomos, com movimento próprio e natural (GONÇALVES, 2015, p. 60).

Por sua vez, a leitura da subjetividade amparada a partir da Psicologia Sócio-Histórica, abandona qualquer divisão. Compreende, portanto, a subjetividade como expressão humana construída por meio da dialética objetividade-subjetividade, isto quer dizer, se estabelece a partir das relações concretas humanas e da história. Portanto, na Psicologia Sócio-Histórica, a subjetividade é compreendida como fruto da experiência humana, não manifesta em linearidade ou resultante de etapas sequenciais ou combinadas e sim, constituída em movimento e em permanente transformação (BOCK e FURTADO, 2020).

Anteriormente à Psicologia Sócio-Histórica, Marx já nos apresentava alguns indicativos de que a subjetividade é resultado da relação humana com o meio social e que não apresenta qualquer divisão entre interioridade e exterioridade. No prefácio de sua obra *Contribuição à Crítica da Economia Política*, afirma “O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência” (MARX. [1859] 2008, p.47). Assim como nas Teses sobre

Feuerbach, onde Marx em sua VI tese apresenta sua concepção de essência humana, de subjetividade e homem, “(...) a essência humana não é uma abstração inerente a cada indivíduo. Na sua realidade ela é o conjunto das relações sociais” (MARX,[1845] 2007, p.534).

Complementarmente a Marx, Vigotski ([1934] 1999; [1978] 2008) oferece reflexões importantes para se entender a relação entre subjetividade e objetividade, pensamento e linguagem, relações sociais e individualidade, trabalho e cultura. Destacando que, toda atividade psicológica é mediada por signos que permitem ao sujeito criar instrumentos e signos (instrumentos materiais, que fortalecem as mãos, e mentais, para fortalecer a mente) que o auxiliem na sua atividade de garantir a sobrevivência, sendo o mais relevante a linguagem.

Assim, como destaca Vigotsky ([1934] 2001), a condição de ser consciente e a de se comunicar permitem ao sujeito avaliar a si mesmo, este é o fenômeno ontológico por excelência. A linguagem tem função de intercâmbio social, sendo um sistema simbólico de representação da realidade pela qual as pessoas exprimem pensamentos, sentimentos, intenções e perpetuam culturas e tradições. Segundo este teórico, atividade e linguagem são indissociáveis, e são estas que medeiam a constituição histórica do sujeito e de seu psiquismo.

A palavra tem duas dimensões: o significado e o sentido. O primeiro é mais estável que os sentidos, mas sofre variações em diferentes contextos históricos e culturais. Ele se refere ao sistema de relações objetivas que se formou no processo de desenvolvimento da palavra, constituindo um núcleo relativamente estável, compartilhado por todas as pessoas que a utilizam. Já o sentido é inconstante e se modifica de indivíduo para indivíduo e em um mesmo indivíduo. Para Vigotski ([1934] 2000, p. 465): “(...) o sentido é sempre uma formação dinâmica, fluida, complexa e que tem várias zonas de estabilidade variada”. Assim, o sentido depende da vivência pessoal de cada sujeito e não é representado plenamente na palavra.

Desta forma, o conceito subjetividade se apresenta como uma ideia de psique humana que não apenas se manifesta nos processos psíquicos dos indivíduos, mas também nos processos psíquicos que acontecem nos espaços sociais. A subjetividade se representa simultaneamente na organização individual e na organização dos diferentes

espaços sociais. Portanto, é possível afirmar que a sociedade tem uma dimensão subjetiva que não é a soma da subjetividade dos indivíduos, é uma produção que acontece pelos processos discursivos, imaginários, relacionais que se dão no espaço social. Aguiar (2000) é precisa ao detalhar a forma como se dá esta mediação:

(...) a realidade objetiva não depende de um homem em particular: ela preexiste e, nessa condição, passará a fazer parte da subjetividade de cada homem em particular. Nesse momento, ao mesmo tempo que é realidade objetiva, independente do sujeito em particular, ela "se nega enquanto tal" (como realidade objetiva), justamente porque passa a ser realidade subjetiva. Na passagem de "fora" para "dentro", a realidade objetiva, como coloca o autor, transforma-se: "representa o objetivo no subjetivo, uma forma particular de existir do mundo exterior no interior" (VIGOSTSKI, 1978, p. 98). Nega-se, assim, a dicotomia objetividade-subjetividade, que passa a ser vista em uma relação de mediação, na qual um existe por intermédio do outro, sem que um se dilua no outro, perdendo sua identidade (AGUIAR, 2000. p. 129).

Luria (1987) contribui de forma valorosa ao apontar que é necessário, antes de tudo, realizar uma investigação acerca do fenômeno da consciência¹³ que transcenda a condição orgânica do homem. Isto porque o homem tem a capacidade de abstrair o mundo objetivo, ou seja, realiza um movimento que o permite deparar-se diante da realidade objetiva e pensá-la, conceitualiza-la e projeta-la em sua consciência. Para ser mais preciso, em *Pensamento Linguagem*: as últimas conferências de Luria¹⁴, o autor apresenta, após destacar a importância do objeto da psicologia, a condição e possibilidade do homem em relacionar-se com a realidade de maneira particular:

A análise de como se forma o reflexo imediato da realidade, de como o homem reflete o mundo real que vive, de como elabora uma imagem do mundo objetivo, constitui parte considerável de todo o conteúdo da psicologia. Porém o fato fundamental é que o homem não limita à impressão imediata do que o circunda, está em condições de ultrapassar os limites da experiência sensível, de penetrar mais profundamente na essência das coisas. O homem pode abstrair características isoladas das coisas, captar os profundos enlacs e relações em que se encontram (LURIA, 1987, p.11).

Esta passagem nos permite compreender que o homem toma a realidade de forma não objetivada, também nos indica que há a presença de uma base material

¹³ Luria em associação a Vigotski e Leontiev buscaram investigar, dentre tantos processos do desenvolvimento humano, a constituição do psiquismo. A palavra consciência aqui mencionada no texto refere-se ao complexo processo da constituição da consciência humana e que inevitavelmente não descarta a subjetividade.

¹⁴ Esta obra é resultado de uma coletânea de conferências ministradas à estudantes de psicologia e de áreas ligadas a linguagem por Alexander Romanovich Luria (1902 – 1977) durante seus últimos anos na Universidade de Moscou

concreta na relação entre o homem e a realidade. O homem, como aponta o autor, tem a capacidade de abstração da realidade direta (objeto), contudo, a realidade apresenta a ele uma percepção que é por ele levada a abstração. Nesse sentido, Leontiev descreve a subjetividade como um processo que pertence ao indivíduo, e o fato de pertencê-lo torna-se também único, singular, nas suas palavras:

A tese de que o reflexo psíquico da realidade é sua imagem subjetiva indica que a imagem pertence ao sujeito real da vida. Mas o conceito de subjetividade da imagem no sentido de seu pertencimento ao sujeito da vida, implica a indicação de sua atividade (LEONTIEV, 1978, p.46)

E continua

Por isso, o conceito de subjetividade da imagem inclui o conceito de parcialidade do sujeito. (...) Aliás, é muito importante destacar que essa parcialidade está objetivamente determinada e que se expressa não na inadequação da imagem (ainda que também possa expressar-se nela), mas em que esta permite penetrar ativamente na realidade. Dito de outro modo, a subjetividade no nível do reflexo sensorial não deve ser compreendida como um subjetivismo, mas como sua “subjetualidade”, isto é, seu pertencimento ao sujeito ativo (LEONTIEV, 1978, p.46-47).

Complementarmente a isso, Lukács (2010) afirma que o ser social, é histórico e materialmente determinado, mas ontologicamente autônomo, isto quer dizer, que nossa compreensão da realidade se efetiva por meio da práxis. Portanto, é na interação com o mundo objetivo que o ser social percebe a própria realidade. Aqui, faz-se importante destacar que para Lukács a passagem do ser natural ao ser social ocorre por meio do trabalho, isto porque todas as outras categorias desta nova forma de ser (ser social), como a linguagem, cooperação, entre outras, já são produtos da própria sociabilidade. Portanto o trabalho apresenta-se unicamente como expressão mediadora que viabiliza a mudança da forma natural para a social (COSTA, 2015).

Podemos afirmar que o sujeito, ao estabelecer relação com as coisas (objetividade) tem a capacidade de realizar *post festum* a compreensão desta relação e colocar-se no mundo, isto quer dizer que a causa é anterior à compreensão da ação. Desta forma, esta relação sujeito-objeto, configurada a partir da capacidade humana de compreender o fenômeno é, como destaca Furtado (2011, p. 71), “função teleológica¹⁵ que permite antecipar ou prever a causa”.

¹⁵ Refere-se a função teleológica a capacidade de relacionar um acontecimento com seu efeito final.

Seguindo este pensamento, Gonzalez Rey (2003) compreende que a subjetividade não se limita à psique humana, é um nível da psique que se configura na vida cultural do homem. Portanto, a subjetividade depende de um processo constitutivo que está intimamente relacionado às condições sociais, culturais e históricas.

É preciso ressaltar que a noção de historicidade é fundamental para compreendermos que a subjetividade não é produto estabelecido de maneira objetivada na relação com as coisas, há uma dinâmica histórica que também agrega elementos que são concernentes ao seu tempo e que influem sobre os sentidos e significados que o ser social produz. Isto quer dizer que na história de cada sujeito a um conjunto de fatores que constituem sua própria história e que condicionam seu comportamento em uma dada situação e que podem compor sua realidade antes mesmo da sua existência.

Assim como nos alerta Furtado ao ressaltar que a dimensão subjetiva da realidade é também produto do seu tempo histórico, em suas palavras, “(...) se expressa e se desenvolve com base nos determinantes históricos, econômicos e sociais. Isto quer dizer que a dimensão subjetiva não é a mesma desde o aparecimento da espécie” (FURTADO, 1998, p.33).

Como defendido anteriormente, consideramos o trabalho como espaço fundamental na formação do ser social e, portanto, um espaço de potência na mediação da dialética subjetividade-objetividade para a produção da subjetividade.

Pensar a atividade do trabalho como mediadora do processo de subjetivação nos coloca diante a uma problemática, pois, a partir das configurações das relações de trabalho aos moldes capitalistas o sujeito trabalhador torna-se produto. Isto implica dizer que, o trabalhador submetido à dinâmica do capital é contagiado pelo discurso da condição autônoma pregada pelo capital. Portanto, a subjetividade enquanto categoria nos aparece como problemática.

(...) pois pressupõe o 'sujeito autônomo', constituído a partir do processo histórico da modernidade capitalista. Mas o sujeito autônomo é uma ficção burguesa. É provavelmente a principal promessa civilizatória frustrada pelo capital. O que significa que estamos diante de um processo histórico-dialético intrinsecamente contraditório: o capitalismo em seu devir histórico, como sistema social produtor de mercadorias, constituiu (e, ao mesmo tempo, desconstituiu) o sujeito humano autônomo (ALVES, 2005, p, 420).

Tomemos como exemplo a organização de trabalho a partir da lógica capitalista, mais especificamente do toyotismo que visa não apenas reter a capacidade produtiva do trabalhador, mas também organiza-se com vistas a capturar sua subjetividade. O trabalhador cada vez mais é encorajado a pensar a partir da organização fabril e da antecipação de problemas, orienta sua subjetividade alinhada a proteção da produção capitalista.

González Rey (2003) entende que o sujeito cria espaços de sentido a partir das áreas de contato, ou seja, campos de relação que se dão ou se configuram a partir de estruturas estabelecidas pelas instâncias dominantes, seja nas dimensões familiares, religiosas, institucionais. Nesse sentido, a subjetividade é possível ao sujeito dentro de um campo de controle disponível a partir da dimensão social, é resultado das relações que lhe são possíveis.

O que se estabelece aqui, é o fato de que a subjetividade não é apenas individual, existe uma subjetividade social, isto não significa dizer que existe uma cisão entre uma subjetividade individual e uma subjetividade social. Portanto, os processos de subjetivação que se apresentam nas relações individuais criam espaços de subjetividade social. Uma vez formado, este novo espaço, constituído pela ação e inter-relação dos indivíduos entra dentro de um outro sistema que não é apenas a subjetividade dos indivíduos (GONZALEZ REY, 2003).

O trabalho se configura para o sujeito como espaço pertencente a sua dimensão social, é nos processos desenvolvidos no âmbito da atividade do trabalho que permitem a este trabalhador, dentro do que lhe é possível, produzir subjetividade.

[...] a compreensão de que o espaço define, em primeira instância, a possibilidade da existência do ser humano e da produção dessas condições de existência. O trabalho, fundamento do humano, é condição da existência humana. Neste mesmo sentido, o espaço, como já o propôs Milton Santos (SANTOS, 1999), é a condição à ação objetiva no mundo. (NOGUEIRA, 2009, p. 70 – 71).

No contexto de trabalho precarizado, como a quarteirização, é possível afirmar que os processos de subjetivação desses trabalhadores são de certo modo capturados pelo capital. Conforme Alves (2008), ao se desenvolver o espaço da subjetividade (e as formas de subjetivação e de constituição da individualidade moderna), o sujeito e os

espaços da subjetividade são irremediavelmente negados, invertidos e obliterados pelas relações sociais capitalistas de produção da vida social.

O trabalhador diante da fragilização das relações de trabalho acaba por torna-se invisível frente à sociedade e ao Estado e ainda, não toma conhecimento da configuração dos processos da sua atividade do trabalho. O trabalhador é alienado da sua atividade, não reconhece sua criação como sendo pertencente a ele, lhe é estranha, isso decorre porque sua relação é recortada, fragmentada e marginalizada pelo capital. Este isolamento resultante de uma nova configuração de trabalho está diretamente ligado aos processos constitutivos da subjetividade.

1.3 A DIMENSÃO SUBJETIVA DA REALIDADE

As categorias discutidas até aqui, nos conduzem a uma leitura que extrapola a objetividade como representação do real. Como pudemos analisar, as categorias Trabalho e Subjetividade apresentam particularidades que direcionam nosso olhar para uma dinâmica que se configura para além da forma como a realidade se manifesta num campo imediato. Assim, como Karel Kosik (1978) apresenta em sua obra *Dialética do Concreto*, é necessário que se faça, a fim de aproximar-se ao máximo da realidade concreta, a desconstrução da forma aparente em que se expressa a realidade. Neste sentido, a categoria Dimensão Subjetiva da Realidade nos permite condição de possibilidade nesta desconstrução, não como método, mas como lugar, parte e todo da própria realidade concreta a ser analisada.

A Dimensão Subjetiva da Realidade, é uma categoria que Odair Furtado (1998) desenvolveu em sua tese¹⁶ de doutoramento, que apresenta a configuração de uma dimensão subjetiva da realidade que emerge da relação indissociável entre objetividade e subjetividade. Considera-se na dinâmica da dimensão subjetiva da realidade os aspectos individuais, históricos, culturais, econômicos, interculturais, políticos e globais. Estes aspectos não são avaliados em suas generalidades e sim, na particularidade das condições em que se manifestam.

¹⁶ Tese de Odair Furtado - Dimensões Subjetivas da Realidade: um estudo da subjetividade social no Brasil (1998). Disponível em <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/17280>

Desta forma, Furtado toma em conta o processo de desenvolvimento cultural, de desenvolvimento socioeconômico de um povo/nação, as relações de dominação que se estabelecem na economia e cultura entre países ao longo da história, bem como, na sua interrelação com e nos sujeitos.

A realidade é uma condição posta ao ser humano. E a partir desta imposição, o sujeito estabelece uma relação permeada por valores e dinâmicas sociais que lhe são apresentadas como sentido do real. Este conjunto de fatores “demarcam condições subjetivas que influem diretamente na produção de ideias de um determinado período” (FURTADO, 1998. p 3). Contudo, esta realidade não se apresenta ou se dá tão somente como reprodução do tempo presente, traz consigo um complexo percurso que nas suas múltiplas conexões e intersecções com a própria história, produz a realidade de um determinado tempo. Esta realidade é, portanto, dialética.

[...] a realidade é a expressão do campo de valores que a interpretam (suas bases subjetivas) e ao mesmo tempo o desenvolvimento concreto das forças produtivas (suas bases objetivas). Há uma dinâmica histórica que coloca os planos subjetivo e objetivo em constante interação, sem que necessariamente se possa indicar claramente a fonte de determinação da realidade. Isto nos leva a afirmar que a realidade é um fenômeno multideterminado, o que inclui uma dinâmica objetiva (sua base econômica concreta) e também uma subjetiva (o campo de valores). O indivíduo é o sujeito singular dessa dinâmica e, assim como recebe prontos a base material (dada pela sua inserção de classe) e os valores (o plano da socialização), também é agente ativo da transformação social, independente de ter ou não consciência do fato (FURTADO, 2002, p. 96).

Ao assumirmos esta posição, e, como procuramos detalhar anteriormente, o humano é um ser histórico que se efetiva em seu cotidiano e isto sugere que, o humano, torna-se ser social a partir desta construção, atuando e transformando-se. Este movimento apresenta-se como contrário à perspectiva pela qual muitas vezes se optou na Psicologia, onde os sujeitos assumem papel passivo frente à realidade e assim, estando à mercê de um determinismo histórico que se efetiva a partir do lugar de mundo que ocupa.

Portanto, é necessário ressaltar, que para a categoria Dimensão Subjetiva da Realidade, a constituição subjetiva do sujeito não se esgota nele mesmo. (BOCK e FURTADO, 2020). E isto nos exige que façamos o exercício de apresentar uma breve explanação:

Tomemos como exemplo o artigo¹⁷ “Dialética e contradições da construção da identidade social” escrito por Furtado em 2010, no qual realiza uma análise conjuntural a respeito do estabelecimento de uma nova ordem econômica - a globalização - que ganha forma e expansão a partir dos anos de 1980. Para Furtado, o estabelecimento desta nova ordem efetiva, como decorrência de sua dinâmica, traz uma nova configuração da dimensão subjetiva da realidade.

Para isso, o autor faz uma exposição onde pontua a relação de dominação de países imperialistas sobre os países mais pobres. Considera como exemplo, a implementação “de um modelo universal de manejo da economia e da gestão pública e privada” (FURTADO, 2010, p. 259) que garantiria a influência americana sobre os países do terceiro mundo ou em desenvolvimento. Os impactos dessa nova dinâmica econômica não se restringem à conduta de mercado em si, mas influenciam diretamente nos aspectos políticos, sociais e psicológicos, isto quer dizer que este movimento “induz novas formas de sociabilidade e subjetividade” (FURTADO, 2010, p. 260).

Diante disto, Furtado analisa diferentes leituras sobre esta realidade que se estruturam no campo da social-democracia europeia, o pós-moderno e o da esquerda tradicional. Alerta que as análises sobre o capitalismo e a globalização e principalmente a influência deste sobre os países dominados parte “sempre do ponto de vista da mundialização, o ponto de vista da dinâmica mundial do capital em detrimento das ações locais. Ações locais que podem estar ou não conectadas com o padrão global” (FURTADO, 2010, p. 261). Neste sentido, observa que estas análises desconsideram a dialética existente entre o terceiro mundo contra o primeiro.

Tomando como referência as localidades de Caspana no Chile e o quilombo de Kalunga localizado no centro-oeste brasileiro, Furtado, visa apresentar a construção de uma sociabilidade bastante singular. Estas duas localidades apresentam, diante de todo o contexto da colonização espanhola e portuguesa na América Latina, “(...) evidentes contornos de cultura tradicional, mantida por gerações e gerações, e a atualização e o acompanhamento dos elementos centrais da modernidade” (FURTADO, 2010, p. 263). Isto significa dizer que, absorvem elementos oriundos das transformações do tempo

¹⁷ Artigo - Dialética e contradições da construção da identidade social, de Odair Furtado. Publicado na Revista Psicologia e Sociedade (online) p. 259-268 disponível para consulta em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822010000200006&script=sci_abstract&tlng=pt

presente, causados pela relação que se estabelece a partir da globalização ao mesmo tempo em que preservam sua ancestralidade e formulam novas formas de sociabilidade.

A partir disto, Furtado atenta para a questão do psiquismo, afirmando que durante muito tempo a psicologia procurou explicações generalistas e universais. Toma a psicanálise como exemplo, quando esta afirma que o psiquismo é universal e, portanto, atemporal e a-histórico. Furtado é enfático quando afirma que o psiquismo é “social e historicamente construído e que a subjetividade é fenômeno social, fruto de como a humanidade desenvolve seu processo produtivo: de produção de coisas e produção de conhecimento” (FURTADO, 2010, p. 264). E conclui, que a psicologia social responda aos problemas gerais e específicos e que responda às demandas de como são formadas as dimensões subjetivas da realidade a partir da dialética estabelecida a partir da dinâmica mundial com as especificidades regionais e a manutenção das dimensões subjetivas tradicionais.

Por fim, Furtado, lança o desafio à psicologia social:

Cabe a nós a produção de uma pauta de intervenção, de uma pauta que aponte para o estudo da construção da subjetividade do ponto de vista regional, que considere nossas bases culturais de produção de subjetividade, nossos meios peculiares de produzir sociabilidade e ao mesmo tempo as formas de generalizar esse conhecimento, de garantir seu caráter genérico. São maneiras de entender o psiquismo nestes novos tempos e, ao mesmo tempo, formas de quebrar a hegemonia da compreensão do psiquismo humano a partir da experiência europeia e americana. Para tanto, precisamos dar o primeiro passo com decisão e coragem: conhecendo-nos, vamos poder dialogar com a psicologia social de todo o mundo, da chinesa à psicologia de Kosovo, da Nova Guiné à Índia, dos EUA à psicologia Russa. Vamos construir uma psicologia social que saiba compreender nossos problemas regionais e nossa condição humana genérica (FURTADO, 2010, p. 267).

A realidade, portanto, manifesta-se por meio das experiências subjetivas que dialogam com um contexto específico balizado pelas condições materiais que estão postas. E a partir disto se configura num conjunto de produção simbólica que se efetiva frente às relações de produção e da divisão de classes. (GONÇALVES; BOCK, 2009; LIMA, 2011).

Entende-se dimensão subjetiva da realidade como construções da subjetividade que também são constitutivas dos fenômenos. São construções individuais e coletivas, que se imbricam, em um processo de constituição mútua e que resultam em determinados produtos que podem ser reconhecidos como subjetivos. (Gonçalves e Bock, 2009, p. 143).

Assim, toda experiência vivida seja qual for o seu contexto social e histórico, produz no sujeito que a vivencia uma forma de sociabilidade, de ser, pensar e agir. Mas isto não se resume a este tempo, compõe este agir “traços característicos de outros momentos históricos e culturais que não foram necessariamente vivenciados pelo sujeito, mas que são transmitidos por outros sujeitos, através do conjunto de produções materiais e simbólicas (LIMA, 2011, p. 21) e que constitui a “dimensão subjetiva da realidade” (FURTADO, 2002).

O que se estabelece a partir da Dimensão Subjetiva da Realidade é que esta categoria, nos permite avançar, ao desvelar particularidades subjetivas que compõem os fenômenos e com isso, caminharmos na direção da compreensão da realidade em sua totalidade. Assim, quando analisarmos os fenômenos sociais, não incorreremos em erro, não atribuímos a estes uma percepção dicotômica e reducionista, causa e efeito, o sujeito como determinado.

A categoria Dimensão Subjetiva da Realidade viabiliza, desta forma, uma potente valorização dos sujeitos como agentes ativos da história e passam, aos olhos da Psicologia, a assumir o protagonismo (BOCK; FURTADO, 2020). Isto significa dizer que esta categoria “é uma dimensão da realidade e não dos sujeitos, mas é exatamente a dimensão da realidade que afirma a presença e a contribuição dos sujeitos na construção dela” (BOCK; AGUIAR, 2016, p. 49).

No contexto da quarterização a Categoria da Dimensão Subjetiva da Realidade nos direciona a pensar quais dimensões subjetivas eclodem na história das relações de trabalho desde o contexto brasileiro ao blumenauense. Conforme pontuado neste trabalho, Blumenau é construída por imigrantes alemães que trazem consigo sua noção de cultura, valor, trabalho, forma e organização. Essas noções são, assim como Furtado destaca no texto, particularidades apreendidas e que ao relacionar-se com o andamento histórico acompanha suas mudanças ao mesmo tempo que mantém determinadas características daquela localidade. Isto significa dizer que a dimensão subjetiva do trabalho em Blumenau incorpora e traz como elemento importante os aspectos culturais trazidos e mantidos pelos imigrantes alemães.

Dado o exposto, é a partir desta perspectiva que este trabalho se baliza, a dimensão subjetiva da precarização do trabalho, em especial, a condição dos

trabalhadores quarteirizados do setor têxtil-vestuarista de Blumenau/SC. Buscaremos assim, a partir das particularidades do contexto histórico e social, dos processos de desenvolvimento econômico e material (dimensão objetiva), assim como, da sua base cultural e simbólica (dimensão subjetiva) contribuir para a compreensão deste fenômeno.

2. BLUMENAU: DA COLÔNIA AGRÍCOLA À POLO TÊXTIL – ONDE A GENTE TRABALHA (VIVE) E COMO SE TORNOU O QUE É.

Blumenau/SC¹⁸ foi fundada no dia 2 de setembro de 1850, é conhecida nacionalmente por sua cultura alemã, seja pela arquitetura dos prédios históricos da cidade, pela festa de outubro – a Oktoberfest –, e também, pela tradição e qualidade de seu segmento têxtil. A produção têxtil do município de Blumenau é, sem dúvida, uma das atividades que maior concentra vínculos empregatícios e uma das principais fontes de arrecadação para o município: segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais do Ministério do Trabalho e Emprego - RAIS/MTE (2019)¹⁹ no setor têxtil-vestuário existem 1.655 estabelecimentos e 23.029 trabalhadores deste setor na cidade.

No município de Blumenau se consolidaram empresas, hoje, centenárias e internacionalmente conhecidas no setor têxtil-vestuarista, que fazem frente ao mercado nacional e internacional até os dias atuais como, Hering (1880), Karsten (1882), Malwee (1906), Altenburg (1922), Haco (1924), Teka (1926), Mafisa (1929), Artex (1936), Sul Fabril (1947), Maju (1953) e Dudalina (1957). Deste modo é possível compreender que o processo de trabalho com o tecido, seja desde o preparo ao produto final, é algo que movimenta a economia da cidade ao longo de sua história.

2.1 BLUMENAU COLÔNIA E O NASCIMENTO DA INDÚSTRIA TÊXTIL LOCAL

Compreender o processo de transformação da então Colônia Blumenau em município de Blumenau e o nascimento da indústria têxtil local exige que recorramos à história. Desvelar a forma como se desenvolve uma cultura singular, a teuto-brasileira²⁰ que medeia o *modus* de vida local, que se manifesta concretamente na arquitetura da cidade, nas relações cotidianas e na valoração do trabalho é também, realizar o exercício

¹⁸ Blumenau é um município do estado de Santa Catarina, colonizado por alemães, italianos e portugueses. Segundo o IBGE (2019) a cidade possuía 357.199 habitantes e 156.680 pessoas ocupadas (2017).

¹⁹ Disponível em http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_perfil_municipio/index.php

²⁰ O termo teuto-brasileiro deriva inicialmente de uma noção de “cultura híbrida”, definida por Emílio Willems (1980). Esse hibridismo cultural faz referência a um pressuposto de duplicidade cultural resultante das relações estabelecidas entre imigrantes e seus descendentes com a sociedade, a cultura brasileira e os aspectos relacionados ao meio ambiente, expressado pelo uso analítico da categoria teuto-brasileiro (*Deutschbrasilianer* ou *Deutschbrasilianisch*).

compreensivo da dimensão subjetiva da realidade local. Cabe ressaltar que este processo não tem o intuito de reformular teorias ou apresentar novas concepções acerca do modo como se deu o processo de fundação da Colônia até o surgimento e consolidação das indústrias têxteis de Blumenau, e sim, apresentar um panorama acerca deste processo.

Bielschowsky (2009) ressalta que para compreender o desenvolvimento da Colônia Blumenau até a condição de polo têxtil, é importante considerarmos a evolução deste município em fases distintas: A primeira fase ou Colonização, compreendida nos anos 1850 a 1880; a segunda fase ou Primeiro Ciclo Industrial, de 1880 a 1915; a terceira fase ou Segundo Ciclo Industrial, de 1915 a 1945; a quarta fase ou Expansão Industrial, de 1945 a 1980; e por fim, a quinta fase ou Reestruturação Produtiva, de 1980 a 1990. Para tanto, detalharemos de maneira breve todos os períodos mencionados abaixo, reservando certo destaque para a Reestruturação Produtiva no item 2.2 deste trabalho.

O período de 1850 a 1880 marca o início da história de Blumenau. É neste período que se inicia a colonização do território localizado no interior da Província²¹ de Santa Catarina empreendida pelo farmacêutico e químico alemão Herman Bruno Otto Blumenau após o recebimento de duas léguas de terra do Governo da Província (KROST, 2015). Em 1850, a então Colônia Blumenau se caracterizava por ser um empreendimento particular de colonização, resultado de uma política europeia de colonização do então Governo Imperial do Brasil que tinha o intuito substituir o trabalho escravo por trabalhadores assalariados. Bem como, se objetivava o clareamento da população brasileira e a ocupação da região sul do Brasil. Naquele momento, a região sul do Brasil era objeto de disputada com a Espanha, conforme a Lei das Terras de 1850²², que definia o solo como mercadoria. Isto significa que “(...) a Colônia

²¹ O uso do termo Província de Santa Catarina ao invés de Estado de Santa Catarina se dá em alusão ao período histórico do Brasil Imperial. Cujas suas repartições, hoje denominadas estados, eram denominadas províncias.

²² Ao longo do século XIX, o capitalismo industrial, cada vez mais determina as formas de relação do comércio mundial. Nesse sentido, o sentido do uso da terra foi atingido por essa nova dinâmica, o que era antes uma relação que estava alinhada a uma questão de tradição e distinção social passou a compor essa nova forma de relação. A terra deveria ser integrada a economia como fonte de exploração, portanto, deveria ter seu potencial produtivo explorado ao máximo. A partir disso, diversas nações iniciaram um movimento de regulamentação das funções e direitos sobre a terra. No Brasil, após a independência, houve algumas tentativas de regulamentação da propriedade da terra, objetivando ainda que sem sucesso, estabelecer critérios mais claros sobre essa questão. Então, em 1850, a Lei de Terras ou Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850, oficializou critérios com relação aos direitos e deveres dos proprietários de terra. Essa lei, entra em vigor durante o processo de proibição do tráfico negreiro em terras brasileiras,

particular do alemão Hermann Bruno Otto Blumenau nasce diretamente das relações capitalistas que estavam sendo introduzidas no país” (BIELSCHOWSKY, 2009, p. 23).

Este período se caracteriza pela escolha e estruturação do espaço físico, adaptação, sobrevivência e, sobretudo, a implantação de uma colônia agrícola. Contudo, o processo de colonização de Blumenau não se deu de maneira objetiva e alheia aos acontecimentos do velho continente europeu, ao contrário disto, a empreitada colonizadora estava em consonância com um conjunto de acontecimentos que tomavam a Europa.

Neste período a Europa presenciava a configuração de uma classe proletária, a organização nas fábricas e a Revolução Industrial, em outras palavras, estes acontecimentos corroboraram para que houvesse uma formação de um núcleo germânico nessa região, bem como, seu desenvolvimento urbano e industrial. Inicialmente a colônia se caracterizava enquanto colônia agrícola, esta condição foi se alterando com a chegada de novos imigrantes alemães vindos de regiões urbanas como Saxônia, Baden, Lodz e Turíngia e que traziam consigo conhecimento fabril. Neste momento, ocorre uma mudança no perfil profissional dos imigrantes e este movimento colabora para que em poucos anos, a colônia se industrializasse e viesse a se tornar um polo fabril têxtil/vestuário (KROST, 2015).

A segunda fase de 1880 a 1915 é marcada pelo nascimento das indústrias, expansão do território urbanizado, acumulação de capital e aumento da capacidade produtiva. Nesses anos nascem as primeiras indústrias, como Hering (1880) e Karsten (1882). A viabilização dessas indústrias se deu a partir do conhecimento técnico e das pequenas economias geradas a partir do excedente da produção agrícola da colônia (FERREIRA, 2018; KROST, 2015; KOHLHEPP; RENAUX, 2007; THEIS, 2000). As indústrias eram instaladas às margens dos rios e próximas a pequenos povoados, utilizando o rio como fonte de geração de energia e os povoados como captação de mão-de-obra. Sua dinâmica de funcionamento estrutural em muito se dava pelo vínculo que os imigrantes tinham com a Alemanha, ou seja, todo o maquinário e tecnologias

atividade esta que à época representava grande fonte de riqueza. Como alternativa a proibição, e na tentativa de substituição e da atividade por outra que também apresentasse ganho econômico, houve direcionamento para uma economia de potencial produtivo agrícola. Este novo ordenamento econômico acaba por financiar e incentivar um projeto imigratório que regulamentaria e garantiria o acesso à terra aos novos camponeses assalariados.

aplicadas ao pleno funcionamento das fábricas era possível obter por meio desta relação.

A transição do modelo agrícola para o fabril não enfrentou grande resistência ou dificuldade, pelo contrário, se deu de maneira receptiva. Oscar Krost (2015) faz alguns apontamentos acerca desta transição.

Em função de suas características geográficas compostas por relevo bastante acidentado, as terras mais aptas ao cultivo e à criação de animais logo foram ocupadas, tornando o trabalho em fábricas uma atraente opção aos imigrantes vindos em levadas mais recentes. A adaptação ao sistema fabril aconteceu facilmente, pois o trabalho disciplinado representava umas das marcas germânicas, dada pela integração dos trabalhadores às corporações de ofício (KROST, 2015, p. 78).

Este processo de transição também influenciou na dinâmica social local. Com o processo de urbanização e industrialização em andamento, exigia-se novas estruturas públicas. Assim como destaca Seyferth (1999), devido à condição de isolamento dos pequenos grupos urbanos e somando-se a isso a própria necessidade de suprir carências do serviço público, estabeleceu-se uma condição favorável para um movimento de organizações coletivas dos colonos e com isso, facilitando a manutenção de costumes e da língua alemã. Cabe destacar que esse tipo de organização coletiva comunitária tinha respaldo das indústrias que estavam se desenvolvendo. A partir desta relação “estabeleceram-se diversos serviços institucionais, como escolas, serviços médicos, associações beneficentes, assistenciais, culturais e esportivas, que contribuíram na fixação da cultura teuto-brasileira” (BIELSCHOWSKY, 2009, p. 30).

A terceira fase, de 1915 a 1945 se deu entre as grandes Guerras Mundiais. Neste período houve a expansão e consolidação e verticalização das indústrias na região, também avanços na infraestrutura local como a instalação da malha ferroviária que ligava Blumenau ao oeste do Vale do Itajaí²³ e a implementação da geração de energia elétrica.

Com a consolidação, expansão das indústrias e da infraestrutura local o município de Blumenau aos poucos vai alterando sua configuração. Antes, o que se caracterizava como uma colônia que se ajustava e se organizava a partir das condições

²³ Vale do Itajaí é o nome que se dá a uma região de Santa Catarina que engloba cerca de 54 municípios que são agrupados em quatro microrregiões (Blumenau, Itajaí, Ituporanga e Rio do Sul).

impostas pela natureza, agora rumo em direção à urbanização. Assim como já mencionado, o papel da indústria e sua expansão se apresenta como viabilizador da própria cidade. O que significa dizer que a partir da fábrica se organiza uma dinâmica de desenvolvimento e que como veremos adiante, influenciará diretamente na vida cotidiana dos trabalhadores.

No período entre as grandes Guerras Mundiais, Blumenau teve significativa expansão, tornou-se o centro regional do Vale do Itajaí, isto porque durante o período entre guerras, mais especificamente no início da I Guerra Mundial, houve considerável desaceleração das importações de produtos oriundos do continente europeu. Este movimento, beneficia a indústria catarinense e em especial a blumenauense, pois assumem a demanda nacional e intensificam sua industrialização. Como resultado disto, a empresa Hering por exemplo, em 1960 torna-se a maior exportadora da América Latina. Blumenau, neste momento, contava com mais de 2.000 trabalhadores, possuía banco próprio e agências de bancos nacionais (MAMIGONIAN, 1965). Foi neste período que Blumenau passa a integrar o mercado nacional e internacional, estabelece relações comerciais principalmente com a região sudeste do Brasil, na América Latina com Argentina e Uruguai, e na América do Norte com os Estados Unidos.

Neste contexto de desenvolvimento e estruturação das áreas urbanas da cidade, as indústrias blumenauenses, iniciaram a instalação de vilas operárias que em suma eram compostas por chalés de madeira e que serviam de residência para seus trabalhadores. Deste modo, a fábrica, não ocupava lugar objetivado a atividade do trabalho, isto porque a medida em que a fábrica possibilitava ao trabalhador outras formas de relação social, através das associações, clubes, cooperativas, tornava-se parte da vida cotidiana do trabalhador.

As empresas começaram a organizar vilas operárias, cooperativas de consumo, cooperativas de crédito, assistência médica, instalações esportivas, culturais e de recreação. Na década de 1940 essa preocupação se mostra evidente devido ao crescimento das empresas e as condições favoráveis para se instalar esses benefícios, atendendo assim as reivindicações dos operários que também cresciam junto com o crescimento produtivo da empresa (PETRY, 2000, p.149).

Tamanha proximidade entre a fábrica e os trabalhadores que Bielschowsky (2009) descreve as vilas operárias como um núcleo organizado a partir da estrutura

fabril. Destaca a proximidade das vilas operárias ao entorno da indústria e sua disposição que se assemelhava a uma espinha de peixe.

As principais vias ficavam paralelas aos cursos d'água, formando a espinha dorsal. Nessa espinha dorsal se implantavam a indústria (elemento organizador deste espaço), os serviços, as residências mais ricas dos patrões, as residências médias dos técnicos e estavam equipadas com os serviços públicos mais importantes. Nas espinhas secundárias, a vila operária, geralmente composta por chalés de madeira, comumente utilizada para uso residencial. Residências essas que foram vendidas para seus operários através de negociações mais facilitadas, como foi o caso da E.I. Garcia, ou que foram simplesmente substituídas para a ampliação do parque fabril, como foi o caso da Cia. Hering no bairro do Bom Retiro, incentivando assim o crescimento do bairro da Velha, do outro lado do morro (BIELSCHOWSKY, 2009, p.36)

Esta proximidade criava uma atmosfera familiar de convivência, assim como destaca Mamigonian (1965), a relação que se estabelecia entre funcionários e patrões apresentava certo paternalismo. Ao mesmo tempo o autor descreve o fenômeno como resultante da cultura germânica de seus precursores. Petry (2000), afirma que no desenvolvimento de uma estrutura que proporcionasse e viabilizasse o crescimento das empresas, essa preocupação em garantir moradia e acesso a outros serviços aos trabalhadores criava uma ideia/noção de crescimento coletivo ou familiar - patrões e empregados trabalhando juntos em direção a um bem comum -.

No início do processo de desenvolvimento industrial de Blumenau todas as etapas de estruturação das indústrias caracterizaram-se por uma forma peculiar de apropriação do território. Os imigrantes, que ainda estavam se adaptando às condições e ao ambiente encontrado, para a formação de uma nova cultura, diferente da do país de origem. Essa forma de apropriação do ambiente natural encontrado, mediado pelas técnicas existentes e adaptadas ao local, contribuiu para fixar essa nova cultura teuto-brasileira (PETRY 2000; KROST, 2015).

Os anos de 1945 a 1980 marcam a consolidação da indústria blumenauense, seu crescimento econômico e produtivo, bem como o aumento do número de fábricas. Esse aumento da estrutura fabril a curto prazo e a geografia local contribuem para que as fábricas não se concentrem em parques fabris. Nos anos 1960, as indústrias têxteis de Blumenau, ao contrário do que se presenciava no estado de Santa Catarina, se caracterizavam por sua permeabilidade estrutural, o espaço residencial e a fábrica compunham o mesmo território. Mamigonian (1965) descreve o contexto blumenauense

como uma mescla entre áreas residenciais e industriais indistinguíveis, em outras palavras, não se podia delimitar qual era o espaço de um e outro. Como descreve Ferreira (2018), esta conciliação contribuía diretamente para que se desenvolvesse uma forma de sociabilidade particular.

(...)a fábrica não aglutinava sozinha o amplo conjunto de experiencias dos trabalhadores na constituição de sua visão de mundo, articuladas em torno do chão da fábrica, das residências operárias e dos lugares comuns frequentados por todos: as ruas, os clubes, bares e centros esportivos dos bairros. Isso era um indicativo de que ser trabalhador e morador não significava despir-se de uma função para assumir outra de acordo com a ocasião, portanto, tornavam-se portadores de especificidades que se entrecruzavam, tanto nas reivindicações do mundo do trabalho, quanto nas demandas urbanas dos bairros da periferia. A vida era fortemente ancorada no bairro nos anos de 1960 e, além da presença maciça de trabalhadores, em cada 7 casos sobre 10, pelo menos um dos diretores reside ao lado da fábrica. Isso indicava a extensão do sistema de produção nos arredores das fábricas e alertava para outra questão: os espaços urbanos visavam à articulação de uma espécie de enquadramento civilizatório (FERREIRA, 2018, p.30).

E continua

Na base dessas intenções vigorava as especializações de um capitalismo industrial, constantemente reformulado, na busca incessante por maior produtividade e menor custo. Na organização da rotina diária, o trabalho era uma atividade considerada de enobrecimento e orgulho, por isso, centraliza boa parte da vida dos trabalhadores e a ele atribuía-se tanto um valor ético quanto prático, tendo em vista o ideal de realização na profissão. No entanto, outras práticas cotidianas, de uma forma ou de outra, estavam articuladas ao bom desempenho na produção. Mais do que isso, o trabalho era também uma condição para possibilitar o contato com outras esferas da vida, em especial, as formas de convivência associadas à família, ao lazer e à comunidade, todas componentes dos aspectos das culturas de classe dos trabalhadores (FERREIRA, 2018, p. 31)

Neste sentido, o trabalhador vivencia a dinâmica da fábrica para além das relações da atividade do trabalho, em outras palavras, perde-se a relação cultural entre o estabelecimento de produção fabril e o ambiente social não industrial.

Ao mesmo tempo em que os trabalhadores são tomados pela dinâmica industrial, a indústria blumenauense cada vez mais avançava rumo à modernização e à automatização. Esse movimento tomou a cidade, refletindo acentuadamente na

urbanização local e no seu entorno e ampliando-se ao ponto de contribuir para o desenvolvimento urbano da micro região do Vale do Itajaí²⁴.

As indústrias passaram a expandir-se para além do território blumenauense. Tomemos como exemplo a empresa Hering, que no ano de 1964 foi a primeira empresa têxtil nacional a exportar seus produtos e poucos anos depois, 1967, passa a ser a maior malharia da América Latina. Esse crescimento, conforme aponta Krost (2015), se deve à efetivação de um projeto de expansão bastante inovador para a época. Este projeto previa a efetivação de unidades satélites de produção, essas unidades eram responsáveis por fragmentar o processo produtivo e garantir maior produtividade a menor custo. Essas unidades satélites encarregavam-se de realizar um dos processos da fabricação têxtil, a costura.

Nos anos de 1970, período em que se convencionou chamar de “época do milagre econômico brasileiro”, o Brasil passou por um ritmo elevado crescimento econômico. A taxa média anual de expansão do Produto Interno Bruto (PIB) na época foi de cerca de 10,2%. A expansão teve como um dos seus pilares o incentivo à indústria nacional, que ocorreu por meio de subsídios e benefícios fiscais. Outra medida foi a alteração nas regras do salário-mínimo, que teve ganhos menores que a inflação. A Ditadura Militar reprimia movimentos sindicais que pudessem ocasionar greves ou contestações. Como efeito dessas políticas, a indústria de transformação cresceu mais de 13% ao ano no período. Em Blumenau a indústria cresceu mais do que a população, o que contribuiu fortemente para a expansão da indústria, neste período houve a instalação de filiais em diversas regiões do Brasil, como no Nordeste e no Sudeste (SIEBERT, 2006).

A década de 1980 é marcada crises econômicas que atingem todo o país. Inflação, aumento da dívida pública, déficit das receitas, estagnação do crescimento econômico, ajustamento e declínio das atividades econômicas marcam o contexto desse período. Esta condição lançou o Brasil em um período de recessão e enfraquecimento da indústria. As indústrias blumenauenses começaram a sentir os primeiros impactos da

²⁴ A Micro Região do Vale do Itajaí se refere a um desdobramento da região do Vale do Itajaí que é composto por quatro micro regiões, a micro região referenciada no texto corresponde a micro região de Blumenau e engloba 15 municípios. São eles: Apiúna, Ascurra, Benedito Novo, Blumenau, Botuverá, Brusque, Doutor Pedrinho, Gaspar, Guabiruba, Indaial, Luiz Alves, Pomerode, Rio dos Cedros, Rodeio e Timbó.

globalização da economia mundial sobre o modo de produção com a introdução da flexibilidade espacial, submetendo assim essas empresas a um processo de reestruturação produtiva. O setor têxtil-vestuarista, que empregava aproximadamente 40.000 trabalhadores no final dos anos 1980, teve expressiva redução de postos de trabalho, nos anos 2000 eram aproximadamente 25.000 vínculos empregatícios nesse setor (BIELSCHOWSKY, 2009).

A reestruturação produtiva em Blumenau contribuiu diretamente para que fossem adotadas novas formas de relação de trabalho, que por sua vez, eram caracterizadas pela flexibilização, perda de vínculos e em especial pelo aumento da “terceirização” de serviços por “facções²⁵” independentes (FRONZA, 2017; KROST; BRANDÃO, 2017). Todo esse processo contribui para o que chamamos de quarteirização das relações de trabalho, para tanto, aprofundaremos a seguir a reestruturação produtiva e seus impactos.

2.2 A REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA, A PRECARIZAÇÃO DAS RELAÇÕES DE TRABALHO NO SETOR TÊXTEL VESTUARISTA DE BLUMENAU/SC E A QUARTEIRIZAÇÃO

Cada vez mais o capital se organiza plasticamente, adaptando-se às crises geradas a partir das suas próprias contradições; estas crises impactam milhões de trabalhadores e trabalhadoras em todo o mundo. As soluções capitalistas encontradas para a ‘superação’ dessas crises são impostas à sociedade e intencionam somente a viabilização e a sustentabilidade do capital. Esta dinâmica se sustenta na necessidade do capital de autovalorização do valor (ALVES, 2011). Neste sentido, ao longo da história, podemos perceber a ocorrência de rearranjos produtivos como, por exemplo, a mais recente reestruturação produtiva.

O fenômeno da reestruturação produtiva modificou e implantou novas formas organizativas no mundo do trabalho. Esta reestruturação não só altera a forma/modo de produção, mas também incide diretamente na vida dos trabalhadores e trabalhadoras. Cada vez mais, fomenta um ciclo de flexibilização e precarização das relações de

²⁵ Facção é a denominação utilizada na região do Vale do Itajaí e em algumas outras regiões do país e que correspondente a Oficina de Costura ou Confecção de Costura, termos mais comuns na região sudeste do Brasil.

trabalho que se desenvolve crise após crise. Isto se deve ao fato de que, a própria dinâmica capitalista se fundamenta a partir da acumulação de riqueza e da exploração da força de trabalho.

No final dos anos 1960 e início dos anos 1970 o capitalismo entrou em uma crise estrutural. A crise dos anos 1970, foi uma crise de proporção global que teve suas origens fundamentadas em dois aspectos substanciais: O primeiro, refere-se ao movimento de desvalorização do dólar realizado pelos Estados Unidos da América (E.U.A) em 1971. Esta ação deflagra a destruição do Acordo de Bretton Woods que vigorava desde a II Guerra Mundial. Neste acordo se estabelecia a paridade entre dólar e ouro como regulação do sistema monetário, em seu lugar, foi adotado o sistema flutuante. Este movimento ocasionou incertezas no mercado mundial e corroborou para o nascimento da crise. O segundo aspecto, diz respeito ao valor do petróleo, em 1973 a Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP)²⁶ visando rechaçar a política vigente de preços praticada pelas grandes empresas petrolíferas – chamadas de ‘sete irmãs’²⁷ – definiu três ações: primeira, aumentar a receita dos países que compunham a OPEP, visando o desenvolvimento; segunda, garantir o aumento gradativo do controle sobre a produção de petróleo; terceira, a unificação das políticas de produção de petróleo. A OPEP aumentou os royalties pagos pelas transnacionais, alterando a base de cálculo e as onerando com um novo imposto. Esta ação fundamentou-se a partir do entendimento de que o petróleo era fundamental para todos os países, seja ele desenvolvido, em desenvolvimento ou não, portanto, o petróleo, seria comprado de qualquer forma. (BALASSA, 1981; JÚNIOR, 2000).

Para se ter ideia da proporção da crise desencadeada a partir dos anos 1970, podemos dizer que esta crise foi uma crise de crises, ou seja, atingiu o sistema capitalista em sua dinâmica estrutural, incidiu sobre o petróleo, sobre a forma de produção e sobre o próprio modelo econômico. Diante deste contexto, o capital, vê-se obrigado a reestruturar-se e alterar suas formas de produção. É neste momento que ocorre a transição do modelo fordista de produção para o toyotista. Segundo Edmundo Dias (1998) este processo significou não somente a transição de um modelo produtivo

²⁶ A OPEP foi fundada na cidade de Bagdá nos anos de 1960 pelos cinco maiores países produtores de petróleo: Arábia Saudita, Irã, Iraque, Kuwait e Venezuela.

²⁷ Faziam parte das Sete Irmãs as empresas: British Petroleum, Chevron, Gulf, Mobil, Royal Dutch Shell, Standard Oil e Standard Oil of California.

a outro e sim um processo de captura ideológica que sustentasse e viabilizasse o próprio capitalismo.

Para fazer frente a esta crise o capitalismo articula e põe em cena uma dupla solução: o neoliberalismo e a reestruturação produtiva. Estas duas estratégias constituem uma mesma processualidade. O capitalismo, “superados” os principais obstáculos à sua continuidade, entre eles o desmonte objetivo dos estados “socialistas”, coloca em questão o chamado bem estar social. Os capitalistas, “liberam-se” de todo e qualquer compromisso com a satisfação das necessidades reais da população e da ampliação da cidadania. Como resolver a questão complexa da incorporação dos trabalhadores ao capitalismo, de sua integração passiva e ao mesmo tempo manter a capacidade acumulativa? Os teóricos — e práticos — do capitalismo reintroduzem uma velha alternativa: modificar a gestão e a tecnologia. É necessário mudar a política na produção: a gestão, o comando. Trata-se, obviamente, da obtenção da velha disciplina. E, via “revolução” tecnológica, buscar a possibilidade de ampliar a produtividade do trabalho. Essa “revolução” e a naturalidade do capitalismo são resumidos pelo mito neoliberal que é sua ideologia constituidora (DIAS, 1998, p.48).

Recuemos um pouco, anteriormente ao fenômeno da reestruturação produtiva dos anos 1970, a forma organizativa da produção se sustentava no fordismo. O modelo produtivo fordista consistiu sobretudo, na implementação de uma rígida organização produtiva que se estruturava a partir da automatização dos processos de produção. Houve uma racionalização das operações produtivas que visavam cada vez mais a diminuição do desperdício de materiais, do tempo dos processos e o aumento do ritmo de trabalho. Na linha de montagem se pode notar um aumento da produtividade isto porque a forma como o trabalho era executado mudou drasticamente, assim como destaca Ribeiro (2015, p.68) “a introdução da esteira rolante, que ao fazer o trabalho chegar ao trabalhador numa posição fixa, conseguiu dramáticos ganhos de produtividade”.

Para Bizerra (2017) a adoção do modelo fordista não significou apenas a mudança da dinâmica produtiva, mas também, a constituição de um novo modo de vida. Uma de suas principais características é a fragmentação das tarefas no processo produtivo. O trabalhador não necessitava, portanto, ser detentor de uma habilidade técnica que englobasse um conjunto de saberes que o possibilitasse construir um determinado produto do início ao fim. Isto porque, o trabalhador realizaria um número de operações limitadas e repetitivas condicionadas à velocidade da esteira de produção durante toda a jornada de trabalho. Desta forma, o fordismo atua na dinâmica de produção, levando a fragmentação do trabalho em sua essência, resume a atividade a movimentos limitados e repetitivos cuja somatória no final da esteira de produção

resulta num produto pronto. Assim decompõe o trabalhador em sua capacidade, o relega a condição de peça na linha de produção.

A mudança do fordismo para o toyotismo deu-se sobretudo em resposta à crise da economia japonesa e ao avanço da informatização da linha de produção. O Sistema Toyota de Produção ou Toyotismo, foi adotado visando então, a substituição do modelo de produção em massa estadunidense e como resposta à crise mundial em curso. Uma marcante característica dessa mudança tecnológica foi a implementação da TI que marca a passagem do torno mecânico para o torno automatizado. Por exemplo, uma planta de fábrica que abrigava uma centena de torneiros mecânicos com seus tornos individuais passou para dez tornos automáticos com 20 operadores. A Toyota entendeu que essas mudanças, logo no seu início, necessitavam de uma nova organização e gestão da dinâmica do trabalho. Reengenharia, kanban, terceirização e tantos outros termos passam a entrar no vocabulário dos administradores das relações de trabalho e da reorganização do chão de fábrica. Assim, a realidade exigiu essa transformação.

Com a implementação do modelo toyotista, rompe-se a ideia de produção desvinculada. No modelo fordista a automatização da linha de produção fez com que houvesse um aumento exponencial da produção, entretanto, o produto resultante deste processo não necessariamente encontra saída ao mercado consumidor. Neste sentido, havia um desequilíbrio entre o que era produzido e o que era consumido, assim, muitos desses produtos ficavam estocados nos polos produtores. No toyotismo, ao invés de produzir em larga escala sem a garantia de vinculação da demanda produtiva, adota-se uma postura inversa ao seu modelo precedente – estocagem zero -. Constituem-se então algumas diferenças fundamentais entre toyotismo e o fordismo como: a priorização da vinculação produtiva à demanda, equipes de trabalho flexíveis, trabalhadores e trabalhadoras capazes de realizar várias funções, elevado índice de qualidade e não estocagem de produção (FIGUEIREDO, 2012).

Com o toyotismo e a implementação de sua política administrativa, o *Just in Time* (JIT)²⁸, as relações estruturais do trabalho vão se tornando cada vez mais precárias. Ricardo Antunes em seu livro *Adeus ao Trabalho*, nos chama a atenção para a

²⁸ *Just in time* (JIT) consiste em um sistema de administração da produção que visa a não produção de qualquer bem ou produto sem que o mesmo já esteja comprado antes mesmo de sua produção. Em inglês, *Just in time*, significa literalmente “na hora certa” ou “momento certo”.

emergência de um contexto, ou melhor, uma época de informalização do trabalho nunca vista antes.

Novos processos de trabalho emergem, onde o cronômetro e a produção em série e de massa são “substituídos” pela flexibilização da produção, pela “especialização flexível”, por novos padrões de busca de produtividade, por formas de adequação da produção à lógica do mercado. Ensaia-se modalidades de desconcentração industrial, buscam novos padrões de gestão da força de trabalho, dos quais os Círculos de Controle de Qualidade (CCQ), a “gestão participativa”, a busca da “qualidade total”, são expressões visíveis, não só no mundo japonês, mas em vários países do capitalismo avançado e do Terceiro Mundo industrializado (ANTUNES, p.34, 2015).

E continua:

(...) intensificam-se as formas de extração de trabalho, ampliam-se as terceirizações, as noções de tempo e de espaço também são metamorfoseadas e tudo isso muda muito o modo do capital produzir as mercadorias, sejam elas materiais, corpóreas ou simbólicas. Uma empresa concentrada pode ser substituída por várias pequenas unidades interligadas pela rede, com número muito mais reduzido de trabalhadores e produzindo muitas vezes mais. As repercussões no plano organizativo, valorativa, subjetivo e ideo-político são por demais evidentes. O trabalho estável torna-se, então, informalizado e por vezes, dada a contingencialidade, quase virtual. Estamos vivenciando, portanto, a erosão do trabalho contratado e regulamentado, dominante no século XX, e assistindo a sua substituição pelas diversas formas de “empreendedorismo”, “cooperativismo”, “trabalho voluntário”, “trabalho atípico” (ANTUNES, p. 129, 2015).

No contexto brasileiro, a primeira metade da década de 1990 ficou conhecida como a década do neoliberalismo²⁹. Este período foi marcado pela primeira eleição direta e democrática à presidência da república e teve como vencedor Fernando Collor de Melo e que foi deposto de seu cargo dois anos após tomar posse. Fernando Collor propôs e implementou reformas e políticas neoliberais visando a abertura do mercado brasileiro. É importante destacar que o movimento em direção à multinacionalização da indústria brasileira inicia-se muito antes de Collor. Segundo Pandolfi (2003), desde a Revolução de 1930, ocorre a presença forte da visão nacionalista (principalmente com Getúlio, mas também com o movimento tenentista de 1922), que de certo modo contribuiu para a modernização do país e que prevaleceu entre nós até o Golpe de 1964.

²⁹ Cabe destacar que o uso do termo “década do neoliberalismo” se apresenta como dinâmica histórica e não como contingência. Isto porque, conforme Mandel (1982) o neoliberalismo é uma tentativa de reorganizar o Estado capitalista, uma forma de escapar do clique de crises do Capital que passam a ocorrer a partir da década de 1970. Portanto, há uma coincidência entre a implantação dessa política econômica neoliberal e a reestruturação produtiva, mas são coisas diferentes e poderiam, em tese, ocorrer de forma independente uma da outra.

A Ditadura Militar implantou a internacionalização do Capital no Brasil, mas contraditoriamente, guardava uma noção nacionalista vinda do movimento tenentista de 1922. A manutenção e incremento de empresas estatais no período e a “reserva de mercado” para o produto nacional, foram políticas desse período. A dissolução da Ditadura Militar ocorre em momento de crise econômica e próximo do lançamento da política neoliberal com Thatcher e Reagan (1979). Em 1985 o Governo Sarney sucede o último governo militar e vive uma profunda crise financeira com a inflação crescendo muito. Collor é eleito no meio desse furacão com um discurso “moderno” alinhado com a visão Thatcher/Reagan e criticando o atraso da indústria brasileira e os marajás.

Para efetivação da política neoliberal no Brasil foram tomadas medidas como a diminuição das taxas de importação, o que gerou um excedente de produtos estrangeiros no país. Além da abertura de mercado brasileiro, foi realizado neste período um movimento de desestatização de empresas nacionais ou mais comumente chamadas de privatizações.

A venda das indústrias nacionais para investidores privados visava a redução dos gastos públicos e gerar reserva financeira para a União. Como resultado da implementação dessa política neoliberal e das privatizações no Brasil houve um aumento substancial do desemprego e da precarização da vida de milhões de trabalhadoras e trabalhadores. Outro aspecto importante a se pontuar, é que durante o governo Collor foi realizada uma reforma trabalhista que consistia na desregulamentação, flexibilização e precarização das relações de trabalhos e a perda de direitos.

Segundo Antunes (2012), ao longo da década de 1990, os processos de reestruturação produtiva na indústria brasileira e em especial no setor têxtil foram muito intensos. Essa intensidade pode ser compreendida de modo adequado quando dispomos nosso olhar à política nacional de abertura econômica e de liberalização comercial iniciada em meados dos anos de 1990, que desorganizou fortemente as indústrias nacionais.

Nesse período as indústrias têxteis de Santa Catarina e em especial as de Blumenau são impactadas pelas políticas neoliberais do mercado internacional e a partir disso se inicia o processo de reestruturação econômica e precarização das relações de

trabalho.

A liberalização do mercado mundial, na mesma época, provocou, de um lado, investimentos estrangeiros e facilidades na importação, e de outro, a concorrência internacional de países com custos e salários muito inferiores aos brasileiros, como China e Índia. Com isso, a indústria têxtil brasileira promoveu, entre 1990 e 1999, a extinção de 295.000 empregos, representando 54% do total, sinal da clara opção do empresariado pela aceleração de um processo de reestruturação produtiva, tanto em âmbito interno, quanto externo (KROST; BRANDÃO, 2017, p. 167).

Este período é caracterizado pela nova dinâmica das relações de produção que implicam no repasse a terceiros de parte de suas atividades, desta nova forma de relação surgem os neologismos, terceirização e facção (KROST; BRANDÃO, 2017). A partir do processo de reestruturação econômica frente à crise do capital, o processo de precarização das relações de trabalho é intensificado, resultando em uma outra forma - a quarteirização -. A quarteirização não pode ser entendida como a última instância da exploração, flexibilização, precarização das relações de trabalho e sim, como fruto de uma política neoliberal.

Diferentemente do fenômeno da terceirização, que vem sendo estudado no campo das ciências sociais, o fenômeno da quarteirização, até o presente momento, foi pouco explorado. Este tema na maioria das vezes é tratado como uma evolução do processo de terceirização, ou ainda, como uma técnica complementar de gerenciamento, sem caracterização própria (FRONZA, 2017).

Fronza (2017) em sua tese de doutorado intitulada “A exploração do trabalho no processo de quarteirização no setor têxtil-vestuarista em Blumenau/SC” define características que distinguem ambos os processos (terceirização e quarteirização). A autora aponta como característica componente da relação de trabalho quarteirizado a informalidade e a invisibilidade social do trabalhador, ou seja, o trabalhador submetido a essa condição não é amparado pelo Estado, o que não ocorre nos contratos de trabalho terceirizados, desta forma a quarteirização é marcada por um contexto de ampla vulnerabilidade.

Deste modo a quarteirização pode ser entendida como:

(...) uma relação de trabalho estabelecida entre os trabalhadores por conta própria, empreendedores, autônomos, com empresas terceirizadas prestadoras de serviços e intermediadoras dos processos de subcontratação de força de

trabalho necessária à produção das grandes corporações econômicas no setor têxtil-vestuário (FRONZA, 2017, p. 23).

No município de Blumenau a condição de trabalho quarteirizado tem se mostrado uma das soluções para a crise das grandes empresas têxteis que entraram num ciclo de perdas econômicas importantes a partir da Lei nº 8.173³⁰ de 30 de janeiro de 1991. A partir desta Lei, as empresas têxteis de Blumenau precisaram redefinir suas estratégias de produção na lógica da acumulação flexível. Esta Lei iniciou a abertura do mercado nacional e permitiu a entrada em território brasileiro de malhas, tecidos e produtos oriundos principalmente da China, que, com a globalização da economia tencionam o empresariado a rever suas estratégias para retomar o crescimento econômico.

O trabalho quarteirizado, geralmente, acontece em espaço domiciliar e numa relação informal: contratado pelas intermediadoras³¹ para desenvolver parte do trabalho das grandes empresas. Esta dinâmica interessa aos grandes empresários por não os associar diretamente na relação de exploração do trabalho, reduzir os custos com a produção e desresponsabilizar esses empresários com as obrigações concernentes às garantias dos direitos trabalhistas e previdenciários. Numa leitura organizativa desses processos, as grandes empresas contratam as empresas terceirizadas, que por sua vez medeiam a contratação informal de trabalhadores quarteirizados, para produzir parte do processo produtivo. Quanto mais se amplia a cadeia produtiva, maior será a exploração do trabalho alheio, mais distante os trabalhadores encontram-se dos direitos à proteção social e das possibilidades de questionamento do processo de exploração ao qual estão sujeitos. Portanto, os trabalhadores quarteirizados, invisíveis nesse processo e sem proteção social, têm seus direitos negados no sistema de exploração do trabalho quarteirizado (FRONZA, 2017).

O que se estabelece aqui é, de fato, a promoção de um sentido organizativo da relação de trabalho mediada e configurada a partir das necessidades do grande capital e que produz impactos na vida cotidiana do trabalhador e em seus processos psíquicos de constituição da subjetividade.

³⁰ Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8173.htm >

³¹ Incluem-se aqui: empresas terceirizadas, facções e outros trabalhadores e trabalhadoras informais.

Quarteirização não é um reflexo do excedente econômico e sim uma estratégia do capitalista para a diminuição dos custos operacionais na confecção de seu produto, visando uma melhor colocação frente à competitividade estabelecida pelo mercado. O que antes se caracterizava como uma estratégia possível no campo do excedente industrial, ou seja, quando a capacidade produtiva do capitalista não permitia que este produzisse correspondentemente a sua demanda, hoje se torna resposta à crise do capital. O capitalista exonera o trabalhador com vínculo trabalhista e repassa o serviço informalmente aos trabalhadores quarteirizados, mantendo-se assim competitivo no mercado e também o assegurando frente a possíveis perdas econômicas.

2.3 A CONSTRUÇÃO DE UMA DIMENSÃO SUBJETIVA BLUMENAUENSE: O MODUS ALEMÃO - *DEUTSCHBRASILIANERTUM*

A dimensão subjetiva da realidade se dá na relação entre a objetividade e a subjetividade, isto implica dizer que esta dimensão se efetiva ao sujeito à medida que - assim como aponta Molon (2017) ao descrever o papel do meio na formação do ser social presente em Vigotski - , o autoconhecimento e reconhecimento do outro perpassa pela identificação de igualdade entre o eu e o outro. Neste sentido temos consciência de nós porque temos conhecimento do outro, isto é, quando o outro se expressa em sociedade me reconheço nele e por ele.

As formas de sociabilidade, de aceitação, de valor etc., também fazem parte de uma dinâmica social que compõe a própria realidade e isto constrói-se na relação dialética objetividade-subjetividade e história.

Todo ser social é submetido, portanto, a uma realidade posta e que traz consigo uma dinâmica social atrelada a um processo histórico complexo e fomentado pela própria sociedade. A isto não escapa a subjetividade, bem como, a dimensão subjetiva da realidade.

Neste sentido, é preciso realizar um exercício investigativo sobre as condições de produção, reprodução e reafirmação da dimensão subjetiva que se apresenta em Blumenau ao longo da sua história. A cidade, conforme já mencionado é reconhecida nacionalmente e se reconhece por sua cultura alemã, sua indústria no segmento têxtil e pela Oktoberfest e sobretudo, sobre seu modo de trabalho.

O trabalho como viabilizador do ser social é uma afirmação teórica cuja definição se expressa na generalidade da vida concreta, contudo, a forma como o sujeito produz sentido e significado particular ao trabalho em relação à própria existência vincula-se diretamente às mediações das condições de possibilidade socioeconômicas, culturais e políticas que vivencia.

Partindo destas condições, organizamos os aspectos contributivos para o nascimento de uma dimensão subjetiva da realidade local que se mantém até os dias atuais. Não nos repetiremos aqui sobre a constituição de Blumenau enquanto município catarinense e o papel dos imigrantes alemães, entendemos que isto já está explorado no início do capítulo. Portanto, destacaremos as condições de manutenção e reafirmação da dimensão subjetiva local que se inaugura em sua fundação e se renova a partir das transformações recentes que a cidade vivenciou.

Méri Fotscher (1998) realizou um estudo³² a respeito da etnicidade e da valoração do trabalho em Blumenau, onde apresenta uma construção histórica do uso da representação do “jeito alemão” como distinção e promoção dos habitantes e da cidade de Blumenau.

A autora apresenta de forma substancial o processo de reafirmação de uma dimensão subjetiva local que se renova e se molda ao longo da história, contudo, mantém-se alienada aos interesses políticos da burguesia local. A atribuição de características aos blumenauenses e à própria cidade como, por exemplo, a insinuação de que existe um modo diferente de agir e trabalhar justificados pela origem germânica, são comuns em propagandas e anúncios. Principalmente quando tenta-se vender o “produto Blumenau” para fora de seus territórios.

Este discurso pressupõe que a maioria da população blumenauense seja constituída pela etnia teuto-brasileira, dada a ver como categoria homogênea e monolítica. A complexidade da sociedade não é evidenciada, e em seu lugar, institui-se uma imagem germanizada e homogênea da cidade. No caso de Blumenau, a germanidade tem sido usada não somente para representar a cidade nacional e mundialmente. A própria germanidade é re-atualizada em meio a estratégias de poder. A maioria dos trabalhos historiográficos tem considerado como veiculadores do germanismo as instituições/eventos de caráter esportivo/cultural (como os Clubes de Caça e Tiro, as festas típicas), de caráter religioso (Igreja Luterana) e as escolas “alemãs”. Contudo, é de se destacar que a germanidade é também recriada através de outros veículos. As

³² Etnicidade e trabalho alemão: outros usos e outros produtos do labor humano. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/77817>>

próprias elites, representadas pelos órgãos governamentais, forjam identidades, promovem a “etnização” da sociedade (FOTSCHER, 1998, p. 2).

Como se pode perceber, existe uma construção de uma subjetividade blumenauense que perpassa por uma organização material da vida cotidiana, evidentemente, este fato não exclui a relação histórica de Blumenau com a cultura alemã. Contudo, é preciso que tenhamos o discernimento de que a forma e expressão desta subjetividade não representa vínculo cultural com a totalidade das pessoas que habitam a cidade. Esta dimensão subjetiva da realidade é apresentada à totalidade por meio das condições materiais as quais estão disponíveis como, por exemplo, o trabalho, na cultura e no lazer.

Este processo de valoração do “jeito blumenauense” não é apenas fruto de uma política de propaganda, mas sim recurso subjetivo que se reorganiza como ato legitimador da própria “essência germânica” local. Tomemos como exemplo as grandes enchentes que devastaram Blumenau nos anos de 1983 e 1984³³ e que ocasionaram prejuízos estruturais à cidade ao ponto de à época, declarar-se estado de calamidade pública. Diante desta conjuntura, o então governo municipal utilizou como estratégia uma nova promoção dos “valores germânicos” da cidade e um resgate da “capacidade alemã de trabalho” (DE ANDRADE, 2019).

No momento de crise da economia blumenauense, acirrada pelas enchentes, políticos da cidade difundiram um elemento da germanidade, a “superioridade do trabalho alemão”, para caracterizar o “blumenauense” como um “povo diferente”. (...) O governo municipal fez largo uso da germanidade para mostrar uma cidade habitada por um povo “ordeiro e trabalhador”. Políticos locais, em seus discursos, afirmavam que Blumenau tem uma “identidade própria”, constituída fundamentalmente “por um certo espírito, uma certa tradição, um certo modo de ser e agir” caracterizado pela capacidade de trabalho e luta para criar riquezas e serviços (FOTSCHER, 1998, p. 2 - 3).

Após as enchentes, Blumenau passou por um período de reconstrução onde aspectos da germanidade local foram atualizados como motor subjetivo para a validação do modus germânico do trabalho como característica. Cada vez mais houve a divulgação dos elementos da germanidade como caracterização de Blumenau, reforçando a ideia de que havia um pedaço do velho continente em terras brasileiras.

³³ As enchentes de 1983 e 1984 foram as maiores enchentes que atingiram Blumenau nas últimas décadas. No dia 9/7 de 1983 o rio Itajaí-Açu chegou a 15,34 metros acima do nível e em menos de um ano, no dia 7/8 de 1984 atinge a marca de 15,46 metros. Disponível em: < <http://alertyblu.cob.sc.gov.br/p/enchentes> >.

Termos como “Europa brasileira” ou “Alemanha brasileira” soam quase que comuns e trazem consigo a legitimação de uma percepção de diferença em relação aos “outros” brasileiros (SEYFERTH, 2004).

Naturalmente houve um esforço político para a manutenção e reafirmação dessa identidade local, como o incentivo à preservação de um estilo de vida, o uso cotidiano da língua alemã como sinônimo de valor cultural, o fomento aos clubes de caça e tiro; o sentimento de pertencimento cultural e étnico à nação alemã era cada vez mais presente no cotidiano. Entre todos esses aspectos, o elemento mais difundido durante a conjuntura de reconstrução de Blumenau, em 1983 e em 1984, foi o valor dado ao trabalho.

Como resultado deste processo de reconstrução da cidade, foi efetivado um projeto que permitiria recuperar economicamente a cidade, bem como legitimar a identificação do povo blumenauense a suas “raízes” germânicas. Assim nasceu a 1ª Oktoberfest³⁴ que visava enfatizar o caráter cultural, comunitário e a valorização da germanidade.

De acordo com o ex-Prefeito Dalto dos Reis³⁵, os fatores determinantes das características de cada uma de suas fases: o caráter comunitário e cultural caracterizou o início do evento, enfatizando as raízes germânicas da região de Blumenau, a necessidade da cidade resgatar o seu orgulho enquanto sentimento dos seus moradores e o seu município/região (devido às catástrofes de 1983 e 1984), oportunidade de alavancagem da economia e melhoria da qualidade de vida a partir de renda. Em síntese, este primeiro momento da Oktoberfest, segundo Dalto dos Reis³⁶, vivido nas suas cinco primeiras edições (DA SILVA; MANTOVANELI; SAMPAIO, 2014, p. 170 – 171).

Para além da reconstrução da cidade e o surgimento da oktoberfest, o que se apresenta aqui é o concreto movimento de produção de uma dimensão subjetiva blumenauense que se fundamenta a partir da história do mito fundador. Neste sentido, não cabe a este trabalho julgar as leituras da processualidade histórica e os interesses que motivaram esta reorganização subjetiva, cabe a este trabalho compreender que há um fato dado da realidade de que esta dimensão subjetiva da realidade está presente no seio social. E isto é, como vimos até então, retomado reiteradas vezes, seja pela esfera

³⁴ A 1ª Oktoberfest ocorreu no dia 05 de outubro de 1984.

³⁵ Entrevista realizada com Dalto dos Reis In: Silva (2009).

³⁶ Idem 24.

política, seja pelo próprio povo, à medida que se referencia nesta dimensão. Isto se apresenta de forma mais consistente nas palavras de Méri Fostcher ao detalhar o movimento político e sua efetivação social:

(...) o governo municipal associava este valor a todo e qualquer morador da cidade. Dava a Blumenau uma identidade teuto-brasileira, associando aos seus moradores uma “capacidade de trabalho alemã”, mesmo que naquela época não tivesse mais uma população majoritariamente de origem teuto-brasileira. O discurso dava uma identidade única a Blumenau. Relacionava o valor-trabalho não só ao elemento teuto-brasileiro, mas a toda cidade (FROSTCHER, 1998, p.4).

E continua, ao mencionar como as estratégias de legitimação desta dimensão subjetiva imprimia nas pessoas um valor pessoal intimamente ligado a germanidade.

O *Deutschbrasilianertum* foi um termo alternativo para uma nova espécie de germanidade. Só foi possível devido à concepção de que o povo alemão não precisaria estar ligado a um território específico ou a um Estado para constituir uma Nação. A nacionalidade e a etnia alemãs seriam herdadas. Portanto, para ser um alemão, não era preciso nascer na Alemanha. Assim, aos descendentes de alemães no sul do Brasil afirmava-se uma etnia e nacionalidade alemãs: “a nova pátria é a colônia, a nova cidadania a brasileira, mas a etnia continua sendo alemã; o ato de emigrar significou o rompimento com o país de origem, mas não com o Volk (povo/etnia) alemã (FROSTCHER, 1998, p. 7-8).

Estes eventos contribuíram para que houvesse uma forma de agir, pensar e produzir alinhada ao que aqui estamos nomeando como Modus Alemão. Isto incide diretamente nas relações sociais e de trabalho. Pode-se dizer que o trabalho, em específico, é a expressão mais latente desta dimensão subjetiva. Assim como vimos neste capítulo, as primeiras empresas de Blumenau, hoje centenárias, ainda, em grande parte vêm reproduzindo o modo de exigência desenvolvido a partir da valorização do trabalho em seu sentido local. É bem verdade que à medida que estas linhas estão sendo escritas algumas mudanças recentes ocorreram com a venda da própria Hering e, há um pouco mais tempo, a empresa Dudalina.

Isto não deslegitima o fato de que existe uma presença de uma dimensão subjetiva da realidade local atrelada à supervalorização do trabalho enquanto legitimador da própria existência social. Nos próximos capítulos apresentaremos, por meio das categorias de análise, esse aspecto de forma mais concreta do que foi desenvolvido até aqui.

3. MÉTODO

A fundamentação teórica e metodológica utilizada para a compreensão desta pesquisa é a perspectiva sócio-histórica da Psicologia, cuja base epistemológica é o Materialismo Histórico-Dialético de Marx.

A escolha de um método gera certo desconforto, não pelo fato de definir a forma como se pesquisa ou a utilização de um princípio, mas sua finalidade. Marx, elaborou, dentre tantas coisas, um método, mas que apresenta uma singular distinção dentre todos ou grande parte dos métodos propostos pela ciência. Esta singularidade se fundamenta na finalidade, todo método propõe um fim, em contrapartida, Marx propõe o movimento. Assumir ou atribuir fim a um fenômeno é negar a dialética presente nele e cair no reducionismo.

A busca pelo método é sempre um trabalho rigoroso e de sensibilidade. Optar por um método em pesquisa é também ter ciência de que o fenômeno que se busca investigar e compreender não se apresenta, em princípio, de maneira imediata à realidade. Segundo Netto (2011, p. 22) “(...) o método de pesquisa propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto”. Isto quer dizer que o método permite ao pesquisador, uma aproximação com a multiplicidade de determinantes que produzem o fenômeno, não só o da quarterização, mas, e fundamentalmente, como a quarterização atua na configuração do sujeito humano trabalhador.

Para se chegar ao conhecimento é necessário um método (um caminho ou direção) que permita superar a aparência de forma a apreender o fenômeno em suas contradições o que o determina e o que o leva a apresentar-se da maneira que o faz. O conhecimento parte do empírico, passa pelo racional, para chegar ao concreto. Para isso fará uso das leis e das categorias da dialética, buscando no empírico as suas contradições, chegando a suas determinações, portanto, ao concreto, como síntese das múltiplas determinações do fenômeno (Kahhale & Rosa, 2009, p. 38).

Considerando que o estudo aqui proposto, busca compreender aquilo que não é revelado pela aparência do fenômeno da quarterização, nosso esforço foi caracterizado metodologicamente por uma busca de determinantes que pudessem nos aproximar e auxiliar na compreensão do fenômeno produzido como precarização das relações de

trabalho. Em particular, na forma da quarteirização e sua expressão na dimensão subjetiva da realidade.

José Paulo Netto, é direto ao estabelecer a necessidade de desconstrução da aparência dos fenômenos, ao afirmar que se a aparência dos fenômenos revelasse a estrutura íntima dos mesmos, toda a ciência se tornaria desnecessária. A aparência, para Marx, é o início do caminho, pois, apresenta, fornece indícios, revela. Mas a aparência também esconde, mistifica e oculta. Por isso conhecer, é negar a aparência, a factualidade. O conhecimento parte da aparência, mas a ultrapassa, justamente por negá-la. A descrição, a sistematização, a organização dos fatos e das evidências, da empiria é absolutamente importante na produção do conhecimento teórico, mas não constitui o conhecimento teórico na visão de Marx. (NETTO, 2011).

Conforme apontado pelo professor José Paulo Netto (2011), a elaboração teórica é o um dos caminhos para a apreensão do real e, necessariamente passa pelo recurso da abstração. Sem abstração é impossível a produção teórica. O primeiro passo do conhecimento teórico é tomar a factualidade como indicadora de processos. E cabe à razão identificar esses processos. Cabe à faculdade racional da abstração, ir além da factualidade para a identificação dos processos que a explicam e a implicam. A identificação dos processos de que ela é a aparência. **No caso da pesquisa histórico social, esse negar a empiria passa, obrigatoriamente pelo recurso da abstração.x**

Para a Psicologia Sócio-histórica, o princípio de um pesquisador neutro e passivo, bem como, o da objetividade, são questionados nessa abordagem, pois as relações existentes dentro da pesquisa pressupõem trocas para ambas as partes. As reflexões propostas por Vigotski são norteadoras do processo de escolha tanto dos instrumentos, quanto da coleta e análise das informações. Segundo Vigotski (1992), a busca do método é uma das tarefas mais importantes da investigação. Para ele, não há dicotomia entre processo e produto. Por isso, quando se estuda um fenômeno é necessário estudar também como ele se constituiu e quais são as transformações que provoca. Essas são regras básicas do método dialético, pois o método é ao mesmo tempo ferramenta e resultado.

O estudo histórico significa a utilização da categoria de desenvolvimento na investigação dos fenômenos. Estudar algo historicamente quer dizer estudá-lo em movimento. Essa é a exigência fundamental do método dialético. Abarcar na investigação o processo de desenvolvimento de alguma coisa em todas

suas fases e mudanças é o que significa descobrir sua natureza, sua essência, já que “só em movimento o corpo mostra o que é” (VIGOTSKI, 1996, p.74).

x

O autor é responsável pelo que discursa, pela forma como expressa sua posição que, enquanto pesquisador, já parte de um lugar de discurso diferenciado, que não é o do cotidiano e das dificuldades das comunidades e dos serviços. Dessa forma, o pesquisador em ciências humanas precisa assumir um compromisso ético e social com o humano, entendendo e respeitando as diversidades e seus diferentes modos de viver.

O presente projeto se insere no campo de pesquisa qualitativa em Psicologia Social tendo como horizonte compreender a dimensão subjetiva da realidade do trabalho quarterizado no setor têxtil-vestuarista do município de Blumenau/SC. Para González Rey (2005) a pesquisa qualitativa possibilita uma produção de conhecimento que se dá a partir da sua complexidade e não na linearidade.

Para tanto é necessário que tomemos em conta que:

O sujeito da pesquisa é ativo no curso da pesquisa, ele não é simplesmente um reservatório de respostas, prontas a expressar-se diante da pergunta tecnicamente bem-formulada. (...) Neste contexto a pergunta representa apenas um dos elementos de sentido sobre os quais se constitui sua expressão. As construções do sujeito durante a pesquisa não surgem simplesmente como reação linear e isomorfa ao tipo de indutor utilizado no método, mas integram suas necessidades, assim como códigos sociais aceitos pelo meio em que vive. Toda construção é um processo complexo, plurideterminado, que exige a maior perícia do pesquisador para definir indicadores relevantes sobre o que se estuda, o que é impossível sem sua implicação ativa, não só como os resultados dos instrumentos, mas com os sistemas de relações que devem ser estabelecidos no andamento da pesquisa (GONZÁLEZ REY, 2002, p.55)

Posto isto, a seguir detalharemos os procedimentos que foram utilizados para a viabilização desta pesquisa.

3.1 PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

O primeiro passo da pesquisa foi o estabelecimento de vínculo com os sujeitos, uma vez que este garante a construção coletiva e horizontal da pesquisa. Pode-se dizer que a presente pesquisa inicia a partir da minha experiência profissional de quinze anos

no setor têxtil vestuarista, pude conviver e estabelecer vínculos com alguns trabalhadores quarteirizados, além de já conhecer previamente seu local de trabalho.

Contudo, cabe ressaltar que, quando se iniciou a presente pesquisa, o Brasil passava por uma crise econômica que impactou fortemente a indústria têxtil brasileira e em especial a blumenauense. Este acontecimento, fez com que as trabalhadoras que haviam sido previamente selecionadas, deixassem o trabalho quarteirizado e muitas delas, inclusive, mudaram de estado em busca de oportunidades de emprego. Isto impossibilitou a realização das entrevistas conforme o cronograma estabelecido para esta pesquisa.

A partir disso, recorri a amigos, amigos trabalhadores da indústria têxtil, trabalhadores da indústria têxtil com quem trabalhei e que generosamente criaram uma ponte entre este pesquisador e os novos possíveis sujeitos da pesquisa.

Para compor a pesquisa, foram elaborados alguns critérios de participação que consistem em: a) estar na condição de trabalhador/trabalhadora quarteirizado do setor têxtil-vestuarista de Blumenau/SC; b) estar no trabalho quarteirizado há mais de 3 anos; c) ser morador da cidade de Blumenau há mais de 3 anos. A seleção das novas participantes, se deu em uma conversa inicial com as trabalhadoras, onde buscou-se verificar o atendimento daquilo que entendemos como critério de participação da pesquisa. Faz-se importante mencionar que por se tratar de um trabalho informal, o trabalho quarteirizado se estabelece a margem da legalidade, isto implica diretamente na seleção dos sujeitos de pesquisa pois, a pesquisa se realiza pela colaboração e aceite da trabalhadora quarteirizada (perfil dos sujeitos dessa pesquisa) do que por um possível recorte de gênero, idade e condição socioeconômica. Ocorre que, o fato de as trabalhadoras serem todas do sexo feminino se deu muito em relação a disponibilidade das trabalhadoras quarteirizadas do que um possível critério de seleção deste pesquisador.

Após o cumprimento das exigências concernentes a aprovação da pesquisa no Comitê de Ética sob o parecer 3.792.649, se iniciou o primeiro contato com as participantes da pesquisa. Neste primeiro contato, foi apresentado às participantes o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e dado início a pesquisa somente após sua anuência. Ultrapassados os procedimentos éticos, técnicos, burocráticos deu-se

início a visita ao local de trabalho das trabalhadoras quarteirizadas em dia e hora marcada a fim de reduzir ao máximo os prejuízos a estas trabalhadoras. No dia e hora marcada foram realizadas as entrevistas. Durante esta etapa, também foram realizadas anotações no diário de campo do pesquisador, que consistiam no registro de acontecimentos que antecederiam a gravação da entrevista, como por exemplo, a caracterização do acesso ao local de trabalho das trabalhadoras, descrição do local de trabalho, bem como, particularidade do relato que chamavam a atenção durante a gravação. Todas as entrevistas ocorreram nas residências das participantes, contudo, é necessário destacar que o local de trabalho se encontrava anexo à casa ou ocupando o mesmo espaço.

As entrevistas adotavam o formato semiestruturado, com algumas perguntas estabelecidas a fim de contemplar alguns elementos que abarcassem a história de vida das participantes, sua relação com a família, a introdução no mercado de trabalho, a experiência e vivência na fábrica, bem como, a opção pelo trabalho quarteirizado.

Todas as entrevistas foram gravadas e transcritas. No decorrer das transcrições foram selecionadas categorias de análise que condizem com os objetivos desta pesquisa. Ademais, o nome das trabalhadoras entrevistadas foi substituído por nomes fictícios a fim de preservar a identidade e quaisquer outros elementos que possam levar à identificação dessas participantes.

3.2 PARTICIPANTES DA PESQUISA

Em um primeiro momento, intencionou-se entrevistar 6 trabalhadores quarteirizados, contudo, como mencionado acima, devido às limitações contextuais o estabelecimento de vínculo com participantes que atendessem os critérios estipulados ficou inviável. Outro aspecto se deu em relação ao número de trabalhadores quarteirizados que concordassem em participar da entrevista, isto se deve ao fato de que o trabalho quarteirizado é informal e os participantes receavam estar sendo fiscalizados. Com medo das possíveis multas e de outras punições oriundas de uma possível fiscalização estes trabalhadores não concordavam em participar da pesquisa mesmo após o pesquisador apresentar a intencionalidade da pesquisa e a garantia da

preservação da identidade. Em algumas oportunidades, a apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE)³⁷ e a necessidade de informar dados, fazia com que os sujeitos da pesquisa optassem por não participar.

Estes acontecimentos implicaram na redução dos sujeitos de pesquisa de 6 para 4 trabalhadoras.

3.3 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE

Os procedimentos de análise foram organizados pelo pesquisador em quatro momentos:

- 1) Organização dos materiais coletados, transcrição das entrevistas, organização das anotações do diário de campo;
- 2) Foi realizado a revisão de todo o material coletado durante a pesquisa de campo, a leitura flutuante das transcrições das entrevistas e das anotações em diário de campo, a separação e verificação de similaridades nas entrevistas realizadas com as quatro trabalhadoras;
- 3) No terceiro momento as similaridades destacadas nas entrevistas foram revisadas e separadas conforme sua relevância frente à pesquisa;
- 4) Por fim, as informações sintetizadas foram analisadas e constituíram-se categorias de análise que se articulam com os objetivos desta pesquisa.

No decorrer dos próximos capítulos, serão contempladas a apresentação das trabalhadoras e as categorias de análise elencadas.

³⁷ O TCLE segue no corpo da pesquisa no APÊNDICE A

4. APRESENTAÇÃO DAS ENTREVISTAS E DAS TRABALHADORAS – CONVERSANDO SOBRE O TRABALHO E A VIDA

4.1 As trabalhadoras

Neste capítulo buscaremos apresentar as trabalhadoras de maneira a evidenciar a condição de vida e trabalho. Uma apresentação que compõe não apenas a descrição e relato do espaço físico, mas que agregue aspectos da vida cotidiana, que apresente as motivações, frustrações e as relações que estabelecem a partir do trabalho quarteirizado.

4.1.1 – Paula e Nina

Antes de apresentar Paula e Nina é preciso contextualizar os motivos que fizeram com que a apresentação das trabalhadoras se realizasse em conjunto. Chego à facção de Paula por meio de uma indicação. Estabeleci o primeiro contato por telefone, liguei para Paula e combinei previamente data e horário para nos encontrarmos sem saber se havia outra pessoa trabalhando com ela.

Via de regra o trabalho quarteirizado não se caracteriza pelo emprego de funcionários ou de ser um empreendimento com característica societária. Comumente o que ocorre são colaborações pontuais do núcleo familiar (filhos e companheiros) nos momentos em que estes estão livres de suas atividades principais, escola ou trabalho formal. Tomar a cabo esta hipótese, fez com que este pesquisador fosse surpreendido no dia em que conheci Paula e Nina. Após combinar com Paula o dia e horário, na data marcada me dirigi até a sua facção, lá encontrei Nina sentada em frente à máquina de costura. Perguntei a Paula, onde seria o melhor lugar para realizarmos a entrevista e ela disse que podíamos conversar ali mesmo, em seu local de trabalho. Fiquei sentado em um pequeno banco de apoio, em frente à máquina de costura onde Paula estava trabalhando, iniciei a gravação em meio ao som do rádio e o ruído da máquina de costura a cada operação realizada.

Como não havia estabelecido contato prévio com Nina, compreendi que um pedido para que ela participasse da pesquisa naquele momento, poderia de alguma maneira gerar certo constrangimento a ela. Então decidi iniciar a entrevista com Paula. À medida em que a entrevista foi se desenvolvendo, Nina, mostrou-se muito participativa, interrompendo por vezes a fala de Paula e acrescentando detalhes. Ao

término da gravação, Nina, generosamente, me disse que caso eu desejasse, ela participaria da pesquisa. Obviamente este pesquisador ficou grato a ela, repassei todos os detalhes da pesquisa, reiterei por vezes que caso ela tivesse alguma dúvida ou quisesse alguma outra informação poderia entrar em contato comigo pelo número de telefone que consta no TCLE. Nina deu sua anuência e assinou o termo.

Paula e Nina são duas costureiras que trabalham juntas em uma pequena facção anexada à casa de Paula. A facção tem o tamanho aproximadamente de uma garagem para um carro, tem quatro máquinas de costura e um pequeno rádio que fica sintonizado durante todo o dia. A facção se localiza em uma área afastada do centro da cidade de Blumenau, escondida entre árvores, próximo a uma rodovia, mas distante o bastante para não se ouvir os carros e caminhões que trafegam por lá todos os dias.

Paula tem 61 anos, trabalha desde os 14 anos com costura. Foi costureira em grandes empresas têxteis de Blumenau e há 10 anos trabalha por conta. Paula diz que a costura sempre esteve presente em sua vida e que tinha vocação para o ofício desde pequena. Sobre isto, descreve uma situação que ocorreu na sua infância e que lembra até os dias de hoje.

Sabe, eu vou dizer uma coisa pra ti, falando em costura, quando eu tinha, assim, uns dez, doze anos, a minha mãe tinha uma máquina de costura em casa, ela trabalhava fora de diarista. Nós éramos 5 filhos em casa. Então, a minha mãe, tinha uma máquina de costura e um dia, a minha mãe sempre dizia Paula tu não mexe na máquina da mãe. (Paula) Não, não, mãe! Aí, um dia ela chegou e disse assim para mim, meu Deus do céu Paula, teu pai tá com uma calça lá (...), tinha que botar um zíper naquela calça. E eu não acho uma costureira para levar lá. Aí num dia, o pai e a mãe não estavam em casa, eu peguei e me enfiei naquela máquina, pensei, bom, a mãe não está aqui, a mãe não gosta que eu mexa, né? Peguei, me enfiei lá, tu acreditas que eu botei o zíper na calça? A mãe chegou dizendo para mim, quem é que botou um zíper na calça do pai? Eu disse, Mamá? Você não vai me bater, né? (Mãe de Paula) Por quê? (Paula) Eu fiz. (Mãe de Paula) Como é que tu fez isso? Eu disse, não sei. E, ela disse, eu acho que tu já vai virar costureira. Porque tu sentou e fez mesmo e deu certo. Aí o pai disse assim pra mim, um dia tu vai ser costureira né Paula? Ai eu disse assim, olha pai se Deus quiser. Ele disse, eu sei o que que tu gosta. Aí quando eu tinha assim uns quatorze, quinze, dezesseis anos mais ou menos. Chegou um cara lá, queria vender uma máquina de costura. Eu dizia pai, deixa eu comprar? (Pai de Paula) não! Ah, pai, deixa eu comprar uma máquina, eu quero costurar! (Pai de Paula) Não! Aí a mãe sempre diz pra ele hoje em dia, né? A Paula sempre quis comprar uma máquina, ela tinha vontade de aprender costurar, você não deixou ela comprar. Agora tá ali ó, agora tá com um monte de máquina aqui, agora eu posso fazer o que eu quiser (Paula).

Paula, ingressou na fábrica muito jovem, mas a vida na fábrica não era das melhores, havia muita pressão para que se trabalhasse rápido e com qualidade. Paula, relata que gosta de trabalhar num ritmo onde consegue sentir seu trabalho sendo executado com qualidade.

(...) era bom até um tempo, mas todo dia era puxado. Tinha que trabalhar rápido, baixar a cabeça e trabalhar. Sabe? A gente trabalha, mas parece que sempre tinha que trabalhar rápido, se tu (...), olha não podia nem ir no banheiro que já ficavam te olhando torto. (Paula)

E continua

Na empresa, como eu vou te dizer, (...) na verdade, em todas as empresas que eu trabalhei era assim, pediam por produção e qualidade. E meu Deus do céu se você reclamasse que tava cansada ou baixasse o ritmo. Eles te olhavam de cara feia, parecia que estavam olhando para um bicho. Tudo era medido, tempo de produção até o tempo do banheiro [risos]. E eu fui vendo que eu não queria isso mais para mim sabe? Essa pressão. Mas não era só a pressão, era o jeito que eles me tratavam. Daí chegou um momento que eu não aguentei de vez e saí. (Paula)

A facção não é a primeira que Paula empreendeu, teve outras facções e inclusive com pessoas trabalhando com ela. Já abriu e fechou várias vezes, afirma que sempre foi difícil ter uma facção, seja pela burocracia que muitas vezes é exigida (registro e nota fiscal), seja pela baixa remuneração do trabalho e a impossibilidade de pagar salários. Diz que a insegurança de não saber se vai receber não a motiva a formalizar seu negócio:

(...) não adianta você registrar hoje e amanhã você está fechando. Porque assim, você pode conseguir trabalho hoje, amanhã e depois de amanhã com o registro, mas vai chegar uma hora que você está com funcionárias, você quer pagar tuas funcionárias e não tem como pagar. Porque você não está recebendo sabe? Não ganha serviço, então eu digo não, eu não vou registrar. Se quiser me trazer serviço assim eu aceito, caso contrário não. Tem que ver como nós somos exploradas (Paula).

Nina, assim como Paula, tem certa trajetória na indústria têxtil, trabalhou muitos anos em fábricas da região e pequenas facções. Descreve a rotina, a remuneração e a falta de reconhecimento como fatores que a afastaram do trabalho formal. Relata detalhes de sua experiência em um dos lugares onde trabalhou:

(...) senta aqui, senta lá, senta lá. Eu trabalhei em uma facção que eu ganhava R\$ 600,00 por mês, é triste a história, eu sou muito chorona (chorando). Eu ganhava R\$ 600,00 por mês, trabalhava em todas as máquinas, enquanto que

alguém que não sabia mal e mal um pezinho (operação) de fechar ombro ganhava R\$ 1800,00. Daí quando eu soube eu disse não. Eu não preciso mais essa humilhação, eu não (...) (chorando). Não é fácil, daí foi quando eu pensei, nossa, aquelas lá ganham R\$ 1800 e eu míseros R\$ 600. Daí não tinha mais jeito. Daí eu disse assim (para si), cria vergonha nessa cara e sai daí. Daí eu saí. (Nina).

Paula e Nina, compreendem que na facção onde hoje trabalham têm um ganho que não é o financeiro e sim qualitativo, produzem sem a pressão da fábrica, contudo, estão mais vulneráveis financeiramente. Paula relata que a presença de Nina, faz com que ela fique mais tranquila e que é uma ótima companhia.

“(...) eu abri minha facçãozinha aqui, já tem alguns anos. Eu gosto do meu ambiente aqui, eu me sinto bem aqui, eu me sinto bem com a Nina né, é uma boa companhia” (Paula).

E Nina complementa Paula dizendo:

Paula é como uma irmã. “(...) eu e ela somos assim, meu Deus, melhor do que irmã” (Nina).

Paula e Nina, trabalham todos os dias, possuem uma rotina fixa e dependente das demandas de trabalho que lhe são repassadas, relatam por vezes as dificuldades pessoais e coletivas que encontram no dia a dia. Não estão alheias ao processo de exploração das relações de trabalho, tanto na sua vivência na fábrica, quanto na condição de trabalho quarteirizado. Contudo, cabe ressaltar que há clareza e reconhecimento dos processos de exploração que se efetivam na vida delas por meio da relação comercial que estabelecem com seus fornecedores. Como podemos perceber neste trecho da entrevista, quando foi questionado como era estabelecida a parceria para a entrega de serviço:

E vocês fecham, fazem um contrato? Alguma coisa assim ou não? (Pesquisador)

Só de (...) apalavrado. Bem, de palavra. É assim que funciona. (Paula)

Então se a gente for pensar não tem garantia nenhuma? (Pesquisador)

Não, não tem garantia. Não tem nada. Estamos trabalhando, nós não vamos saber se vão gostar do nosso serviço, porque daí é sempre uma empresa nova que traz serviço e nunca vamos saber se vão gostar ou não, como eu já disse, como ocorre com aquela gola ali, tá dando o maior trabalho para pregar então não sabemos se vai sair bom ou não vai sair, daí sempre temos que esperar nosso dia a dia, cada peça pronta, se vai sair, se vai ser aprovada. Até pedi para ela (Fornecedora) vir aqui dar uma olhada, mas ela disse que não vai ter tempo. O pior é que é assim, eles pagam muito pouco sabe? Eles não

valorizam uma costureira, esse que é o problema. É porque assim, eles pegam direto da, como é que se diz (...) (Paula).

O fornecedor (Nina)

Eles pegam, começam a distribuir nas facções, quem pega, e simplesmente chega aqui e diz assim para você - eu te dou R\$ 0,85 centavos para você fechar essa camisa, vale a pena? Aí não dão linha, a energia tem que ser paga, eles não pensam nisso. (Paula)

Ou seja, a senhora arca com todos os custos. (Pesquisador)

Com todos os custos, se a máquina estragar eu tenho que arrumar, mandar arrumar. (Paula)

Então, quando a gente fala R\$ 0,85 centavos, não é R\$ 0,85 centavos que a senhora ganha por peça, tem a linha que vai, a energia, no final a senhora não recebe nem metade disso? (Pesquisador)

Não. Não recebo nem metade. (Paula)

Na verdade, que nem como nós fizemos aquelas peças aquelas duzentas e poucas peças para março e foi gasto já R\$ 100 em mecânico. Aí então tu vê, pouquinho. Daí se ela vai tirar para a luz (...) zero. (Nina)

Como podemos observar, a relação comercial entre o fornecedor do trabalho e a facção de Paula perpassa pela informalidade e exploração. Esta relação é consciente para Paula e Nina e nos leva ao questionamento, entre a precariedade material imposta pelo trabalho quarteirizado e a pressão da fábrica, quais são os constructos norteadores da escolha pela condição de trabalho quarteirizado em relação ao retorno ao trabalho formal?

Assim, tentaremos elucidar este questionamento e outras percepções nas categorias de análise que elegemos no decorrer desse trabalho e que acreditamos que, por meio delas, seja possível qualificar e nos conduzir a uma melhor compreensão da dimensão subjetiva da realidade da quarteirização.

4.1.2 – Laura

Laura tem 33 anos, trabalha em um espaço que nomina como sendo um estúdio de costura, dedica-se exclusivamente neste espaço desde o final de 2016, embora, desde o ano de 2013 já desenvolvia atividade de costureira fazendo pequenos serviços concomitantemente ao trabalho na fábrica. Trabalhou em algumas empresas têxteis de Blumenau e região, dos mais variados portes, pequenas, médias e por fim em uma grande empresa de abrangência nacional por onde atuou por 6 anos. O estúdio de

costura já ocupou o espaço interno da casa, dividiu espaço entre os móveis da sala, passou para a garagem e neste momento encontra-se em uma pequena edícula que foi construída e se localiza muito próxima a casa.

Seu estúdio de costura tem boa estrutura, duas máquinas de costura reta e uma overlock, uma máquina de pregar botões, uma máquina de corte a disco e uma mesa de trabalho que utiliza para pôr as peças e lotes a serem costurados. Laura afirma que seus equipamentos são um investimento que só foi viabilizado após o recebimento dos valores referentes a rescisão trabalhista de seu último vínculo empregatício.

Apesar de dedicar-se a atividade de costureira, Laura possui sólida formação, é Tecnóloga Têxtil, fez vários cursos de capacitação na área têxtil como, modelagem, costura, criação e desenvolvimento, engenharia de produto, custos e controladoria. Também se aperfeiçoou em contabilidade para que pudesse gerir seu negócio. Laura não para de buscar a capacitação e conhecimento para cada vez mais viabilizar o seu negócio: “É claro, a gente não sabe de tudo, estou toda vida fazendo curso, eu não parei de fazer curso ainda, até porque eu quero me aprimorar porque eu quero oferecer coisas diferentes” (Laura).

Sobre negócios, Laura afirma que o ato de empreender sempre esteve presente em sua vida, algo comum na sua vivência familiar, tanto materna quanto paterna. Acredita que este fato a motivou a empreender.

Bom, eu sempre quis ter negócio próprio. Isso desde sempre, não é que me deu um gatilho e eu quis começar um negócio. Até porque meu pai sempre teve um negócio próprio, eu já vim de uma família que não tem nenhuma mulher que trabalha para terceiros é só empreendedores mesmo. Meu pai é empreendedor, minha madrinha é, minha tia também é, isso da parte do meu pai. Da parte da mãe, menos, mas também a maioria trabalha por conta, então, o gosto por ser responsável já vem desde sempre assim (Laura).

Antes de abrir seu estúdio de costura, Laura, assim como grande parte das trabalhadoras quarteirizadas, passou pelo emprego formal na fábrica. Compreende seu ingresso a partir da percepção de que, naquele momento, não possuía conhecimento suficiente para iniciar seu negócio e que para isso precisava aprender como fazer, viu no mercado de trabalho uma oportunidade.

(...) quando eu comecei a trabalhar, eu não tinha experiência nenhuma de negócio. Então, para conseguir ter um negócio eu entrei no mercado de

trabalho, pra buscar conhecimento primeiro, porque fazendo a gente aprende muito mais do que na sala de aula (Laura).

Em sua trajetória como trabalhadora com carteira assinada, ocupou diversos cargos. Exerceu a função de Modelista, Costureira, Inspetora de Qualidade, Assistente de Custos, Controladoria, Desenvolvimento de Produto e outros cargos não-técnicos como, Auxiliar de Produção e Embalagem.

Todas as situações e experiências que Laura vivenciou em seu percurso de desenvolvimento profissional enquanto trabalhou na fábrica deixaram marcas/percepções acerca do espaço fabril e do seu papel enquanto trabalhadora. Na fábrica Laura relata que houve momentos bons, contudo, os ruins foram potentes ao ponto de Laura afirmar que jamais voltaria a trabalhar novamente em uma fábrica ou para alguém. Laura afirmou que antes de passar por momentos ruins na fábrica, formou várias amizades e que inclusive viu na fábrica onde trabalhava a possibilidade de crescimento profissional. Esta primeira impressão a fez considerar abandonar a sua intenção de tornar-se empreendedora e seguir trabalhando como empregada CLT.

Se eu tivesse tido a promoção e se eu tivesse continuado no desenvolvimento como eu estava fazendo meu trabalho e eu tivesse visto que a minha carreira ia aumentar, ia alavancar, eu ia conseguir sair do lugar, eu ia ter mudado totalmente a minha visão entende. Eu ia ter feito uma faculdade para conseguir talvez crescer dentro da empresa, para talvez conseguir ser uma coordenadora, para talvez conseguir ser uma líder, ser alguma coisa dentro da empresa (Laura).

A relação de trabalho, as relações que estabelecia em seu fazer diário a distanciavam cada vez mais daquilo que gostaria de realizar, de sentir. Laura compreendia inicialmente a fábrica como caminho formativo para a realização de algo que como ela mesma afirma, seria seu negócio, a reprodução de algo que já estava na família e em que se espelhava. Na fábrica experimentou a possibilidade de alcançar destaque profissional, autonomia, exercer a liderança e desenvolver-se cada vez mais a medida que ia assumindo novos postos de trabalho cada vez mais altos na hierarquia fabril. Contudo, as exigências determinadas a Laura e os interesses impostos a partir da própria estrutura organizativa da fábrica fizeram com que cada vez mais Laura perdesse aquilo que vinha conquistando.

(...) chegou num determinado momento que por causa de uma burocracia interna da empresa, a gente teve que sair do desenvolvimento, que era eu e mais uma moça que fazíamos esse trabalho e tivemos que passar para a

controladoria. A controladoria lida com finanças, lida com fiscal, contabilidade, que faz o custo da peça mas não é necessariamente nosso trabalho. O nosso trabalho estava melhor encaixado no desenvolvimento, por causa dessa facilidade de alteração do produto e tal. Quando a gente mudou para a controladoria o que que aconteceu, eu de uma pessoa com autonomia que lidava apenas com o gerente, eu passei a lidar com líder, supervisor, coordenador e gerente. Ou seja, o meu trabalho simplesmente não andava mais, eu não tinha mais autonomia, eu não tinha mais a responsabilidade que eu tinha que eu gostava, o meu trabalho começou a acumular, eu não via resultado e eu acabei me frustrando com o que eu estava fazendo. Porque era muita burocracia para uma coisa que era muito simples e também teve a história do retorno financeiro, que também não veio (Laura).

A partir disso, Laura se experimenta em uma condição de distanciamento daquilo que havia projetado para seu futuro, isto culminou segundo Laura em um momento muito difícil em sua vida que foi a depressão. Laura relatou que houve vários momentos em que tentou negociar, ajustar as coisas com seus superiores, tentou fazer com que a recolocassem na antiga função, contudo, sem sucesso. Neste momento Laura experimenta o que entende como “esquecimento”.

Na verdade é assim, é um sentimento esquisito de dizer porque parece que é um buraco que tu entrou no chão e tu cai no esquecimento sabe? É um sentimento de esquecimento. Por mais que tu é querida pelo teu setor que tu trabalha, por mais que tu fez amizade, parece que (...), como aconteceu, eu saí de lá e poucas pessoas lembram de mim entendeu? Porque eu era só um número lá dentro, eu não era uma pessoa que de realmente fez uma diferença. A líder fingia que não me escutava, a coordenadora simplesmente não passava a informação, o supervisor pior ainda. E eu nunca consegui uma reunião com o gerente, aí o que que aconteceu? Eu fui me frustrando, fui me frustrando, as pilhas de papel subindo na minha mesa porque ninguém resolvia e chegou uma hora que eu comecei a entrar em depressão. Porque eu não conseguia mais ver o meu serviço fluir não ganhava mais por aquilo, resolveram tirar a minha autonomia em vez de me dar um aumento de salário, porque na verdade foi isso que aconteceu (Laura).

Laura decide sair da fábrica para realizar o seu antigo projeto, mas não de uma forma organizada e bem estruturada. Monta seu estúdio de costura em meio ao adoecimento e o desligamento da fábrica. Este momento ficou marcado por uma reestruturação organizativa e de gestão impulsionada por uma crise no setor têxtil vestuarista que se agravava cada vez mais em decorrência entrada dos produtos chineses ao mercado nacional. Isso ocasionou na demissão de vários trabalhadores, inclusive a de Laura.

Após seu desligamento Laura, decide empreender. Investe seu ganho com a rescisão do vínculo empregatício em maquinário e começa a trabalhar com o estúdio.

Inicialmente, Laura dedicou-se a pequenos consertos e reparos até conseguir uma clientela fixa. Entretanto seu projeto inicial consistia no desenvolvimento de peças próprias e exclusivas, esse projeto foi abandonado devido a necessidade de ganho de renda para arcar com os custos básicos da manutenção da vida. Começou então a costurar para empresas.

Neste momento, Laura não obtinha rendimentos nem perto do que ganhava na fábrica, mas o fato de sentir seu trabalho como seu, fazia com que Laura continuasse e se identificasse com aquela nova condição de trabalho. Laura tentava se organizar para trabalhar 8 horas por dia, mas que dependia muito da urgência das entregas. Recebia muito pouco, no início recebia R\$ 200,00 por mês, mesmo assim compreende que valia o esforço.

Nos dias atuais, o Laura possui uma demanda de trabalho que por vezes extrapola sua capacidade produtiva o que a leva a realizar “parcerias pontuais³⁸” e ter uma carga horária muito elevada, podendo chegar entre 12 e 16 horas de trabalho por dia. O ganho e a intensidade da rotina de trabalho pouco diferem do que vivenciou na fábrica, contudo, destaca que o fato de possuir autonomia, exercer liderança e a sensação de poder ver o fruto do seu trabalhado são motivadores e a fazem compreender que tomou a decisão correta.

Sobre as parcerias pontuais, Laura relata que devido o prazo e o volume de trabalho muitas vezes se vê forçada a contratar mais pessoas para ajudar na entrega dos pedidos. Essa relação que se estabelece a partir da demanda não é de conhecimento de quem repassa o serviço para Laura, assim como todo o processo de gerenciamento do seu estúdio de costura. As únicas coisas estabelecidas entre Laura e seu fornecedor são as entregas e os valores a serem pagos por peça produzida.

As parcerias via de regras são estabelecidas a partir das relações afetivas, vínculos familiares e sociais, Laura afirma que comumente contrata sua tia para ajudá-la com os pedidos, outras vezes, a vizinha. Os vínculos são informais, a partir do recebimento dos valores, Laura repassa parte as contratadas, descontando os gastos com

³⁸ Termo utilizado pela entrevistada para referir-se a uma contratação informal de outra pessoa.

energia e uso de maquinário que em tese compõem o valor pactuado por Laura e seu fornecedor na confecção de cada peça.

Neste breve relato é possível perceber que para além da experiência de vida de Laura e os enfrentamentos que realizou seja eles impostos pela dinâmica fabril, a exigência produtiva, a desumanização e retirada da autonomia. Laura quando opta por outra forma de realização a partir da atividade do trabalho (aqui considerando sua condição de trabalho quarteirizado) também reproduz as formas de exploração que vivenciou durante o período em que permaneceu como trabalhadora da indústria têxtil.

4.1.3 – Mari

Mari tem 40 anos, mora em uma casa próxima a rodovia e que dá acesso a várias fábricas têxteis de grande porte de Blumenau e região³⁹. Iniciou sua trajetória como trabalhadora da fábrica aos 14 anos como auxiliar de produção, nesta função, Mari relata que fazia os trabalhos considerados mais manuais como cortar fios, revisar peças, embalagem, organizar as peças para a costura e etc.

Durante o tempo que permaneceu na fábrica ocupou vários cargos como a de distribuidora de serviços onde permaneceu durante 4 anos. Nesta função, interagia diretamente com as costureiras, distribuindo o serviço e organizando o fluxo de produção. Compreendia que a função que exercia não era uma profissão, relata que pediu a encarregada que a designasse como aprendiz de costureira para que pudesse ter um caminho formativo em uma profissão que lhe ofertasse maior segurança financeira e de colocação no mercado de trabalho. Esta transição não foi fácil, isto porque, enfrentou resistência de seus superiores para o atendimento de sua solicitação. Mari relata que era muito difícil mudar de cargo ou ter uma oportunidade de mudar de função porque isto implicaria em reorganizar o setor e muitas vezes aumentar os custos.

No setor da costura permaneceu durante 3 meses, aprendendo a trabalhar com as máquinas overlock e reta. Mari relata que esses 3 meses não foram de dedicação exclusiva ao aprendizado, era comum que a retirassem do novo setor e solicitassem a ela que desenvolvesse atividades relacionadas a sua antiga função. Permaneceu

³⁹ Compõe esta região os municípios de Indaial, Pomerode, Timbó e Rio do Sul.

exercendo essa dupla função por dois anos, após esse período foi promovida à encarregada de costura onde atuou por 3 anos.

Durante o período em que exerceu a função de encarregada, Mari engravidou e teve sua primeira filha. Após o período de licença maternidade Mari volta a fábrica, voltar a fábrica não foi fácil para Mari, ela e seu companheiro tentavam organizar sua rotina de modo que pudessem trabalhar e cuidar de sua filha recém nascida. Passados poucos meses após seu retorno à fábrica, Mari diante da dificuldade de encontrar alguém que pudesse tomar conta da filha enquanto ela e o marido trabalhavam decide deixar o emprego e dedicar-se ao cuidado de sua primogênita. Mari não voltou a trabalhar durante os dois primeiros anos de sua filha, contudo, a falta de ganho de uma renda mensal fixa fez com que Mari buscasse se recolocar no mercado de trabalho.

Eu queria trabalhar porque nós [Mari e seu companheiro] já não estávamos dando conta de sustentar a casa. Mesmo querendo trabalhar eu precisava de um trabalho que eu pudesse estar perto da minha filha, aí ficava difícil sabe? Foi aí que eu tive a ideia junto com uma vizinha de montar uma facção, ela tinha umas máquinas e eu tinha a garagem e mais uma reta [máquina reta] (Mari).

Quando Mari e sua vizinha decidiram por começar uma facção, organizaram suas máquinas de costura no espaço da garagem da casa de Mari. A garagem tem o tamanho que comporta um carro popular e ao transformar-se em facção foi necessário reconfigurar o espaço. Na parede do fundo estão duas estantes de metal que servem como espaço de armazenamento das linhas de costura e algumas ferramentas para o conserto das máquinas, alinhados a parede esquerda encontram-se enfileiradas as máquinas de costura (quatro ao todo) e um pequeno corredor alinhado a parede direita destina-se como espaço para empilhar os lotes a serem costurados ou já costurados. É comum que em alguns momentos a área de trabalho invada o espaço da casa, segundo Mari, ela até tenta não levar as peças para dentro de casa, mas como a casa se conecta a garagem por uma porta, quando não há espaço na facção as peças são alocadas na parte de dentro, mais especificamente na cozinha.

No início da facção, Mari e sua sócia começaram por pequenos serviços, reformas e consertos de peças prestados para pessoas próximas e para a vizinhança do bairro onde vivem. Passados alguns meses, perceberam que os ganhos obtidos com seu trabalho não eram suficientes para manterem a si e o seu pequeno negócio. Começaram então a buscar trabalho estabelecendo parcerias informais com empresas têxteis e

facções próximas a sua pequena facção, a ideia inicial era trabalhar com pequenas operações e até mesmo pequenos lotes onde costurariam do início ao fim.

Mari descreveu que trabalhar com pequenos reparos mal dava para sobreviver, o ganho era muito pontual e o que se ganhava mal dava para arcar com os custos fixos que possuíam com sua pequena facção. Isso as motivou a buscar serviços com maior volume, na esperança de conseguir maior rendimento.

A gente pensava que trabalhando para as facções, fazendo algumas operações ou até as peças completas a gente ganharia mais sabe? Além de ganhar mais, eu imaginava que podia ficar mais perto da minha filha e também tem a questão de trabalhar na fábrica que não é fácil. A gente queria tudo isso e também um dinheirinho bom, mas não deu (Mari).

Por que não deu Mari? (Pesquisador)

Porque a gente pensava que ia ganhar um dinheiro bom, porque a gente tinha volume, a gente chegava a trabalhar 12 horas, 15 horas por dia pra dar conta de entregar os pedidos, mas o que a gente não pensava é que como a gente não tinha firma [empresa] registrada os fornecedores além de não cumprir com a palavra as vezes nem pagavam. (...) por exemplo, dependendo do serviço a peça tem um preço, vamos dizer R\$1 por peça costurada, aí eles passavam umas 3 mil peças para a gente. Quando a gente entregava as peças começava o problema, primeiro era dizer que não tinha ficado bem costurado, depois ficava enrolando para pagar, as vezes demorava mais de mês, tem coisa que eu não recebi até hoje, aí quando ia pagar dizia que a o valor que a gente tinha fechado era metade do que a gente tinha combinado. Como tinha conta vencendo, e prestação não atrasa né [risos] a gente aceitava (Mari).

Em um determinado momento, Mari e sua sócia até cogitaram a possibilidade de formalização do seu negócio para que houvesse maior segurança para ambas, mas pontua que essa ideia não foi adiante por dois motivos: o primeiro, os altos custos referentes a formalização do negócio, licenças e alvarás de funcionamento, a burocracia envolvida nesse processo era desestimuladora; O segundo, Mari relata que os próprios fornecedores de serviços estimulavam a informalidade alertando para a alta carga de impostos que Mari e a sócia teriam de arcar, também destacavam que devido a isso provavelmente Mari teria de aumentar o custo do seu trabalho e que de certa forma a parceria estabelecida para o repasse de serviço seria inviável.

Mesmo diante dessas dificuldades Mari afirma que em nenhum momento pensou em voltar a trabalhar na fábrica. Relata que o trabalho com a sua pequena facção está muito longe do ideal, que passa dificuldades, que as vezes não recebe, mas entende que só depende dela e que na fábrica ser trabalhadora é se submeter a uma condição de

trabalho robótico, estressante e sem valorização. Quando questionado o que seria a desvalorização a que Mari se referindo ela afirma:

Na fábrica parece que você tem que dar graças a Deus porque eles estão te contratando, te dando uma oportunidade, a verdade é que você tá lá dentro e nada anda se tu não trabalhar direito sabe? Isso quer dizer que se eu não fizer o meu trabalho as coisas não andam, só que eles [patrões] só enxergam o lado deles, como se a gente não fosse quem ajudasse eles a ganhar dinheiro. Eu me cansei disso, eu tive oportunidade na fábrica é verdade, mas eu fiz muito também. Aí quando tu pede para eles te ajudar, te mudar de setor ou até mesmo de função parece que tu é a pior pessoa do mundo. Quando eu me dei conta que trabalhar na fábrica não é um lugar que reconhece quem realmente se esforça, eu nunca mais quis voltar (Mari).

Hoje, Mari não conta mais com sua sócia. Os atrasos, a baixa remuneração e as frequentes faltas de pagamento fizeram com que sua sócia optasse por desfazer a sociedade. Mari diz que esse processo foi relativamente tranquilo, “o único desgaste que gerou foi por conta das máquinas, eu queria ficar com as máquinas e ela vender porque precisava de dinheiro” (Mari). Segundo Mari, elas chegaram a uma solução quando Mari conseguiu um empréstimo com seus pais e comprou as máquinas de sua ex-sócia.

A pequena facção ainda se encontra em funcionamento, mantém praticamente a mesma dinâmica, recebe repasse de serviços de empresas, segundo Mari, somente trabalha com as mais confiáveis. Por vezes Mari recorre a antiga sócia para ajudá-la na entrega da produção, “sempre quando aperta eu peço pra ela me ajudar, geralmente no final de semana porque ela não tem tempo porque voltou para a fábrica, assim ela ganha um dinheirinho” (Mari).

Mari entende que sua pequena facção não é um negócio ideal, muito pela informalidade e isso traz prejuízos e inseguranças. Contudo, Mari percebe outros ganhos que transcendem as dificuldades impostas a ela enquanto trabalhadora quarteirizada, percepções acerca de reconhecimento, de gestão do próprio tempo, da relação de proximidade com a família são aspectos fundamentais em que Mari se sustenta e que a motivam a permanecer nesta condição de trabalho quarteirizado.

É obvio que eu não ganho o que poderia ganhar na fábrica, às vezes, pelo que eu sei das minhas amigas que trabalham na fábrica eu chego até perto, as vezes nem tanto, mas não é uma diferença tão grande. Mas só de pensar que eu não preciso passar pelas humilhações da fábrica eu fico mais tranquila (Mari).

Sobre as inseguranças, Mari compreende que sua situação de informalidade tem certos custos futuros, está ciente de que terá de trabalhar por mais tempo, segundo ela, é difícil lidar com o fato de que não tem direitos trabalhistas ou qualquer benefício “se eu ficar doente, tenho que trabalhar mesmo assim” (Mari). Afirmar que pensar sobre o futuro passou a ser algo mais constante à medida que o tempo passa, conforme vai ficando mais velha e vendo seus filhos crescerem, mas a garantia de ter um lugar para morar e contar com o apoio da família a tranquiliza.

5. CATEGORIAS DE ANÁLISE

Aqui se desenvolverão a articulação entre história, condição de vida e trabalho das trabalhadoras quarteirizadas, sua percepção e escolha. Para tanto, fundamentalmente nos embasaremos nos pressupostos da Psicologia Sócio-Histórica que descrevemos no capítulo 1 e, na condição histórica presente no capítulo 2.

A quarteirização se apresenta, conforme exposto anteriormente, como um processo de captura de mais valor, e na sua efetivação, modifica a dinâmica da vida dos trabalhadores quarteirizados. Caindo num olhar determinista, não seria difícil supor que a condição de trabalhadora quarteirizada seria concebida de forma alienada e sem espaço de realização. Ocorre que, a condição de trabalho quarteirizado no município de Blumenau se mostrou como um complexo conjunto de relações objetivas e subjetivas que apresentam condições gerais de exploração e precarização das relações de trabalho, bem como, expressa a partir da singularidade dessas trabalhadoras a presença de sentimentos de valorização, reconhecimento, identificação com o trabalho e realização.

No decorrer desta pesquisa, durante as entrevistas, ficou evidente para este pesquisador que existe uma processualidade comum na trajetória dessas trabalhadoras. Esta processualidade reside no fato de que o trabalho na fábrica é a porta de entrada para o seu autorreconhecimento enquanto trabalhadora. Em seguida, a vivência cotidiana na fábrica imprime condições que perpassam pela exigência de uma dimensão subjetiva da realidade blumenauense que atingem essas trabalhadoras em sua singularidade, a desumanizam, desvalorizam e por conseguinte, o afastamento da atividade na fábrica e a realização no trabalho quarteirizado.

Conforme exposto anteriormente, a saída da fábrica, as mediações presentes na história de vida dessas trabalhadoras se apresentam como sentido organizativo em direção a quarteirização. Isto quer dizer que, a experiência vivida na fábrica nos fez perceber que a partir dela e de sua dinâmica acerca da percepção de si enquanto trabalhadoras as fizeram buscar em sua história uma possibilidade de superação do sofrimento vivido e que nestes casos caminharam em direção ao trabalho quarteirizado e a precarização.

Diante disto, compreendemos que nas histórias de vida dessas trabalhadoras apresenta-se como imperativo a aversão a fábrica. Esta aversão corrobora para que haja um movimento em direção a superação da condição de trabalho e suas relações estabelecidas pela própria dinâmica organizativa da estrutura fabril. Como resultado deste movimento, percebeu-se a quarteirização como espaço de realização e autorreconhecimento, contudo, este caminho não ocorre de forma linear e objetivado e tão pouco ideal, pois na quarteirização se reproduzem processos ainda mais evidentes de exploração do trabalho humano.

Para tanto, decidimos que era necessário estabelecer durante a análise um diálogo entre categorias. Desta forma, foi definido uma categoria que se apresenta em todas as outras categorias e que ao mesmo tempo que afasta as trabalhadoras de seu sofrimento e condições de precarização as aproximam destes mesmos sentimentos e condições de formas diferentes. Assim, nominamos essa categoria norteadora como “O horror a fábrica”.

5.1 O horror a fábrica e o jeito alemão de trabalho

A força de trabalho no contexto fabril, seja aonde for, é compreendida como sinônimo da produtividade, do ritmo, da qualidade. Isto pressupõe que todo o trabalhador que se insere na indústria precisa corresponder a uma exigência produtiva e isto precisa transparecer aos olhos de alguém, seja seus superiores e até mesmo aos demais trabalhadores.

Em Blumenau, o valor ao trabalho apresenta-se não somente como compreensão da sua utilidade enquanto viabilizador da vida, mas como característica de identidade de um povo. O sentido atribuído ao trabalho em Blumenau, extrapola a relação com a atividade e assume condição de definição de sujeito, de pertencimento àquele lugar ou etnia. Produzir é transformar, mas em Blumenau há um jeito de se fazer.

Assim como destacado no capítulo 2, mais precisamente no item 2.3 deste trabalho, houve um movimento intencionado a uma formalização identitária blumenauense e isso se deu a partir de vários aspectos, sobretudo no trabalho e sua reprodução na fábrica. Para que possamos ter uma ideia de como se deu esse processo é

interessante que se faça menção, conforme Ferreira (2020) apresenta em seu artigo⁴⁰, acerca da existência de uma prática ou código de conduta que visava a efetivação e culto ao “bom trabalhador”. Cabe destacar que a noção de “bom trabalhador” se expandia para além da fábrica, reverberava à sua imagem como definição de sua conduta enquanto cidadão. O bom cidadão era uma forma de implementar o controle sobre os trabalhadores dentro e fora do espaço fabril, como podemos identificar na coluna “Guia do Bom Cidadão” publicada no Jornal Mensageiro Artex⁴¹.

Há os que preferem agir como animais inferiores, deixando de usar a inteligência para seguir conselhos de maus companheiros, diminuindo de propósito o rendimento do seu trabalho. Não percebem que essa atitude só serve para trazer o aborrecimento a toda a sociedade[...]. Logo, quem procura produzir pouco, está prejudicando a si próprio, prejudicando a sua família, concorrendo para sustentar lutas de classes, aumentar a miséria e as aflições sociais. O trabalho é a alegria da vida. É condição de liberdade. É dignidade superior de seres superiores (MENSAGEIRO ARTEX, dez. 1966, p. 9).

Conforme Ferreira (2020) analisa, o estabelecimento de um estereótipo do “bom trabalhador” foi uma estratégia do patronato para a criação de um trabalhador ideal para o sistema fabril. Isso nos faz questionar o que seria esse trabalhador ideal? E qual o impacto de uma definição de modelo na vida dos trabalhadores que não se adequassem a ele. Não é difícil supor que nas relações capitalistas cada vez mais criam-se estratégias que visam o lucro e o acúmulo de capital. O que se apresenta como característica desse processo é que a medida em que os modos de produção são alterados é possível perceber cada vez mais um estreitamento entre o trabalho e a vida privada. Neste sentido, a plasticidade do capital avança sobre a vida privada forjando um trabalhador que não só está comprometido com a produção, mas que a reproduza na sua existência.

Cabe ressaltar que quando mencionamos a presença de uma estratégia de controle do trabalhador que se desenvolveu ao longo do período de desenvolvimento da indústria têxtil blumenauense não estamos afirmando que essa mesma forma se estabelece e se expressa igualmente hoje. O que podemos perceber é que assim como os

⁴⁰ A urdina do cotidiano e as culturas de classe dos trabalhadores da Indústria Têxtil de Blumenau (1960-68). Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180312302020e0103>

⁴¹ O Jornal Mensageiro ARTEX foi um informativo de circulação interna da empresa ARTEX sendo publicado pela primeira vez no ano de 1964. A prática de uma imprensa organizada a partir da fábrica não era exclusividade da ARTEX, haviam outros periódicos que circulavam nas demais indústrias têxteis de Blumenau como: O Progresso (também da empresa ARTEX), Radar Sul Fabril (Sul Fabril), Informativo Hering (HERING) e Noticiário Cremer (CREMER).

processos produtivos ganham novas formas, as estratégias capitalistas também assumem essa plasticidade.

Isto significa dizer que, existe a presença de uma dimensão subjetiva blumenauense que conjuntamente aos interesses do capitalista organiza a forma de relação de trabalho, que não se mantém referenciada tão somente no passado, mas que assume aspectos do tempo presente. Em outras palavras, valores atribuídos a compreensão do que é trabalho dialogam e se aproximam intimamente com noções já conhecidas sobre, esforço e comprometimento, como por exemplo, no discurso meritocrático. Onde elementos presentes nesse discurso possuem similaridades, relegam o trabalhador como único meio para a sua própria realização, excluindo as relações de exploração constantes no capitalismo.

Esta relação torna-se mais evidente quando as trabalhadoras expõem momentos da sua história de vida na fábrica. A partir dos relatos abaixo é possível perceber o contexto e o movimento de deslocamento e a atribuição de utilidade ao seu próprio ser.

Como foi seu ingresso na fábrica? (Pesquisador)

(...)foi muito bom, muito gostoso, mas como eu estava falando, é bem puxado começar a trabalhar em uma empresa, eles exigem muita qualidade, quantidade né? Tem que ter produção. Eu gostei muito de aprender a trabalhar de costureira e (...) como é que eu vou te dizer, - não é fácil -. (Paula)

E continua:

(...) eu acho que na empresa eu não estava me adaptando muito bem para trabalhar lá. Porque lá eles exigiam muita produção e a pessoa tinha de ter agilidade né e não é meu caso. Como você está vendo aqui eu gosto de trabalhar assim, nada desse negócio apurado, eu parecia mais aquele povo de fora. (Paula)

Quando Paula nos descreve esta relação, indica que sua experiência como trabalhadora da fábrica exigia uma conduta, um padrão, um modelo de trabalhador que está posto antes mesmo de Paula ser trabalhadora. A experiência permite a Paula reconhecer-se a partir daquilo que está posto e neste sentido, vê-se como alguém que foge ao padrão. Aproxima-se do que nomina como “povo de fora” dando a entender que o modo do povo de Blumenau ou como definimos aqui, “o jeito alemão” era positivo. Desta forma, não se reconhecia como participante daquele grupo e justifica sua

empreitada no trabalho quarteirizado como uma forma de executar o trabalho da maneira que gosta.

A senhora estava dizendo que eles cobravam agilidade e tal, mas eles ficavam cobrando direto a senhora? (Pesquisador)

Sim, direto, cobravam. Direto que a pessoa daí (dizia) - ah porque você tem que fazer mais rápido - e na hora de receber daí era aquela merreca sabe? Isso quando não xingavam a gente, dizendo que a gente não trabalhava de verdade. Daí eu disse para o patrão - olha, não quero mais costurar, eu sou obrigada? - daí ele disse que não, que eu não era obrigada se você não quer. E lá, dentro de uma empresa não é como aqui como eu faço sabe? Tem que ser rápido mesmo, quem trabalho tipo assim, não passa, tem que ser mais rápido ainda, daí eu disse - não, não quero mais - .(Paula)

Quando questionada sobre as ofensas no ambiente de trabalho, Paula relata que era normal isso acontecer, principalmente quando não atingiam um certo nível ou precisão de qualidade. Perguntei à Paula o que era o nível de qualidade e como eles justificavam esse nível. Paula não soube dizer com exatidão, deu de ombros e se limitou a dizer que “quando se nasce aqui é preciso ser trabalhador” (Paula).

Isto nos remete à valoração do trabalho presente na história de Blumenau, percebe-se uma reconceitualização do sentido do trabalho que antes se exigia a partir da necessidade da reconstrução da cidade devastada pelas grandes enchentes para a fábrica, assim, o trabalhador fabril assumia o modo de trabalho alemão como legitimação da sua capacidade e pertencimento no espaço da fábrica.

Estas expressões da dimensão subjetiva da realidade blumenauense também foram relatadas por Nina enquanto contava sua história e vivência na fábrica.

Olha, eu trabalhei em algumas facções né, só que eu sempre sofria lá. Diziam que eu não trabalhava direito porque eu era muito devagar. Eu chorava, porque as outras costureiras, até as revisoras ficavam pegando no meu pé e diziam que eu não produzia como elas. E por causa disso eu atrapalhava a produção. E o pior é que nem me pagavam direito. (Nina)

Atrasavam o salário da senhora? (Pesquisador)

Não, eles me pagavam uma merreca, 600 pila por mês. E meu Deus do céu se eu pedisse aumento sabe? Eles olhavam pra mim e diziam que eu tinha que ser mais rápida, fazer como todo mundo fazia. Eu me sentia como, olha, um cachorro. (Nina)

Assim como relata Paula, Nina apresenta sua vivência na fábrica indicando um modo de trabalhar, é bem verdade que o ritmo acelerado de produção, principalmente

no contexto fabril, é exigido seja onde for. Contudo, a fala de Nina na sequência relata outro aspecto que compõe a dimensão subjetiva blumenauense.

Uma vez eu tava trabalhando até bem, sabe? Eu tenho uma dor no braço que me atrapalha na produção e por isso eu gosto de trabalhar mais devagar. Aí eu conversei com a minha encarregada que eu queria ser registrada como costureira. Naquela época eu era auxiliar de costureira, mas eu já tava costurando a (...) uns 2 anos eu acho. Aí naquele dia eu disse chega! Tu acredita que a minha encarregada virou pra mim e disse que eu não podia virar costureira porque eu não trabalhava direito. Ela disse que eu parecia aquele povo do Paraná trabalhando. (Nina)

Nina demonstrava desconforto ao relatar sua passagem pela fábrica, sempre após os relatos mostrava alguma peça que havia costurado e destacava a qualidade do seu serviço. Como se fosse uma forma de combater um rótulo que lhe foi posto na fábrica com a realidade concreta da peça costurada diante dos meus olhos.

Neste sentido, era permanente a demonstração de validação do seu trabalho tanto nas falas de Paula como de Nina. A não adequação ao trabalho na fábrica não significava dizer que não havia realização no desenvolvimento da sua atividade, a ideia de que existe um modo correto de conduta e forma de trabalho é que imprimia a exclusão. A fala de Paula sobre sua atividade de trabalho é bastante contundente, é direta ao mencionar sua realização “(...) quando eu descobri que é isso aqui que eu gosto de fazer! Saber que eu estou montando a peça, para mim isso é a maior felicidade sabia?” (Paula).

Para este pesquisador o “jeito alemão” fica mais evidente como pertencente à dimensão subjetiva blumenauense quando Paula fala sobre sua trajetória de trabalho na fábrica:

Mas se a senhora, vamos dizer assim, se recebesse certinho, a senhora trocaria a condição da senhora por votar para a empresa? (Pesquisador)

Saber que você sofreu esses anos inteiros, não tenho luxo na minha casa, mas o que eu tenho é meu né. Trabalhando nas empresas, quando chega para te aposentar tá assim ó. Olha como eu tô suando. Daí não é fácil. Não ia mais voltar para a empresa, eu não tô mais afim de aguentar patrão, sabe? Eu fui muito humilhada pelos patrões e pelas outras costureiras, hoje eu vejo isso. (Paula)

Quando Paula menciona a humilhação sofrida pelos patrões e por seus pares, as costureiras, aponta para que existe uma compreensão comum sobre o que se é esperado

de um trabalhador. Não se refere a capacidade produtiva ou desempenho em si, refere-se a uma forma de agir que lhe é esperada.

Estas expressões também são presentes nas histórias de vida de Laura e Mari. Para Laura a percepção de que existe um modo de trabalho que era típico da fábrica blumenauense partia dela em relação aos outros. Laura ao relatar momentos em que se via desvalorizada, buscava justificar-se fazendo menção a maneira como outros trabalhadores executavam suas funções e que a partir da concepção de trabalho presente na dimensão subjetiva da realidade blumenauense estava aquém do que era esperado. Esse relato nos faz compreender que há certa consolidação no que se refere o que é ser trabalhador e desempenhar este papel, a mesma medida em que o trabalhador está sujeito a percepção do outro sobre si, também avalia o outro a partir da mesma ótica.

Quando eu estava trabalhando na [empresa], eu ficava triste porque no início, antes de eu ficar doente eu tava dando duro e fazendo o meu trabalho, mas as vezes eu sentia que eu não tinha muita ajuda. Na verdade, eu até tinha, mas era diferente, acho que a [empresa] pagava pouco e vinha muita gente de fora trabalhar e eles não entendiam bem como a gente trabalha. Eles têm outro ritmo, não querendo julgar, mas eles parecem mais despreocupados sabe? Aqui a gente trabalha bem e quando vem muita gente de fora trabalhar é um pouco complicado (Laura).

Por que complicado? (Pesquisador)

Porque ou eles começam a trabalhar igual a gente ou são mandados embora, tem uns que não aguentam. Tipo, no começo a gente ensina e diz o que tem que fazer e como tem que fazer, uns reclamam e dizem que a gente é muito exigente e que nunca viram isso na vida. Esses são os primeiros a sair (Laura).

Esta passagem nos faz perceber que para além de uma percepção do fazer, existe um alinhamento à exigência produtivista imposta pela dinâmica do capital, ao relegar a dificuldade do outro diante da exigência, coloca-o na condição de anormalidade. Partindo deste pressuposto, a compreensão de inadequação ou não correspondência frente a exigência produtiva produz nas trabalhadoras uma noção de lugar. Durante a entrevista com Mari, enquanto falava sobre sua vivência na fábrica e as dificuldades que encontrava em corresponder a exigência produtiva, buscava encontrar nela mesma as respostas para tais incompatibilidades. Não questionava o que lhe era demandado ou até mesmo o que é trabalho digno, justificava-se a partir de uma percepção fundamentada a partir daquilo que está socialmente compreendido como o “bom trabalhador”.

Talvez eu não sirva para esse trabalho na fábrica, eu acho que tenho outro ritmo, não sei explicar. Às vezes eu penso sobre minha vida na facção e sei lá, eu trabalhava, mas parece que não como as outras. Deve ser algo que eu não sabia lidar né? (Mari)

Não sabia lidar? Você pode falar um pouco mais sobre isso? (Pesquisador)

É, nem eu sei explicar direito, eu não me via igual a todo mundo sabe. Parecia que todo mundo trabalhava direitinho, com bastante capricho sabe? Eu até achava que em alguns momentos eu fazia isso mas acho que não, deve ser alguma coisa que é minha mesmo. (Mari)

Durante as entrevistas, a percepção de Mari é comum a todas as outras trabalhadoras, expressando-se de maneira diferente, contudo, o processo de não se reconhecer em igualdade aos demais trabalhadores inaugura um movimento em direção ao adoecimento. A medida em que os relatos apresentavam as dificuldades das trabalhadoras frente a exigência produtiva cotidiana estabelecida na fábrica, essas trabalhadoras passam a ser reconhecidas por seus pares e superiores como pouco comprometidas, más trabalhadoras. Menções à estas trabalhadoras como, “parece o povo de fora”, “não sabe trabalhar”, “nem parece que é daqui” e até mesmo a ausência diálogo e de sociabilidade com outros trabalhadores passam a ser cada vez mais constantes até que essas trabalhadoras se experimentam no total isolamento.

A depressão, é a principal doença apresentada, das 4 trabalhadoras entrevistadas 3 delas disseram passar por momentos depressivos, necessitando de ajuda médica e psiquiátrica. Somando-se a isso, problemas de coluna, lesão por esforço repetitivo (LER), distúrbios osteomusculares relacionados ao trabalho (DORT) são sintomas presentes na história dessas trabalhadoras. Segundo Bevilacqua (2017) a cada ano é possível constatar o aumento significativo do adoecimento de trabalhadores em Blumenau. Isto porque a exigência produtiva vivenciada pelos trabalhadores no interior do contexto fabril lança-os a uma condição cada vez mais precária de reprodução do seu trabalho.

Diante da condição de adoecimento, resultante da sua experiência na indústria têxtil, as trabalhadoras aqui entrevistadas, compartilharam de um mesmo percurso, desligam-se do trabalho formal e se inserem no trabalho informal quarteirizado. É primordial destacar que este percurso se dá na relação que se estabelece a partir da exploração e precarização dessas trabalhadoras submetidas a lógica do capital. Isto porque este caminho também é viabilizado pelo próprio capitalista. Esse movimento fica mais nítido na categoria que segue.

5.2 O horror a fábrica e a relação familiar

Em Blumenau a relação entre a fábrica e a família dos operários se estabelece durante o período de desenvolvimento industrial da região. Houve a criação de espaços fora das fábricas que possibilitavam acesso a lazer, cultura e sobretudo moradia. Este movimento de base material, permitia com que fosse se compondo um imaginário de que a fábrica compusesse parte da viabilidade familiar. Quando o trabalhador intencionava realizar alguma atividade em família, ela se dava dentro de espaços disponibilizados e fomentados pela fábrica, como associações⁴² e parques. Nestes espaços eram realizados eventos festivos abertos a toda a família dos trabalhadores ou não.

Forja-se, portanto, uma compreensão de lazer vinculada ao trabalho. Segundo Ferreira (2010), era fundamental não apresentar o tempo de lazer como algo que se mostrasse contrário ao trabalho. Desta forma o lazer era compreendido e veiculado como forma de evitar o ócio. O trabalhador ao ter momentos de lazer com sua família nos espaços disponibilizados pela fábrica, em seu retorno ao trabalho estaria revigorado e, portanto, propenso a trabalhar com maior afinco e aumentando sua produção.

A fábrica, portanto, também compunha um lugar na família, e isto de certa maneira gerava não só uma extensão do núcleo familiar e de sociabilidade que se mesclava entre a demanda fabril e a hierarquia familiar. Expressões como “segundo lar” e “segunda família” eram comuns no cotidiano fabril, isto porque, durante muitos anos na história da indústria blumenauense a presença de membros da família que trabalhavam na mesma fábrica era comum. Para além da presença familiar, o processo de aprendizado do trabalho era repassado de pai/mãe para filho/filha. Os valores familiares e o respeito à figura paterna eram incentivados a serem reproduzidos no ambiente de trabalho (FERREIRA, 2018).

Estes valores familiares, imprimiam nestas trabalhadoras uma noção de trabalho vinculado à família e na fala de Paula, nos remete a uma intencionalidade de busca por

⁴² As associações dispunham de grande estrutura, com quadras de esportes, campos de futebol, quiosques para preparação e realização de refeições, piscinas, ginásios, áreas ao ar livre com gramado, lagos, bancos etc.

uma dimensão familiar de realização por meio do trabalho. A fala abaixo se contextualiza a partir do momento em que Nina, devido à precariedade do trabalho quarteirizado, à dificuldade financeira, externa para Paula o desejo de retorno à fábrica.

E trabalhar todo mundo precisa né? Só que ser explorada ninguém merece também né. Então ela (Nina) queria ir embora e eu disse não Nina, fica, eu dou um jeito, eu te empresto dinheiro, a gente dá um jeito né. Mas não vai embora porque eu também não gosto de ficar o dia inteiro sozinha, porque já teve ladrãozinho na casa do meu filho. Eu era até para trabalhar lá junto na facção e eu digo não, da minha casa eu não saio. Por isso meu marido construiu aqui, comprou as máquinas para mim e disse você vai trabalhar aqui, você quer costurar você vai costurar aqui, arruma uma ou duas pessoas e vem trabalhar aqui com você. Aí eu abri minha facçãozinha aqui, já tem alguns anos. Eu gosto do meu ambiente aqui, eu me sinto bem aqui, eu me sinto bem com a Nina né, é uma boa companhia. É a família que eu tenho e que eu não tive na fábrica. (Paula)

A fala de Paula nos remete à presença de uma intencionalidade que não é de ganho objetivo – material, esta intencionalidade se quer lhe permitir olhar para a situação do outro, procura garantir-se na esfera afetiva. Perder Nina, era perder a família. Assim como a afirmação do marido de Paula presente em seu relato, de que não é possível o retorno à fábrica, Paula busca diante desta imposição a manutenção do que definiu como família. É possível perceber que não há a presença no relato de uma dissociação entre o espaço de trabalho e o espaço familiar. É como se um pertencesse ao outro e a perda de um parece implicar na perda do outro.

Paula e Nina se estabelecem uma relação que ultrapassa a condição de trabalho, aproximasse de um laço familiar conforme demonstra Nina “Eu gosto da Paula, como eu disse a gente é melhor que irmã, a gente se preocupa uma com a outra e eu me sinto bem com ela. Uma sabe tudo da outra, como irmã a gente é como irmã”.

As demonstrações de cuidado vão além do que a preocupação referente ao ganho e manutenção da facção, abrangem o cuidado e atenção com a vida privada. Esta dinâmica, portanto, converge a uma dimensão subjetiva presente na valoração do trabalho e que não o limita a uma relação comercial de venda da força de trabalho. Assim como apontou Ferreira (2018) existi uma constante preocupação na manutenção de uma sociabilidade e que adentra a vida privada.

A própria reprodução da experiência na fábrica, presente nos momentos em que as trabalhadoras ainda não haviam sido isoladas de suas relações com outros

trabalhadores, se apresenta como marcadores afetivos e de vinculação ao trabalho como parte da família. As falas de Laura são interessantes pois, apresentam elementos de uma relação horizontal entre ela e seus patrões:

Eu sempre digo, eu tenho até uma relação de amizade com a dona da [Empresa]. Elas são minhas clientes hoje, a filha do dono, a gente conversa bastante. Tudo que aconteceu na [Empresa] de certa forma me ajudou a criar coragem e sair de lá. Eu tava frustrada né, como eu disse antes, mas também fui feliz, porque aquilo lá antes de eu ter a depressão, antes de eu não conseguir mais lidar com aquilo eu tinha uma família lá. Meus patrões em um certo momento foram como pais pra mim, e acho que até hoje um pouco é assim. Eles cuidam de mim de certa forma, muito do trabalho que eu tenho hoje vem deles e das indicações deles. (Laura)

A fala de Laura nos leva a perceber que sua compreensão de afeto e a manutenção do vínculo com seus antigos patrões levam-na a compreender seu percurso na fábrica de modo fragmentado a partir dos afetos e da atividade do trabalho. Isto fica mais bem apresentado na fala que segue.

Eles deixaram de aproveitar o conhecimento que eu sei que eu tenho, tanto é que a filha do dono diz para mim até hoje que se eu quiser voltar eu tenho a porta aberta, que ela me tem como uma irmã. O gerente do desenvolvimento que trabalhou comigo, o primeiro, quando ele descobriu que eu queria sair, ele criou um cargo para me colocar, mas assim, aí eu já estava esgotada, eu já estava acabada, daí eu já estava desanimada e eu não quis mais. Dava pra perceber que eles gostavam de mim, como eu disse, se você tá bem aquilo é uma família todo mundo te ajuda, todo mundo conhece todo mundo, tipo, quando eu falo isso de todo mundo conhece todo mundo é querendo dizer que eles conhecem meu marido, eu conheço o marido da filha do meu chefe, das costureiras, os filhos (...) Era até legal isso, nas festas da empresa a gente ia pra lá e todo mundo brincava com todo mundo. Não tinha só esse negócio de empresa sabe? Trabalhar, trabalhar, trabalhar. (Laura)

É interessante analisar que os vínculos que se constituem entre os trabalhadores e até mesmo na relação patrões – trabalhadores, de certa forma contribui no contexto blumenauense para a reprodução da dinâmica de exploração capitalista. A medida que o capitalismo avança na direção da extração do mais-valor, o espaço da fábrica o limita em sua acumulação, desta forma, avança sobre a vida privada. Para compreender isso façamos um pequeno parênteses.

Giovanni Alves (2011) utiliza-se da expressão “captura da subjetividade” para descrever os movimentos que ocorrem no próprio capitalismo para sua ampliação e dominação. Descreve por meio da análise acerca da transição do modelo fordista para o toyotista o surgimento de um movimento que permite ao capital apropriar-se não

somente da atividade do homem, mas também da sua subjetividade. Este avanço em direção a subjetividade nos indica que, conforme exposto no capítulo 2, a indústria blumenauense apresenta características produtivas presentes no fordismo e no toyotismo.

Fronza (2017) compreende que o setor têxtil-vestuarista de Blumenau caracteriza-se por um sistema híbrido de produção, adotando processos presentes no toyotismo, fordismo e até formas pré-capitalista. Cabe destacar que para esta categoria de análise, se mostra interessante o elemento apropriação da subjetividade, pois, como vimos a subjetividade se efetiva na relação dialética objetividade-subjetividade. Portanto, a aproximação da indústria por meio de espaços de lazer aos trabalhadores são a materialização dessas formas de dominação da subjetividade. As noções e usos de família ampliam-se a outras estruturas do todo social blumenauense.

Recuperemos a fala de Laura, que ao contar sobre sua relação com os patrões atribui a eles a percepção de que existe uma intencionalidade de cuidado para com ela, ao afirmar que reconhece que seus antigos empregadores a ajudam indicando-a para novos trabalhos ou repassando trabalho para ela. Não apresenta em seu relato a presença de uma conexão entre sua condição precarizada de trabalhadora quarterizada frente a ampliação da exploração e extração de mais-valor.

O parágrafo acima nos apresenta elementos que demonstram quão complexa se configuram as estratégias e formas de precarização das relações de trabalho no capitalismo. Laura, não percebe que se estabelece uma intencionalidade que vai além do cuidado e daquilo que entende como ajuda para viabilizar sua vida e de seu negócio (trabalho quarterizado). O repasse de trabalho ou a indicação feita por seus antigos patrões, antes de tudo representa a desresponsabilização diante da relação de trabalho e a acentuação do ganho sobre o trabalho de Laura.

Assim como destaca Moraes (2016), essa relação é conveniente ao empresariado, pois a condição de trabalho informal quarterizado apresenta inúmeras vantagens como: redução de custos diante das desobrigações e encargos de uma contratação formal e também relacionadas a própria gestão da mão de obra; economia em relação ao uso das instalações, máquinas e sua manutenção além de não precisarem arcar com aluguel.

Outro aspecto relacionado a isso é que o trabalho quarterizado apresenta-se como transferência de prejuízos diante das crises econômicas, isto porque instaurada a crise o capitalista pode encerrar o a relação com a trabalhadora quarterizada sem que a mesma tenha qualquer garantia, seja ela financeira ou em forma de benefício social como seguro-desemprego, FGTS, ou até mesmo indenizações por quebra de contrato.

Segundo Schörner (2000), além dos “benefícios” relacionados a desresponsabilização do capitalista frente ao trabalhador quarterizado, existe o fato de que nas facções há a utilização da força de trabalho da família, que, geralmente, não é paga nem por ele e nem pelo empresário que contrata seus serviços.

Assim como afirmado neste trabalho, e antes dele por Fronza (2017) o trabalho quarterizado geralmente é realizado no espaço domiciliar ou nas suas imediações, numa garagem ou em uma edícula. Isto permite ao trabalhador quarterizado recorrer, quando necessário, ao núcleo familiar para a execução de pequenas tarefas. A família enquanto recurso é muito usual, e pode ser observado a partir das falas das entrevistadas.

Quando eu comecei a minha facçãozinha, a Nina ainda não trabalhava aqui comigo. Meus filhos eram pequenos e sempre ficavam andando no meio dos lotes, eu no começo, porque tava acostumada com o jeito de trabalhar na fábrica, eu não gostava. Depois eu até achava bom sabe? Porque meus dois pequenos [filhos] ficavam me ajudando. O que pra eles era brincadeira adiantava o meu serviço. Eu lembro que eu dizia assim “quem colocar esse pedacinho com esse nessa pilha primeiro vai ganhar um chocolate”. Enquanto eles iam arrumando e até ajudando com a organização dos lotes eu ia adiantando o trabalho. Pra eles era brincadeira, depois eu dava um chocolate pra cada e tudo certo. Pra mim era uma mão na roda. (Paula)

E isso acontecia com frequência? (Pesquisador)

No começo não, mas quando eles foram ficando maiores aí era todo dia. Só que não dava pra comprar chocolate todo dia né? [risos]. Mas eles já mais grandinhos eles entendiam bem, sabiam que estavam ajudando a mãe. As vezes eles passavam a tarde inteira aqui me ajudando.

E o seu companheiro? Também te ajudava? (Pesquisador)

Ele não muito, porque ele trabalhava fora. Quando eu digo não muito é nos dias de semana né. Porque tinha vezes que o serviço apurava e eu trabalhava, sábado, domingo, aí sim ele me ajudava. (Paula)

Essas situações também ocorriam com Mari. Para Mari o trabalho em casa era muito bom. Quando Mari decide trabalhar em casa, essa decisão é motivada por conta do nascimento de sua filha e a dificuldade de encontrar alguém que pudesse ficar com a

filha enquanto Mari trabalhava na fábrica. Ocorre que segundo Mari, pouco tempo depois sua mãe de Mari adoece e necessita de cuidado.

Então, logo depois de eu montar a facção, conseguir organizar tudo e todos aqueles rolos que eu comentei contigo sobre comprar as máquinas da minha ex-sócia, minha mãe começou a ter problema de locomoção. Ela ficava tonta e caía. Se ela ficasse sozinha sabe-se lá Deus o que podia acontecer né? A gente fica preocupada. Então trabalhar em casa foi muito bom, primeiro por estar perto da família, posso cuidar da casa, dos filhos, do meu marido e da minha mãe. Além de que eu pude sair daquele ritmo da fábrica, daquela cobrança. (Mari)

E como era conciliar o trabalho e cuidar da sua mãe, da sua filha e da casa? (Pesquisador).

Ah, todo mundo entrava no rolo [risos]. Minha mãe praticamente ficava comigo aqui, ela me ajudava, ela dizia que não tinha nada pra fazer, então ela ficava separando as linhas, casando mangas, ribaninha da gola, essas coisas. Me ajudava bastante pra adiantar o serviço. (Mari)

Diante do exposto por Mari, a lógica do capital não só impõe a essas trabalhadoras um compromisso que se efetiva pela exploração como também implica a vida privada dessas trabalhadoras. As vantagens destacadas por Mari em relação ao trabalho quarteirizado, são apresentadas como a superação das limitações impostas a ela enquanto trabalhadora da indústria têxtil. A não possibilidade dedicar-se a filha recém nascida, a necessidade de tempo para o cuidado com a mãe e para a casa apresentam um olhar parcial a Mari que não nega a precarização das relações de trabalho que estabelecem entre ela e seus fornecedores. Contudo, maquia a superexploração que desdobra dessa relação e que a acomete na extensão de sua jornada de trabalho e extração de mais-valor da força de trabalho colaborativo na família.

5.3 O horror a fábrica e o trabalho quarteirizado como o existir para o outro e a sua contradição.

No contexto blumenauense, ser trabalhador não representa apenas comprometer-se à produção e reprodução de bens, significa algo que está para além dessa base. De certo modo, implica em corresponder a uma série de elementos que compõem a dimensão subjetiva blumenauense e isto extrapola a própria definição do que é ser trabalhador. Isto quer dizer que, não se limita ao fazer cotidiano na fábrica, ao desempenho de suas atividades e sim revela ao outro quem você é.

Como apresentado nas categorias que precedem à esta, as relações estabelecidas no contexto fabril por onde transitaram Paula, Nina, Laura e Mari por vezes podem ser exigentes, contudo, o não alinhamento a uma conduta estabelecida, seja pela capacidade produtiva, seja pelo adoecimento do corpo, relegam e definem essas trabalhadoras a uma condição de “diferença” diante dos outros trabalhadores. Ser diferente, não significa a expressão da singularidade de cada uma, mas sim, na dinâmica do trabalho fabril, consiste na exclusão destas trabalhadoras sob a percepção de que não há compromisso com o próprio trabalho. Isto evidencia-se, sobretudo, no movimento de invisibilização que essas trabalhadoras foram submetidas enquanto trabalhadoras da fábrica, nas palavras que se fizeram presentes em todas as entrevistas “viram número”.

Passado seu período no trabalho formal, todas, sem exceção, desenvolveram algum tipo de adoecimento e isto de certa forma fez com que percebessem o movimento que as trouxe até esta condição. Decidiram que a fábrica não era um bom lugar, têm horror a fábrica, mas a partir disto o que fazer? Fazem aquilo que estão habituadas, trabalhar com o que lhes é mais próximo a sua realidade, costuram! Embora este fazer as remetesse, em parte, a uma realidade difícil, aprenderam a gostar, a amar. Este movimento é comum entre essas trabalhadoras, a saída à quarteirização como possibilidade de manutenção da vida e de futuro.

Como já mencionado, esta possibilidade de trabalhar em seu “próprio negócio” (facção, estúdio de costura) é viabilizada por sua relação com fábrica onde trabalhavam, seja pelo “incentivo” dos repasses de serviço e indicações e/ou pelo recurso resultante de seus direitos trabalhistas após o desligamento. Podemos dizer que aqui se apresenta a contradição desta relação, a medida em que busca afastar-se do adoecimento e da rigidez imposta pelo trabalho realizado na fábrica, encontra abrigo na quarteirização que as submete a novos e mais intensos processos de exploração que reproduzem na sua expressão os interesses do capital. Bem como, as inviabilizam frente ao Estado dificultando ou até mesmo privando-as ao acesso de direitos trabalhistas e sociais.

Para além da relação estabelecida entre a exigência produtiva fabril e as trabalhadoras, os elementos subjetivos que compõem a dimensão subjetiva da realidade blumenauense que incidem sobre o sujeito fazendo-o, por vezes, compreender-se como alguém que não pertence àquele lugar ou até mesmo que não é capaz de produzir de forma adequada relegam a este sujeito uma visão distorcida da própria realidade. Isto se

evidencia na expressão da quarteirização, quando essas trabalhadoras como resposta ao ambiente fabril buscam no mesmo fazer o espaço de realização que num primeiro momento, se demonstra como ato de possibilidade frente ao sofrimento.

Assim como mencionado, as trabalhadoras quarteirizadas veem no trabalho quarteirizado a possibilidade da realização ou de afastamento de uma experiência já vivida na fábrica, produz, portanto, sentido ao que faz – não por indicar um caminho concreto ou de denúncia a exploração (esta percepção é consciente a partir da base material) -. Há um ganho subjetivo, uma aproximação do trabalho como seu, movimentam-se num sentido contrário ao que Marx nomina como trabalho estranhado⁴³. Isto porque inseridas na dinâmica do capital, há uma desapropriação do seu fazer, não só na base material, como na compreensão do seu trabalho enquanto produto da sua atividade. E na apropriação do trabalho como seu, existem para o outro.

Durante a realização das entrevistas, em um determinado momento enquanto conversávamos na facção de Paula, perguntei a ela sobre qual era sua percepção em relação às pessoas que a contratavam. Paula, apresentou em sua fala algo que nesta análise, nos fez remeter a condição do existir, não somente pela condição orgânica, mas o existir por meio do seu trabalho.

Eu trabalhei uma vez para um senhor aqui de cima também, ele trouxe para mim fazer uns bonezinhos né, um chapeuzinho. Esse cara me valorizou bastante, esse cara me pagava bem pra caramba, só que ele fechou. Ele fechou a facção dele, ele disse que era muito incomodo. Mas ele pagava bem pra caramba para mim. Ele sempre dizia pra mim - eu valorizo as costureiras -. Quando ele falou que valorizava as costureiras eu me emocionei porque ele tava me chamando de costureira, ninguém tinha dito daquele jeito que o meu trabalho era bom era como se eu nunca existisse. (Paula)

Paula ao relatar este fato, complementa mencionando um outro momento em que recordava como valorização dela e que destacava o valor de seu trabalho. Nesta oportunidade, Paula trabalhava na fábrica.

⁴³ Marx apresenta o estranhamento nas seguintes expressões: a) O trabalhador é estranho ao produto de sua atividade, sendo assim, não conhece o que produz ou conhece-o apenas parcialmente; b) A alienação do trabalhador sobre o produto reflete na alienação sobre a própria atividade produtiva (trabalho). O trabalho perde o caráter “natural”, para ser determinado pela necessidade dos capitalistas, uma imposição, um sacrifício; c) O trabalhador também é alienado sobre o gênero humano. O trabalho vira a finalidade da vida, perdendo a humanidade, diante da criação de necessidades imediatas criadas pelo capitalismo; d) Por fim, a exploração e relações presentes no trabalho reverberam às demais relações sociais, onde o ser humano passa a ser indiferente, estranho, ao outro (KELLER, 2018)

Um dia ele [patrão] disse assim para mim, eu já tive não sei quantas funcionárias, mas tu é a primeira funcionária que eu posso dar os parabéns, você sabe trabalhar em todas as máquinas. Ele disse que nenhuma não chegava a trabalhar como eu trabalhava nas máquinas. Tu não reclamas de nada, tu faz tudo, tu é caprichosa, tu é limpinha, tu é demais. E me senti viva sabe, quando é que eu ia imaginar que eu ia receber um elogio desse. Na fábrica, todo mundo se preocupa com a vida do outro, mas as vezes a gente parece só número e isso me incomodava. (Paula)

Compreendemos que o trabalho quarteirizado apresenta, neste sentido, espaços de realização que garantem por vezes os aspectos que compõem uma dimensão subjetiva da realidade blumenauense sobre o que é o ser trabalhador em Blumenau. Entretanto, estes aspectos não se efetivam na vida cotidiana fabril, a dimensão subjetiva da realidade blumenauense apresenta uma imposição psicológica que pertence a um tempo e que permanece até os dias atuais para estas trabalhadoras. Isto faz com que estas trabalhadoras, assim como afirmamos anteriormente, encontrem certa proximidade com aquilo que está posto na dimensão subjetiva de realidade blumenauense na efetividade do trabalho cotidiano. Mesmo que, a precarização da vida material se apresente como obstáculo.

Esta relação torna-se mais concreta a partir de Laura, ao relatar o momento em que passa a dedicar-se exclusivamente ao trabalho quarteirizado após o adoecimento provocado por um processo de invisibilização e adoecimento na fábrica onde trabalhou.

Quando eu melhorei da depressão, na verdade eu não tinha melhorado tanto assim, eu tive que ganhar dinheiro, porque sem ter uma renda a gente não vive né? Como eu disse antes, eu vim de uma família que sempre empreendeu e como eu já tinha noção de como organizar um trabalho, de fazer várias coisas eu decidi pegar o dinheiro da minha saída [rescisão trabalhista] e investir no meu negócio e olha, vou te dizer, foi a melhor coisa que eu já fiz. Na fábrica eu comecei bem, eu era querida por todos, só que teve umas trocas de gerente, de liderança e toda a autonomia que eu tinha foi embora. Eu sempre era uma pessoa que circulava na fábrica, todo mundo me via e via meu trabalho sabe. A partir no momento que teve essa troca [equipe de gestão] eu fiquei confinada, ninguém me chamava mais pra nada, era como se eu não existisse. Não participava mais de reunião, eu virei um número. Ai como eu ia dizendo, então eu decidi montar meu negócio, só que entre eu estar dançando com o meu negócio que nem uma bailarina girando até achar um ponto que eu disser assim “esse é o meu negócio, isso é o que eu vou fazer” e voltar para uma empresa e ser mais um número, eu prefiro ficar dando voltas o resto da vida. Mesmo que eu não chegue a ganhar o que eu ganhava lá. (Laura)

Laura trabalha duro, acorda cedo todas as manhãs, afirma ter uma relação com o trabalho muito diferente do que tinha antes, expressa satisfação ao falar sobre seu trabalho em seu estúdio de costura, se reconhece no que faz. Existe.

Sabe qual é a coisa que eu mais gosto no meu trabalho? É ficar olhando para o que eu fiz e pensar assim “eu fiz tudo isso, essas peças têm valor” e é melhor ainda quando os meus fornecedores vem aqui e me dizem que eu sou boa no que faço. Na fábrica, nem nos melhores momentos me tratavam assim. (Laura)

É interessante que no caso de Laura, não seria difícil supor precipitadamente que sua investida à quarteirização “deu certo”, que lhe garante uma condição de estabilidade, que consegue manter-se com o ganho que obtém do seu trabalho, que vive dignamente. Pelo contrário, Laura está submetida a uma lógica de superexploração e reprodução das mesmas relações de exploração, o que difere aqui, é a forma como ela se percebe a partir do outro. Laura, passados 3 anos no trabalho quarteirizado afirma que ainda não ganha o mesmo que recebia na fábrica, mas que não pensa em desistir. Prefere ressignificar seu negócio, buscar novos nichos de atuação, mas voltar para a fábrica não é algo que ela cogita. Quando pergunto a Laura por que prefere ressignificar seu negócio ao invés de buscar algum trabalho mais estável onde pudesse ter um salário fixo e certa estabilidade, Laura é contundente:

Jamais! Eu passei anos na fábrica, fiz cursos, tecnólogo, me dediquei e tudo mais. No final eu virei um número, eu tive uma depressão por causa daquilo. Principalmente na [empresa], onde eu fiquei por mais tempo, quando tu percebe que aquilo tá enraizado nas pessoas, aquele jeito de fazer tudo, tinton por tinton e se você não faz desse jeito eles esquecem quem você é, nem conversam mais contigo. Não, não, nunca mais. Minha família é que tava certa, vou ter meu próprio negócio e me virar. Pra tu ver, depois que eu tive meu estúdio eu passei a ser mais respeitada, as pessoas perguntam como eu tô, até meus antigos amigos da [empresa] voltaram a falar comigo (Laura).

É interessante perceber que o que Paula e Laura destacam em suas falas acerca do existir perpassa pela percepção do outro sobre elas, sobre o seu fazer. Evidentemente no contexto da quarteirização, o outro não tem acesso a rotina de trabalho, não às vê em seu cotidiano, depara-se apenas com o produto do seu trabalho e com aquilo que consegue dentro da limitação da interação perceber. Compreendemos que para estas trabalhadoras ver-se como alguém que é reconhecida por meio do seu trabalho representa mais do que somente o reconhecimento em si.

Isso nos faz questionar, para além do reconhecimento do seu trabalho para o outro, como essas trabalhadoras se veem frente a sua invisibilidade diante do Estado, haja vista que a condição de trabalho quarteirizado é informal.

As trabalhadoras, compreendem sua relação de trabalho como precarizada, tem ciência do que é seu trabalho e o que ele lhe possibilita, que não existem frente ao Estado. Entretanto, para algumas das trabalhadoras como, Paula, Mari e Laura essa percepção não implicou na externalização de uma preocupação frente ao futuro ou das inseguranças pela possibilidade de não acesso a garantia de direitos, como a aposentadoria por exemplo. Fato que causou certa surpresa para este pesquisador, contudo, é preciso destacar que nestas entrevistas se apresentam três situações: a primeira, Paula, que durante sua trajetória pelo emprego formal contribuiu para a Previdência Social e a partir disso conseguiu ter acesso a direitos, como aposentadoria de um salário-mínimo que recebe mensalmente. Contudo, sua aposentadoria representa uma fração do que necessita para viver, tem o apoio do marido para pagamento das contas, medicação e também dos gastos com a facção; A segunda, trabalhadoras como Laura e Mari que também contam com o apoio familiar, que tem no trabalho quarteirizado certa remuneração que permite-as não necessitar de benefícios sociais e/ou previdenciários (neste momento), mas que não conseguem contribuir para que possam de alguma maneira garantir algum benefício futuro; Por fim, a terceira, o caso de Nina, a única que externou preocupação sobre o futuro e a impossibilidade de acesso a garantia de direitos.

Nina ao contrário das demais não é detentora das máquinas de costura, tampouco é dona da facção ou terá condição de ter num futuro próximo, trabalha na facção de Paula e sobrevive apenas com o que de fato é ganho pelo seu trabalho.

Eu trabalho aqui com a Paula faz um tempo, eu fico feliz de poder trabalhar, de ver que tenho outro ambiente, onde as pessoas me enxergam como uma costureira de verdade. Mas é muito preocupante também, porque eu saí da fábrica porque eu era mal tratada lá, porque me tratavam que nem bicho, aqui eu sou uma pessoa, mas o que eu ganho não dá pra sobreviver. E eu já tô com idade avançada, não quero trabalhar até morrer, tenho até medo de pensar nisso. No final, sai de um lugar que me tratava que nem bicho, pra vir pra cá e ficar feliz com o trabalho mas não ter direito a nada. Parece que todo o meu trabalho não existe (Nina).

Para Nina o trabalho quarteirizado, pouco ofertou ou produziu alívio frente ao seu sofrimento. Por mais que relate seu contentamento enquanto o reconhecimento do seu trabalho, enquanto sua existência, contraditoriamente, é exposta a mesma sensação de esquecimento quando pensa em seu futuro. Vê-se mais uma vez não existindo, desta vez para, a incerteza causada pela possibilidade de não acesso a direitos previdenciários.

Embora, o trabalho quarteirizado, em certa medida, demonstre-se como espaço de realização e também de reconhecimento para estas trabalhadoras, o fato determinante é que, o trabalho quarteirizado é parte da estrutura de superexploração do capital. Portanto, essas trabalhadoras, por mais que tenham vivenciado a invisibilidade frente a dinâmica da fábrica, na quarteirização se experimentarão na mesma condição por meio de uma outra expressão.

Desta forma, é interessante avaliarmos este processo complexo que emerge desta categoria que estamos analisando. A fábrica produz dentre tantas outras, uma percepção de invisibilidade dessas trabalhadoras e ao mesmo tempo em que viabiliza sua saída à quarteirização, essas trabalhadoras são atingidas pela mesma invisibilidade em outra esfera. Evidentemente a percepção sobre isso ocorre de maneira distinta para cada trabalhadora, contudo, não nega o fato de que na condição de trabalhadoras quarteirizadas não existem.

É preciso ressaltar que quando afirmamos que as trabalhadoras quarteirizadas não existem, conforme o parágrafo acima, referimo-nos a limitação que derivam da exigência legal (Estado) para o exercício da sua atividade, bem como, do acesso e comprovação da sua condição de trabalhadora enquanto requisito para o acesso a serviços ou até mesmo consumo. Abaixo seguem algumas das falas que remetem a essa invisibilidade.

Sabe o que é ruim de trabalhar com a facção sem registro? (...) Quando tenho que comprar algo a prestação, não consigo comprovar renda, não tenho nenhum tipo de documento e isso é muito chato, tenho que pedir pro meu marido, porque eu não consigo comprar nada no meu nome. Pra tu ver, a última coisa que eu comprei no meu nome foi aquele rádio velho que tá ali, pelo menos é bom, tá aí até hoje [risos] (Paula).

Eu tenho sorte, mas não é uma sorte que eu queria, quando eu preciso comprar material para a facção, linha, agulha, essas coisas o Sr. João⁴⁴ [fornecedor] que compra para mim e desconta das peças. Eu pago um pouco mais caro porque tem o custo dos impostos também, nesse ponto eu fico bem chateada porque meio que eu tenho que aceitar o preço que ele me faz (Mari).

Por enquanto eu gosto do meu trabalho, o ambiente é bom, mas eu tenho medo. Não consigo fazer nada, nem provar que eu trabalho eu consigo, é a mesma coisa que eu disser que sou desempregada. Mas isso só quando eu tenho que ir pra algum lugar que pede documento, uma loja ou ir no banco (Nina).

Se tem uma coisa que me deixa um pouco desconfortável é não poder dizer ou divulgar melhor o meu trabalho. Eu tenho medo da fiscalização e isso as vezes tira o sono, sem falar que quem me manda serviço, toda vez que aparece aqui, parece que tá cometendo um crime. Eles sempre falam a mesma coisa, que a gente tem uma parceria mas que não pode comentar, eu sei disso, porque senão vem a fiscalização e ferra a gente. Mas é fogo, eu queria poder dizer sabe, mas não é a mesma coisa que trabalhar na fábrica, aqui é mil vezes melhor e eu sei que vai dar certo (Laura).

As falas acima nos apresentam o quão complexa é a cadeia de exploração do trabalho, plasticamente, toma vida em sua amplitude. A quarteirização enquanto possibilidade de superação a invisibilidade na verdade alinha-se ao mesmo processo que as trouxe até aqui.

⁴⁴ Este nome é fictício, optamos pela sua utilização em substituição ao verdadeiro nome por entendermos que se tratava de um nome bastante específico e que poderia de alguma maneira indicar um caminho em que fosse possível expor a identidade de Mari.

DISCUSSÃO FINAL – É hora de ir embora, mas amanhã começa tudo outra vez.

A partir da Revolução Industrial e das crises do capital, a dinâmica estrutural do mundo do trabalho pode ser caracterizada, cada vez mais, por laços/vínculos precarizados e flexibilizados. Os trabalhadores são sujeitados a condições de trabalho onde as garantias de direitos e perspectivas não são consolidadas e são acometidos por uma dinâmica de trabalho exaustiva.

A dinâmica do capital sobre o trabalho determina aos trabalhadores uma condição de sofrimento que, de inegável, passa à condição de um sofrimento do qual não se alcança mais tomar em conta. Tanto o sofrimento quanto o *eu*, o *locus* intrapsíquico do sujeito que sofre, são pulverizados pelo recorrente ato de atender a demanda produtiva e a necessidade de sobrevivência.

Estas novas formas de precarização no Mundo do trabalho são traduzidas por meio de estratégias que visam a manutenção de privilégios das classes dominantes, a burguesia. A classe burguesa detém os meios de produção e possui maior reserva econômica frente ao restante da população, portanto, tem maior penetração no campo político e no Estado. Desta forma, encontram na flexibilização das relações de trabalho, uma das estratégias para a manutenção desse estado de dominação, como reflexo disto, eclodem novas formas de relações de trabalho como a quarteirização.

Blumenau inicia seu processo de industrialização e urbanização nos anos de 1880, de lá para cá, a vinculação do trabalho como expressão e caracterização da identidade de seu povo é fomentada. Principalmente nos idos de 1970, onde houve expressivo crescimento da indústria têxtil blumenauense, a relação que se estabelecia entre a identidade e seu povo, sua germanidade e desenvolvimento da indústria, não partia de qualquer lugar. Foi algo que, para além do reconhecimento da própria origem enquanto colônia alemã, era financiada pela própria classe dominante a época. Neste período eram comuns dentro dos espaços fabris a propagação de materiais de circulação como jornais, folhetins entre outros onde se legitimava o trabalho como característica deste povo (FERREIRA, 2018). Este movimento contribuiu para o estabelecimento de uma dimensão subjetiva da realidade blumenauense que produz aos sujeitos noções acerca do que é trabalho, do que é ser trabalhador e todo o significado que isto reverbera nas suas relações.

A indústria blumenauense, em especial a têxtil, viabilizou o crescimento da cidade e fez com que Blumenau fosse reconhecida nacional e internacionalmente. A medida em que sua indústria se desenvolvia, Blumenau se integrava cada vez mais a dinâmica do capital global, e isto significou a instauração e ampliação de processos de exploração mais sofisticados. Sobretudo nos anos onde deflagrou-se a grande estratégia do capital em resposta a sua própria crise – a reestruturação produtiva - .

Conforme Fronza (2017) a reestruturação produtiva estabelece uma nova dinâmica de organização do trabalho que, em especial, se configura na reprodução de velhas e novas formas de exploração. A retirada da produção do espaço fabril, visando cada vez mais o acúmulo de capital e a extração de mais-valor, flexibiliza o espaço de produção, amplia os processos de precarização e exploração do trabalhador. A desresponsabilização do capitalista acerca dos custos relacionados ao próprio processo produtivo e das obrigações de direito dos trabalhadores é viabilizada e intensificada por meio da terceirização e posteriormente da quarteirização.

Durante o percurso de escrita dessa dissertação, o fenômeno da quarteirização nos lançou um duplo desafio, o primeiro, a sua compreensão exige certo rigor processual, isto porque, não basta apenas percebê-lo como expressão dos processos de exploração e reprodução do capital. É necessário que tomemos em conta que o fenômeno da quarteirização se apresenta como novo processo de exploração do mais-valor, possui uma complexidade que lhe é particular e que engloba não somente a necessidade dos trabalhadores em obter renda por meio de seu trabalho; O segundo, é que não se configura, ou melhor, não apresentou nesta pesquisa, uma vinculação precisa e comumente estabelecida entre precarização e baixa qualificação profissional. Apresenta em sua dinâmica a captura de uma parcela de trabalhadores técnicos e com formação e que teriam facilmente ingresso no mercado de trabalho formal.

Neste sentido, essas trabalhadoras ao passo que se encontram num processo de adoecimento que se origina na própria experiência fabril, contraditoriamente, encontram na própria dinâmica do capital a possibilidade de superação da sua condição. Isto porque as exigências estabelecidas na fábrica são suplantadas pela possibilidade de tornar-se dona de seu próprio negócio.

A dinâmica do trabalho quarteirizado impõe as trabalhadoras inseridas nessa lógica, uma rotina de trabalho que interessa atender as necessidades do capital. Estas trabalhadoras são impactadas pela fragilidade do vínculo que mantem sua relação com o capitalista, desta forma, a trabalhadora busca atender prontamente as demandas do seu contratante. Para dar conta das demandas do capitalista, submete-se à jornadas de trabalho que ultrapassam as convencionadas à trabalhadores formais.

A relação que se configura a partir da jornada de trabalho quarteirizado impacta o trabalhador diretamente no sentido da dificuldade de manter laços solidários e compromissos nas relações interpessoais. Esses trabalhadores experienciam cotidianamente a insegurança do amanhã, trabalham pelo imediato, vivendo de certa forma uma precariedade subjetiva ancorada na impossibilidade de ver-se fora do mercado de trabalho.

Gostaríamos de destacar ainda que esta pesquisa, objetivou contribuir para o debate entorno da dimensão subjetiva da realidade presente nos processos de precarização das relações de trabalho, em especial, os existentes a partir do fenômeno da quarteirização no município de Blumenau. Reconhecemos que este trabalho não esgota a totalidade do fenômeno em si e nem teve a pretensão de fazê-lo, contudo, entendemos que o que conseguimos evidenciar neste trabalho é a percepção dessas trabalhadoras acerca do processo de precarização do trabalho. Como a contradição acompanha este movimento e por fim, como o capital apropria-se da realidade para a sua manutenção.

REFERENCIAS

AGUIAR, Wanda Maria Junqueira. **Reflexões a partir da psicologia sócio-histórica sobre a categoria " consciência"**. Cadernos de Pesquisa, n. 110, p. 125-142, 2000.

Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cp/a/QHT4tkkNMMhD7dDnfwKpffF/abstract/?lang=pt>.

Acesso em: 22 abr 2021.

ALCÂNTARA, Norma. **Lukács: ontologia e alienação**. São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

ALVES, Giovanni. **Trabalho e subjetividade: o espírito do toyotismo na era do capitalismo manipulatório**. Boitempo Editorial, 2015.

ALVES, Giovanni Antonio Pinto. **Trabalho, corpo e subjetividade: toyotismo e formas de precariedade no capitalismo global**. Trabalho, educação e saúde, p. 409-428, 2005. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/10826>. Acesso em: 05 mar 2021.

ALVES, Giovanni Antonio Pinto. **A subjetividade às avessas: toyotismo e " captura" da subjetividade do trabalho pelo capital**. Cadernos de psicologia social do trabalho, v. 11, n. 2, p. 223-239, 2008. Disponível em:

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1516-37172008000200007&script=sci_abstract. Acesso em: 07 dez 2020.

ANTUNES, Ricardo. **A nova morfologia do trabalho no Brasil**. Nueva Sociedad especial em português, 2012. Disponível em:

https://static.nuso.org/media/articles/downloads/3859_1.pdf. Acesso em: 10 jan 2021.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

BALASSA, Bela. **Os países de industrialização recente em vias de desenvolvimento após a crise do petróleo**. 1981. Disponível em:

<http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/7141?mode=full>. Acesso em: 12 dez 2020.

BEVIAN, Elsa Cristine. **O adoecimento dos trabalhadores com a globalização da economia e o espaço político de resistência**. Florianópolis: Empório do Direito, 2017. 396 p.

BIELSCHOWSKY, Bernardo Brasil et al. **Patrimônio industrial e memória urbana em Blumenau/SC**. 2009.

BIZERRA, Fernando de Araújo. **TAYLORISMO, FORDISMO E TOYOTISMO: cui prodest?**. 2017. Disponível em:

<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/180055>. Acesso em: 20 fev 2021.

BOCK, Ana Mercês Bahia; GONÇALVES, Maria da Graça Marchina; FURTADO, Odair (Orgs.). **Psicologia sócio-histórica: (uma perspectiva crítica em psicologia)**. São Paulo: Cortez, 2015. 278 p.

BOCK, A. M. B.; FURTADO, O. - **Dimensão Subjetiva: uma categoria potente em vários campos da Psicologia** – In: BOCK, Ana Mercês Bahia; GONÇALVES, Maria da Graça Marchina; ROSA, Elisa Zaneratto. *Dimensão subjetiva: uma proposta para uma leitura crítica em psicologia*. Cortez Editora, 2020, p. 14 -33.

CORREIA, Henrique. **Curso de Direito do Trabalho**. 6. ed. Salvador: JusPODIVM, 2021. 1568 p.

DA SILVA, Leonardo Furtado; MANTOVANELI JR, Oklinger; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. **Desenvolvimento turístico regional: Governança e territorialidade no caso da Oktoberfest Blumenau** (Santa Catarina, Brasil). *Turismo e Sociedade*, v. 7, n. 1, 2014. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/turismo/article/view/37147>. Acesso em: 15 jul 2021.

DE ANDRADE, Elizandro Cardoso. **IDENTIDADES RESSIGNIFICADAS: O DISCURSO DA FORÇA DE TRABALHO E DA ETNICIDADE**. *Anais do Seminário de Educação, Conhecimento e Processos Educativos*, v. 3, 2019. Disponível em: <http://periodicos.unesc.net/seminarioECPE/article/view/5506>. Acesso em: 24 jul 2021.

DIAS, Edmundo Fernandes. **Reestruturação produtiva: forma atual da luta de classes**. *Outubro*, n. 1, p. 45-52, 1998. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%C3%A7%C3%A3o-1-03.pdf>. Acesso em: 17 nov 2020.

ENGELS, Friedrich – **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. – In: Antunes, R. (org.) – *A dialética do Trabalho – Expressão Popular* – São Paulo – 2013, p. 13 - 29.

FERREIRA, Cristina. **Contrastes e prazeres da sociabilidade dos trabalhadores têxteis de Blumenau (1958 – 1968)**. Blumenau: Edifurb, 2018.

FERREIRA, Cristina. **A urdidura do cotidiano e as culturas de classe dos trabalhadores da Indústria Têxtil de Blumenau (1960-68)**. *Revista Tempo e Argumento*, v. 12, n. 30, p. 1-35, 2020. Disponível em: <https://www.revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180312302020e0103>. Acesso em: 25 fev 2022.

FIGUEIREDO, L. C. **Matrizes do pensamento psicológico** (9ª edição). Vozes, Petrópolis, 2002.

FIGUEIREDO, Vitor G. Carneiro; FIGUEIREDO, Michelle Karine. **Do controle físico à exigência cognitiva? A transição do saber-fazer entre o fordismo e o toyotismo e sua aplicabilidade na indústria têxtil**. 2012. Disponível em: <http://anteriores.aprepro.org.br/combrep/2012/anais/artigos/erg/25.pdf>. Acesso em: 22 nov 2020.

FRONZA, Claudia Sombrio. **A exploração do trabalho no processo de quarteirização no setor têxtil-vestuário em Blumenau/SC**. 2017. 246 f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

FROTSCHER, Méri et al. **Etnicidade e trabalho alemão: outros usos e outros produtos do labor humano**. 1998. 191 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998.

FURTADO, Odair. **Dimensões subjetivas da realidade: um estudo de subjetividade social no Brasil**. 1998. 211 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1998.

FURTADO, Odair. **As dimensões subjetivas da realidade: uma discussão sobre a dicotomia entre a subjetividade e a objetividade no campo social**. In: FURTADO, Odair; GONZÁLEZ REY, F. (org.). Por uma epistemologia da subjetividade: um debate entre a teoria sócio-histórica e a teoria das representações sociais. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002, p. 91 - 105.

FURTADO, O; SVARTMAN, B. – Trabalho e Alienação – In: Bock, A. M. B. e Gonçalves, M. G. M. (orgs) – **A Dimensão Subjetiva da Realidade: uma leitura sócio-histórica** – Cortez – São Paulo – 2009, p. 73 – 115.

FURTADO, Odair. **Dialética e contradições da construção da identidade social**. Psicologia & Sociedade, v. 22, n. 2, p. 259-268, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/y9T9PYqPVjW9dxSDJQWZRhN/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 abr 2021.

FURTADO, Odair. **Trabalho e solidariedade**. São Paulo: Ed. Cortez, 2011.

GOIS, Juliana Carla da Silva. **Os fundamentos do trabalho em Marx: considerações acerca do trabalho produtivo e do trabalho improdutivo**. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/180604>. Acesso em: 12 dez 2021.

GONÇALVES, M. G. M. – A Psicologia como ciência do sujeito e da subjetividade: o debate pós-moderno – In: BOCK, Ana Mercês Bahia; GONÇALVES, Maria da Graça Marchina; FURTADO, Odair (Orgs.). **Psicologia sócio-histórica: (uma perspectiva crítica em psicologia)**. São Paulo: Cortez, 2015, p. 47 - 66.

GONZÁLEZ REY, Fernando Luis. **Sujeito e subjetividade: uma aproximação histórico-cultural**. São Paulo : Pioneira Thomson Learning, 2003. xii, 290p.

JÚNIOR, Moisés Francisco Farah. **A terceira revolução industrial e o novo paradigma produtivo: algumas considerações sobre o desenvolvimento industrial brasileiro nos anos 90**. Revista da FAE, v. 3, n. 2, 2000. Disponível em: <https://revistafae.fae.edu/revistafae/article/view/501>. Acesso em: 30 nov 2020.

LANE, Silvia T. Maurer; CODO, Wanderley (Org.). **Psicologia social: o homem em movimento**. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012. 220 p.

LESSA, Sérgio. **Mundo dos homens: trabalho e ser social**. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LIMA, Maria das Graças de. **A dimensão subjetiva das relações de trabalho na economia solidária**. 2011. 175 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011.

LUKÁCS, György. O trabalho. Tradução de Ivo Tonet. Mimeografado. Extraído de Per L'Ontologia Dell'essere Socieale. Roma: Riunit, 1981.

LUKÁCS, György. **Prolegômenos para uma ontologia do ser social: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível**. Boitempo Editorial, 2010

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social II**. Trad. Nélcio Schneider, Ivo Tonet e Ronaldo Vielmi Fortes. São Paulo: Boitempo, 2013.

LURIA, Aleksandr Romanovich. **Pensamento e linguagem: as últimas conferências de Luria**. Artes Médicas, 1987.

KAHALE, E.P.; ROSA, E.Z. – **A construção de um saber crítico em psicologia** – In: Bock, A.M.B. e Gonçalves, M.G.M. (orgs) – *A Dimensão Subjetiva da Realidade: uma leitura sócio-histórica* – Cortez – São Paulo – 2009, p. 19 – 53.

KELLER, Rene José. **Alienação/estranhamento e ser genérico nos Manuscritos Econômico-filosóficos de Karl Marx**. Revista Direito e Práxis, v. 9, p. 2251-2266, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/S9rs9zqhX7Sg9sdKfwxQrFK/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 fev 2022.

KOHLHEPP, Gerd; RENAUX, Maria Luiza. Desenvolvimento industrial e identidade regional nos tempos da Globalização: Blumenau e o Nordeste de Santa Catarina. In: **Blumenau em Cadernos**. Edição Especial 50 anos. Tomo XLVIII, Nov./Dez. 2007, nº 11/12, pp. 159-186.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 6. reimpr. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

KROST, Oscar; BRANDÃO, Leonardo. **A precarização das condições de trabalho em “facções” do ramo têxtil/vestuário em Blumenau/SC: a face oculta da reestruturação produtiva**. DRd-Desenvolvimento Regional em debate, v. 7, n. 1, p. 164-180, 2017. Disponível em: <http://www.periodicos.unc.br/index.php/drd/article/view/1398>. Acesso em: 02 dez 2020.

MANDEL, Ernest. **A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista**. São Paulo: UNICAMP, 1982.

MAMIGONIAN, Armem. Estudo geográfico das indústrias de Blumenau. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, n.3, ano XXVIII, 1965. Disponível em:

<http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaeconomica/01.pdf>. Acesso em: 22 nov 2020.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. 2ª Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Boitempo Editorial, 2010.

MARX, Karl. **O Capital-Livro 1: Crítica da economia política. Livro 1: O processo de produção do capital**. Boitempo Editorial, 2015.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas**. Boitempo editorial, 2007.

MENSAGEIRO ARTEX. **Blumenau**: [s.n.], 1964-1968.

MOLON, Susana Inês. Notas sobre constituição do sujeito, subjetividade e linguagem. **Psicologia em estudo**, v. 16, n. 4, p. 613-622, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/CTvCMKmmrhks6GkZmdRM5tm/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 23 mai 2021.

MOLON, Susana Inês. **Subjetividade e constituição do sujeito em Vygotsky**. Editora Vozes Limitada, 2017.

MORAES, Patricia Maccarini. **O trabalho em domicílio: elementos para pensar estratégias de conciliação entre trabalho e família**. Serviço Social em Revista, v. 18, n. 2, p. 73-92, 2016. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/view/23660>. Acesso em 01 fev 2022.x'

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: expressão popular, 2011.

NOGUEIRA, Maria Luísa Magalhães. **Subjetividade e materialidade: cidade, espaço e trabalho**. Fractal: Revista de Psicologia, v. 21, n. 1, p. 69-86, 2009. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/fractal/article/view/4728>. Acesso em: 8 jun 2021.

PANDOLFI, Dulce. **Os anos 30: as incertezas do regime**. In FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. O Brasil republicano: o tempo nacional-estatismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

PETRY, Sueli Maria Vanzuita. **A fibra tece a história: a contribuição da indústria têxtil nos 150 anos de Blumenau**. Blumenau: Sintex, 2000.

REGO, Teresa Cristina. **Vygotsky: uma perspectiva histórico-cultural da educação**. Editora Vozes Limitada, 2013.

RENAUX-HERING, M. L. **Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento**. Blumenau: Editora da FURB, 1987.

RIBEIRO, Andressa de Freitas. TAYLORISMO, FORDISMO e TOYOTISMO. Lutas Sociais, São Paulo, v. 19, n. 35, p.65-79, jun. 2015. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/article/view/26678>. Acesso em: 15 fev 2021.

SCHÖRNER, A. **O arco-íris encoberto**: Jaraguá do Sul, o trabalho e a história: operários, colonos-operários e faccionistas. Joinville: Oficina Comunicações, 2000.

SEYFERTH, G. “Etnicidade, política e ascensão social: um exemplo teuto-brasileiro”, in Maná. Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, Out. 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/cqt8LfXvF8grKdHPwCQYGcN/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 24 jun 2021.

SEYFERTH, Giralda. **A idéia de cultura teuto-brasileira: literatura, identidade e os significados da etnicidade**. Horizontes antropológicos, v. 10, p. 149-197, 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ha/a/pbRYphmTJ6HbfhD53JQ8xDH/abstract/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 30 mai 2021.

SVARTMAN, Bernardi Parodi. **Trabalho e desenraizamento operário**: um estudo de depoimentos sobre a experiência de vida na fábrica. Bernardo Parodi Svartaman; orientador José Moura Gonçalves Filho. São Paulo, 2010.

THEIS, Ivo Marcos. Processo de acumulação em Blumenau: uma interpretação crítica. In: THEIS, Ivo M.;MATTEDI, Marcos Antônio; TOMIO, Fabrício Ricardo de Lima (orgs.). **Nosso passado (in)comum**: contribuições para o debate sobre a história e a historiografia de Blumenau. Blumenau: Ed. da FURB: Ed. Cultura em Movimento, 2000, p.165-180.

WILLEMS, Emílio. **A aculturação dos alemães no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1980.

VIGOTSKI, L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

VIGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2000. (Coleção Psicologia e Pedagogia).

VIGOTSKY, L. S. (Lev Semenovich). **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo : Martins Fontes, 2001. 496p. Tradução de: Michliênne I Rietch.

VIGOTSKI, L. S. **A formação social da mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 7. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Eu, _____ portador(a) do RG _____ declaro, por meio deste termo, que concordei em participar da pesquisa de pós-graduação stricto sensu intitulada “*O sentido e significado do trabalho para o trabalhador quarteirizado no setor têxtil-vestuarista de Blumenau/SC: uma análise a partir da Psicologia Sócio-Histórica*”, desenvolvida pelo discente Alan Franchesco Previley Contesini do Curso de Psicologia Social, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Estou ciente de que o trabalho é orientado pelo Prof. Dr. Odair Furtado, a quem poderei contatar, se julgar necessário, através do telefone (11) 3670-8520, Programa de Estudos de Pós-Graduados em Psicologia Social da PUC-SP.

Afirmo que aceitei participar por minha vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro e com o único objetivo de colaborar com o sucesso do trabalho. Fui informada(o) dos objetivos estritamente acadêmico do estudo, que são descrever compreender o sentido e o significado do trabalho para o trabalhador quarteirizado no setor têxtil vestuarista de Blumenau/SC.

Estou ciente, também, que posso interromper a realização da entrevista caso não me sinta confortável em algum momento, sem que pese nenhuma restrição ou penalidade. Os resultados desta pesquisa poderão ser divulgados em congressos e revistas científicas, em mídia impressa (artigos, livro e/ou jornal), divulgação científica de pesquisas e relatórios.

Fui também esclarecida de que o uso das informações que ofereci está subordinado às normas éticas de pesquisa envolvendo seres humanos da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde. Minha colaboração se fará anônima, sendo autorizada a gravação e transcrição da entrevista organizada, com o fim especial do estudo em apreço. Caso tenha dúvida ou me sinta prejudicada, poderei contatar o pesquisador através do telefone: (47)992129947 e seu orientador ou, ainda, o Comitê de Ética em Pesquisa da PUC-SP.

Este termo é composto de duas vias de igual conteúdo, sendo a primeira para arquivamento pela pesquisadora e a segunda para a entrevistada(o) ou seu representante legal, conforme recomendações da CONEP. Fui avisada que posso me retirar deste estudo a qualquer momento, sem qualquer prejuízo.

_____, _____ (local e data)

Assinatura da participante: _____

Assinatura do pesquisador: _____